

ALMIR FERRAZ DE OLIVEIRA

**MICRO E PEQUENA EMPRESA: A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA
DA LIBERDADE**

**Universidade Católica de Goiás
Mestrado em Educação
Goiânia - 2005**

ALMIR FERRAZ DE OLIVEIRA

**MICRO E PEQUENA EMPRESA: A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA
DA LIBERDADE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Doutora Maria Esperança Fernandes Carneiro.

**Universidade Católica de Goiás
Mestrado em Educação
Goiânia - 2005**

- O48m Oliveira, Almir Ferraz de.
Micro e pequena empresa: a educação como prática da liberdade / Almir Ferraz de Oliveira. – 2005.
97 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Educação, 2005.
“Orientadora: Profa. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro”.
1. Educação. 2. Microempresa. 3. Pequena empresa. 4. Empreendedorismo. 4. Política pública. 5. Cidadania. I. Título.
- CDU: 334.012.64/.65
37: 334.012.64/.65

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro
presidente

Profa. Dra. Lenita Maria Junqueira Schultz
Universidade Católica de Goiás/UCG

Prof. Dr. Ângela Cristina Belém Mascarenhas
Universidade Federal de Goiás/UFG

Data.....

DEDICATÓRIA

*Aos empreendedores das micro e pequenas
empresas, que produzem sua existência no
contraditório mundo dos negócios.*

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro, pela solidariedade, respeito e confiança demonstrados no processo de orientação. Sua segurança e apoio foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos professores, colegas e funcionários do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás, pela contribuição ao aprimoramento deste estudo, particularmente às professoras Lenita Maria Junqueira Schultz, Elianda Figueiredo Arantes Tiballi, Maria Teresa Canesin Guimarães, Maria de Araújo Nepomuceno, Iria Brzezinski, José Carlos Libâneo, Raquel Aparecida Marra de Madeira Freitas, Glacy Q. de Roure, Luiz Eduardo Jorge, pelas disciplinas ministradas, que acrescentaram a esta dissertação fontes preciosas de informações.

A meus familiares, especialmente minha esposa Oracy Pereira da Costa, companheira que busca na educação a emancipação das pessoas.

A Solange Moreira Corrêa, pela revisão deste trabalho.

Aos colegas da AGPE, pela inspiração deste tema e pela luta pela causa das Micro e Pequenas Empresas e ao Sebrae Goiás, pelo apoio e liberação das atividades de trabalho na ocasião das aulas do curso de mestrado.

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	ix
ABSTRACT	x
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xi
INTRODUÇÃO	01
CAPITULO 1: MICRO E PEQUENA EMPRESA OU MICRO E PEQUENO	
NEGOCIO: O TRABALHO E A PRODUÇÃO COMO PRÁTICA NÃO.....	05
EMANCIPADORA	17
1.1 Aspectos Fundamentais Da Organização Da Produção Da MPE.....	17
1.2 As Concepções e a Importância do Papel Social das Micro e Pequenas Empresas	19
1.2.1 MPE como Iniciativa Privada.....	20
1.2.2 MPE como Alternativa ao Desemprego	20
1.2.3 MPE como Categoria Sócio-Econômica e Política num Sistema	21
1.3 Importância das MPE	23
CAPITULO 2: OS REFLEXOS DO ESTADO NEOLIBERAL E DA	
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA FORMATAÇÃO DAS MPES	29
2.1 O Estado Liberal e a Primeira Revolução Industrial	30
2.2 O Estado e as Políticas Keynesianas e a Segunda Revolução Industrial.....	32
2.2.1 O Estado do Bem Estar Social a Concretização das Políticas Keynesianas e as Lutas Sindicais	38
2.2.2 O Estado do Bem Estar Social no Brasil uma mera Intenção	40
2.3 O Estado Neoliberal a Reestruturação Produtiva da Terceira Revolução Industrial.....	42
2.3.1 As MPE: uma Recriação das Políticas Neoliberais.....	47
2.3.2 Precarização.....	49
CAPITULO 3: A MPE COMO OBJETO DE INTEGRAÇÃO SETORIAL	
3.1 O Papel do Sebrae e o Projeto Metr�pole	53
3.2 Política Publica Fundamentadora do Sebrae	56
3.3 O Projeto Metr�pole Como Experiência Pedagógica.....	57
3.4 A Experiência do Projeto como Problema Teórico e Político.....	61
3.5 Proposta de Organiza�o em Redes de MPE	65
3.6 Relatório da Pesquisa de campo	69

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral descrever a experiência do Projeto Metr pole, fruto da parceria entre o Serviço de Apoio  s Micro e Pequenas Empresas de Goiás – Sebrae e a Associa o Goiana da Micro e Pequena Empresa – AGPE. O Sebrae se propõe a mediar um processo pedagógico contraditório de forma o política de consciência de classe que cria e move sujeitos sociais, propondo, uma forma o técnica dos trabalhadores na perspectiva do aumento da produtividade do trabalho. A hipótese que vem se confirmando   a de que, em que pese o ardil do capitalismo transnacional, tal experiência significa um importante espaço de amplia o da política na perspectiva da democratiza o do Estado e da sociedade. A relevância social do tema encontra-se no alto  ndice de mortalidade das empresas formais, estimado em cinquenta por cento nos dois primeiros anos de vida. Compreender quais processos educativos empresariais existem e as contradi es entre a oferta e o acesso pelos empreendedores foi objeto da presente investiga o, que constou do seguinte: descri o do conceito de empresário de micro e pequena empresa, os reflexos do Estado neoliberal e da reestrutura o produtiva na formata o das micro e pequenas empresas, o Projeto Metr pole, o papel do Sebrae e qual política pública fundamenta sua a o. Para o estudo do assunto, foram utilizados como referenciais teóricos as contribui es de Enguita (1989), Marx (1975), Monta o (1999), Freire (1977). Foi adotado como trajetória de investiga o o método do materialismo dial tico. Do ponto de vista da forma de abordagem do objeto, a pesquisa   qualitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica e desenvolveu-se o estudo de caso. As categorias norteadoras deste trabalho foram: educa o, pequeno empreendimento, políticas públicas, empreendedor de micro e pequena empresa.

Palavras-Chaves: Educa o, Pequeno Empreendimento, Políticas Públicas, Cidadania.

ABSTRACT

The present paper has as general objective to describe the experience of the Project of Metropolis, fruit of partnership between the Service of Support to the Micron and Small Companies of Goiás - Sebrae and the Goiana Association of the Micron and Small Enterprise - GAMSE. The Sebrae proposed to mediate a contradictory pedagogical process of politics formation and class conscience that create and move citizens sociably, considering, a technique formation of workers in the perspective of labor productivity increase. The hypothesis that comes confirming is that, more than weights the transnational capitalism stratagem presents, more such experience takes position of important space of politics amplification in the perspective of the State and society democratization. The social relevance of the subject meets in the high decimation index of the formal companies, esteemed in fifty percent in the two first years of performance. To understand which existent enterprise educative processes and the contradictions between offer and the entrepreneurs access were object of the present inquiry, that consisted on the following primordial idea: description of entrepreneur concepts of micron and small enterprises, the consequences of the neo-liberal State and the productive reorganization in the small and micron company formation, the Project Metropolis and the Sebrae function, in which the actions of public politics are based on. For getting the subject of this study, a theoretical referential contributions of Enguita (1989), Marx (1975), Montaña (1999), Freire (1977) have been used. As investigation trajectory was adopted the dialect materialism method. According to the point of view of boarding object form the research is qualitative. Bibliographical research was carried through and the study of case was developed. The guideline categories of this paper had been: education, small enterprise, public politics, entrepreneur of micron and small companies.

Keywords: Education, small enterprise, public politics, citizenship.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGPE –	Associação Goiana da Micro e Pequena Empresa
ABDE –	Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
ABASE –	Associação Brasileira dos Sebraes das Unidades Federadas
ANPROTEC –	Associação Nacional das Entidades Promotoras de empreendimentos de Tecnologias Avançadas
ANPEI –	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais.
BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACB –	Confederação das Associações Comerciais do Brasil
CLT –	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA –	Confederação Nacional da Agricultura
CNC –	Confederação Nacional do Comercio
CNI –	Confederação Nacional da Indústria
FINEP –	Financiadora de Estudos e Pesquisas
FMI –	Fundo Monetário Internacional
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDIC –	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
PIB –	Produto Interno Bruto
SEBRAE –	Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa de Goiás
SEBRAE –	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa.
SENAI –	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC –	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral descrever a experiência do Projeto Metr pole, fruto da parceria entre o Serviço de Apoio  s Micro e Pequenas Empresas de Goiás – Sebrae e a Associa o Goiana da Micro e Pequena Empresa – AGPE.

O Sebrae se propõe a mediar um processo pedagógico contraditório de forma o política de consciência de classe, que cria e move sujeitos sociais propondo, uma forma o técnica dos trabalhadores na perspectiva do aumento da produtividade do trabalho. A hipótese que vem se confirmando   a de que, em que pese o ardil do capitalismo transnacional, tal experiência significa um importante espaço de amplia o da política na perspectiva da democratiza o do Estado e da sociedade.

A relevância social do tema encontra-se no alto  ndice de mortalidade das empresas formais, estimado em cinquenta por cento nos dois primeiros anos de vida. Compreender quais processos educativos empresariais existem e as contradi es entre a oferta e o acesso pelos empreendedores foi objeto da presente investiga o, que constou do seguinte: descri o do conceito de empresário de micro e pequena empresa, os reflexos do Estado neoliberal e da reestrutura o produtiva na formata o das micro e pequenas empresas, o Projeto Metr pole, o papel do Sebrae e que política pública fundamenta sua a o.

Para o estudo do assunto, foram utilizados como referenciais teóricos as contribui es de Enguita (1989), Marx (1975), Monta o (1999), Freire (1977). Foi adotado como trajetória de investiga o o método do materialismo dial tico, que, sendo a base filosófica do marxismo, realiza, conforme Trivinos (1987), a “tentativa de buscar explica es coerentes, lógicas e racionais para os fen menos da natureza, da sociedade e do pensamento”, se constituindo numa “concep o científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade”.

Dessa forma, o materialismo dial tico tem como base de seus princípios a matéria, a dial tica e a prática social e, conforme descreve Trivinos (1987),

pode-se dizer que a *concepção materialista* apresenta três características importantes. A primeira delas é a da *materialidade do mundo*, isto é, todos os fenômenos, objetos e processos que se realizam na realidade são materiais [...] são aspectos diferentes da *matéria em movimento*. A segunda peculiaridade do materialismo ressalta que a *matéria é anterior à consciência*. Isto significa reconhecer que a consciência é um reflexo da matéria, que esta existe objetivamente, que se constitui numa realidade objetiva. E, por último, o materialismo afirma que o *mundo é conhecível*. Esta fé na possibilidade que tem o homem de conhecer a realidade se desenvolve gradualmente. No começo, apenas o homem pode distinguir o objeto, fenômeno ou processo por sua qualidade. Só depois de um processo que pode levar milhares de anos, séculos, meses ou diferentes dimensões de duração, o homem é capaz de conhecer os aspectos quantitativos, a essência, a causa etc. do objeto (TRIVINOS (1987, p.52).

Do ponto de vista da forma de abordagem do objeto, a pesquisa é qualitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica e desenvolveu-se o estudo de caso. De acordo com Silva; Menezes (2001), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, existe um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Sendo assim, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas na pesquisa qualitativa, pois

o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

Com relação aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa enquadra-se na classificação de Silva; Menezes (2001) sob forma de pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na Internet e estudo de caso, já que abarcou o estudo de um objeto, ou seja as micro e pequenas empresas.

As categorias norteadoras deste trabalho foram: educação, pequeno empreendimento, políticas públicas, empreendedor de micro e pequena empresa. Neste sentido procurou-se desvelar o real em suas contradições da sociabilidade do capital, ou seja, no seu processo de reprodução que, com a Terceira Revolução Industrial e a globalização, ampliou significativamente o desemprego e a exclusão dos indigentes que constituem hoje um terço da população mundial.

Uma das propostas para enfrentar o desemprego crescente para os países em desenvolvimento deve ser investir na educação da sociedade e incentivar a criação de pequenas empresas. As micro e pequenas empresas – MPE - oferecem emprego no Brasil a

quase 60% da força de trabalho. Só este fato já assinala a importância socioeconômica da MPE como geradora de emprego.

A MPE neutraliza ou ameniza efeitos negativos do desenvolvimento capitalista², expresso no desemprego estrutural³, na automação e na flexibilização⁴ do contrato de trabalho. O problema não é individual, mas sim um drama nacional dos países pobres, pois a mão-de-obra menos qualificada é descartada, a matéria-prima exportada é desvalorizada e o atraso tecnológico torna pouco competitivas as mercadorias.

Dessa forma, o potencial das MPE, na geração de postos de trabalho “é um tema que vem assumindo importância crescente em nível mundial”⁵ e alguns exemplos internacionais, como se verá nesta análise, mostram que as MPE podem buscar garantir capacitação competitiva e maior eficiência (derivadas de ações conjuntas) para os empreendimentos assim definidos, em busca do desenvolvimento socioeconômico.

Para a realização da pesquisa empírica junto aos empreendedores, foram escolhidas por sorteio 30 empreendimentos junto à direção do projeto que contemplassem os empreendimentos do ramo de comércio, indústria e serviços. O Projeto Metrópole abrange empreendedores que estão agrupados em 51 células, sendo 39 são de empresas formais e 12 empresas informais. Cada célula tem uma média de 30 empresas.

Segundo esses critérios, foram escolhidos como objeto de pesquisa, 10 profissionais de higiene e beleza, 10 empresas de fabricação e comércio de móveis e 10 empresas de confecções. As entrevistas foram previamente agendadas, sendo viabilizadas 18 delas, sendo o entrevistado esclarecido de que se tratava de um trabalho acadêmico.

A pesquisa, realizada pelo autor nos meses de junho e julho de 2005, foi qualitativa e a técnica utilizada, o questionário semi estruturado, que abrangia as categorias: a) dados sobre o empreendedor e escolaridade, rendimento, carga horária de trabalho, b) dados sobre o empregado e c) dados sobre a empresa e do Projeto Metrópole.

As entrevistas foram gravadas, e os dados colhidos foram transcritos sendo que o nome dos entrevistados são fictícios para preservar o sigilo, conforme compromisso assumido. Os originais estão em poder do autor.

² Conforme descrito no Capítulo 1 “MPE como alternativa ao desemprego”.

³ Idem “A Importância das MPE”.

⁴ Conforme descrito no Capítulo 2 “Os MPE: uma recriação das políticas neoliberais”.

⁵ O debate em torno do desenvolvimento de firmas de pequeno porte e da geração de postos de trabalho torna-se especialmente pertinente num mundo em que o emprego (especialmente o emprego formal) torna-se cada vez mais escasso. URANI, 2002, p.15.

Para compreender a abrangência do tema, este trabalho foi estruturado em três capítulos. O propósito do primeiro é descrever a conceituação e a organização das micro e pequenas empresas, sua importância, seu papel sócio-econômico na sociedade e sua posição diante do discurso governamental de apoio e da prática enfrentada no dia-a-dia da competição capitalista.

O segundo capítulo analisa os reflexos do Estado neoliberal e da reestruturação produtiva na formatação das micro e pequenas empresas, procurando compreender os antecedentes da Terceira Revolução Industrial e a reestruturação produtiva que leva as MPE a uma recriação das políticas neoliberais.

O terceiro capítulo fundamenta-se na pesquisa empírica e busca compreender as dificuldades das MPE em integrar ações coletivas como alternativa para sair do isolamento e enfrentar a concorrência das grandes empresas e do capital globalizado.

As considerações finais mostram a necessidade de o empreendedor de micro e pequena empresa romper o isolamento para, a partir de iniciativas coletivas, ampliar o espaço de participação na formulação das políticas públicas e na gestão dos recursos públicos das entidades de apoio a ele direcionadas, pois, apesar da assistência do Sebrae no sentido de melhorar a produtividade no mundo empresarial, não se consegue implementar as ações propostas ou melhorar a organização dos processos de comercialização dos empreendedores de micro e pequenas empresas, em particular daqueles que foram objeto de estudo no presente trabalho.

CAPÍTULO 1: MICRO E PEQUENA EMPRESA OU MICRO E PEQUENO NEGÓCIO: O TRABALHO E A PRODUÇÃO COMO PRÁTICA NÃO EMANCIPADORA

Os homens têm consciência de que são incompletos, e assim, nesse estar inacabados e na consciência que disso têm, encontram-se as raízes mesmas da educação como fenômeno puramente humano. O caráter inacabado dos homens e o caráter evolutivo da realidade exigem que a educação seja uma atividade contínua. [...] continuamente refeita pela práxis (PAULO FREIRE)

Para Marx, o trabalho é um componente indispensável da educação. Em sua obra “O Capital”, Marx escreve:

Concebemos o trabalho sob uma forma na qual pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações que lembram as do tecelão, e uma abelha envergonharia, com a construção dos favos de sua colméia, mais de um arquiteto. Mas o que distingue vantajosamente o pior arquiteto da melhor abelha é que o primeiro modelou o favo na sua cabeça antes de construí-lo na cera. (MARX, s.d., p. 216).

Freire (1977) faz distinção entre “a educação sistemática, que só pode se transformar com o poder, e os trabalhos educativos que devem ser realizados com os oprimidos⁶ no processo de sua organização” e, em sua análise sobre as sociedades latino-americanas, relata:

As sociedades latino-americanas caracterizam-se por uma estrutura social hierárquica e rígida; pela falta de mercados internos, já que sua economia está controlada a partir do exterior: pela exportação de matérias-primas e importação de produtos manufaturados, sem que possam impor seus pontos de vista; por um sistema precário e seletivo de educação, no qual as escolas são um instrumento para manter o “status quo” [...]. (FREIRE, 1977 p. 66)

Para Freire, conforme descreve Enguita (1989, p. 103), “a educação verdadeira é práxis, reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo”, um esquema que significa: “1) que ninguém educa ninguém; 2) que tampouco ninguém se educa sozinho; 3) que os homens se educam entre si, mediados pelo mundo”.

⁶ A pedagogia libertadora de Paulo Freire, também conhecida como pedagogia do oprimido, consiste na educação voltada para a conscientização da opressão, que permitiria a consequente ação transformadora. Seu bem-sucedido projeto de alfabetização de adultos no Nordeste brasileiro foi desmantelado pela ditadura militar, e ele foi obrigado a exilar-se por quatorze anos (ARANHA, p.214).

O processo educativo, na tradição histórico-marxista, é um fenômeno social enraizado nas contradições, nas lutas sociais de classe, de modo que é nos embates da práxis social que vai se configurando o ideal de formação humana. Marx; Engels (1984, p. 72), escrevem a esse respeito:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes: isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material, dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em geral, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.

Freire (1977, p.81) afirma que a educação crítica é revolucionária. “Ela é profética e, como tal, portadora de esperança”. Esta educação crítica se faz necessário aos empreendedores de micro e pequenas empresas, pois

ela afirma que os homens são seres que se superam, que vão para a frente e olham para o futuro, seres para os quais a imobilidade representa uma ameaça fatal, para os quais ver o passado não deve ser mais que um meio para compreender claramente quem são e o que são, a fim de construir o futuro com mais sabedoria (FREIRE, 1977, p. 81-82).

A libertação dos homens, segundo Freire (1977, p. 77), implica em sua ação sobre o mundo para transformá-lo:

[...] se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis.

A educação baseada no trabalho – dentro da escola ou da educação formal - surge com força a partir da segunda metade do século XIX e de acordo com Enguita (1989, p. 21):

[...] as bases materiais da pequena produção, muitas vezes familiar, tinham permitido sempre a aprendizagem no próprio local de trabalho, bastante mais eficaz em termos pedagógicos, ocasionalmente e de forma marginal. Rousseau quer que Emílio aprenda um ofício e o faz adquirir os de agricultor e carpinteiro, mas é sabido que a educação de Emílio é uma educação anormal.

A transformação da indústria manufatureira em grande indústria baseada na maquinaria elimina progressivamente da face da terra a pequena produção e com ela o antigo

modelo de aprendizagem do trabalho que, de acordo com Enguita (1989, p. 22), passa a legitimar a necessidade da escola.

É então que a demanda de formação dos trabalhadores, tanto por parte deles próprios, como por parte dos novos patrões, se volta para uma terceira instituição, a escola. [...] A instituição escolar, como a educação em geral, esteve sempre ligada ao modo de produção.

O trabalho, para Marx, conforme Enguita (1989, p. 106), é “a relação do homem com a natureza, relação em cujo caráter transformador deve-se insistir”. E a natureza faz parte das “circunstâncias” do homem.

O trabalho, como a sociedade, deve ser transformado, e é no processo dessa transformação onde o indivíduo atual alcançará sua verdadeira dimensão humana. A função pedagógica do trabalho material, como a da sociedade em geral, não depende apenas das condições em que é dado ao homem, mas também e sobretudo da luta dos homens contra essas condições. (ENGUITA, 1989, p. 106)

O presente estudo discute as políticas públicas no campo da educação, tomando como referência o Projeto Metrôpole. Em particular, discute alguns pressupostos teóricos e estratégicos que embasam uma experiência concreta de educação de jovens e adultos que resulta de “parceria” entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae - e entidade representativa de empreendedores, conforme descrito no referido projeto.

O Projeto Metrôpole visa a fortalecer as micro e pequenas empresas através de sua organização em Células e Locais, com apoio direto e efetivo do Sebrae em Goiás, tendo como foco as aglomerações que possam vir a caracterizar Arranjos Produtivos Locais⁷ e a busca de soluções setoriais.

[...] ações que facilitem a ampliação das micro e pequenas empresas em áreas metropolitanas, ocupando-se da capacitação gerencial de empreendedores, com uma metodologia participativa, na busca de soluções setoriais [...] (Projeto Metrôpole, Sebrae, 2003, p.4).

⁷ Arranjos Produtivos Locais são um tipo particular de CLUSTER (concentrações geográficas de empresas – similares, relacionadas ou complementares – que atuam na mesma cadeia produtiva, auferindo vantagens de desempenho por meio da locação e, eventualmente, da especialização), formado por pequenas e médias empresas, agrupadas em torno de uma profissão ou de um negócio, no qual se enfatiza o papel desempenhado pelos relacionamentos – formais e informais – entre empresas e demais instituições envolvidas. Note-se que, nesses sistemas, as unidades produtivas podem ter atividades similares e/ou complementares, em que predomina a divisão do trabalho entre os diferentes participantes – empresas produtoras de bens e serviços, centros de pesquisa, centros de capacitação e treinamento e unidades de pesquisa e desenvolvimento, públicas e privadas. (www.sebrae.com.br)

De acordo com o Sebrae⁸, as MPE compartilham uma cultura comum e interagem, como um grupo, com o ambiente sócio-cultural local. Essas interações, de natureza cooperativa, estendem-se além do relacionamento comercial, e tendem a gerar ganhos de escala, de produção, para obter melhores condições competitivas associadas à socialização do conhecimento e à redução dos custos de transação. O Projeto MetrÓpole “caracteriza” as micro e pequenas empresas da seguinte forma:

Projeto MetrÓpole: Caracterização e Justificativas - as micro e pequenas empresas - MPE têm no Brasil, assim como na maioria dos países em desenvolvimento, um alto índice de mortalidade, chegando em algumas regiões e em alguns setores econômicos a mais do que 50 %, no seu primeiro ano de vida. Esta elevada mortalidade tem razões conhecidas pelo SEBRAE e demais órgãos de apoio e fomento: gestão deficiente, falta de formação do empresário e de seus funcionários; uso de tecnologias defasadas; baixa qualidade dos produtos/serviços ofertados; dificuldade para acessar linhas de crédito. Por outro lado, mais de 95 % de todas as empresas do país, são micro e pequenas e têm importância fundamental na economia nacional. Parcela ponderável dos grupos econômicos existentes nasceu como micro ou pequena empresa. O SEBRAE e outras entidades voltadas para o apoio às MPE, têm oferecido uma gama variada de produtos e serviços. Entretanto, constata-se que nem sempre os empresários buscam ou utilizam esta estrutura de apoio. O Projeto MetrÓpole pode reduzir esta resistência e usar todo o "know-how", produtos e serviços do SEBRAE para apoiar o desenvolvimento e a perenização das MPE brasileiras. O isolamento interno e externo do empresário da micro e pequena empresa, a fragilidade do seu empreendimento, sua baixa escolarização, sua desconfiança a respeito de qualquer tipo de apoio externo e a tendência em transferir a origem de seus problemas aos outros, reforçam as causas tradicionais de mortalidade, diminuindo consideravelmente a chance de sobreviver no mercado [...]

(Projeto MetrÓpole, Sebrae, 2003, p. 4).

O Projeto MetrÓpole é um programa do Sebrae/GO que propõe a formação/profissionalização empresarial de micro e pequenos empresários. Estes empresários, como sujeitos sociais, lutam por acesso e atualização de conhecimentos técnicos, pois, como sujeitos produtivos, desde a terceira revolução industrial são instados constantemente ao aumento da produtividade do trabalho em sua produção autônoma de renda. O processo de sociabilidade do capital, ou seja, de reprodução em seu dinamismo vai conformando novas condições técnicas, tecnológicas, qualificações/desqualificações, novas formas de organização do trabalho, como informalização/precarização do trabalho, terceirizações, enxugamentos/desemprego e transferência de setores menos produtivos para as micro e pequenas empresas - MPE. Esse processo caracteriza a terceira revolução industrial que será aqui também compreendida como:

⁸ www.sebrae.com.br, Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais – versão 2.0

[...] automação flexível [que] é a introdução, no processo produtivo, quer de mudanças organizacionais quer de inovações no sistema coordenado de máquinas do fordismo para o controle automatizado da produção integrada, num processo em que as máquinas controlam as suas próprias operações. (CARNEIRO, 1998, p. 12)

Nessa perspectiva da produção flexível, é necessário contextualizar e conceituar as micro e pequenas empresas, e para isso devem ser distinguidas duas categorias:

- a) empresa capitalista
 - a.1 – micro e pequena empresa
- b) empresário
 - b.1 – micro e pequeno empresário

a) Empresa Capitalista

Para compreender com rigor uma empresa capitalista, como propõe Montañó (1999), deve-se retomar Marx quando afirma que as determinações de toda empresa capitalista se fazem pela composição orgânica do capital, que se divide em “constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários.” (MARX, s.d., l.1, v.2, p. 712).

O valor da força de trabalho é variável, pois é a única mercadoria capaz de criar mais valor do que aquele que nela está contido (produção de mais-valia). Entretanto, é necessário levar em consideração a composição técnica do capital, pois qualquer operação, tanto na composição orgânica (meios de produção mais valor da força de trabalho) quanto técnica (organização da produção, divisão técnica do trabalho, cooperação, conhecimento, técnicas e tecnologias), é produzida pelo desenvolvimento tecnológico que aumenta a produtividade do trabalho e leva ao aumento do capital constante, em detrimento de sua composição variável (força de trabalho).

Marx alerta que “dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, s.d., l.1, v.2, p. 722-723). A mudança na composição técnica do capital ocorre pelo aumento da massa dos meios de produção empregada em relação à força de trabalho que os utiliza. Tal composição do capital se faz com aumento da parte constante às custas da parte variável, o que significa

que, quanto maior o nível tecnológico utilizado, o que aumenta o valor dos meios de produção consumidos, que são parte constante do capital, em razão direta, diminui o outro componente, que é a força de trabalho, ou seja, a parte variável do capital.

A razão é simplesmente esta: com a produtividade constante do trabalho, não só aumenta o volume dos meios de produção que ele consome, mas cai o valor desses meios de produção em comparação com o seu volume. Seu valor aumenta em termos absolutos, não só em proporção com seu volume. O aumento da diferença entre capital constante e variável (MARX, s. d., l.1, v.2, p. 724).

Para compreender as micro e pequenas empresas, é necessário, como afirma Montaño, (1999), complementar que a empresa também tem de ser entendida como instância de organização produtiva, que é definida por sua complexidade, formalização e dimensão. Considera-se a micro ou pequena empresa como uma organização produtiva definida pela sua dimensão, que apresenta uma estrutura elementar e caracteriza-se por ser pequena porque tem

[...] poucos trabalhadores, baixo volume de produção e comercialização e reduzido mercado e raio de incidência; pouco complexa – altamente centralizada, com pouca estratificação e escassa divisão de tarefas e papéis; e relativamente informal – insuficiente definição explícita de objetivos, normas, sistemas de sanções de recompensas, assim como irregular aplicação das leis sociais e empresariais. (MONTAÑO: 1999, p. 15)

Do ponto de vista da sua inserção no mercado, podem-se distinguir duas formas fundamentais de micro e pequena empresa:

a.1.1 – micro e pequena empresa de produção final, aquela que produz certa mercadoria ou serviço para o consumidor direto ou final ou para o distribuidor (ou intermediário comercial);

a.1.2 – micro e pequena empresa satélite, aquela que produz certa mercadoria ou serviço para uma grande empresa.

a.1.1 – Micro e Pequena Empresa de Produção Final

Neste caso, tem-se uma MPE que produz uma mercadoria (ou serviço), chegando a sua etapa final, pronta para consumo. Por se encontrar submetida à lógica do mercado e a trocas desiguais com os demais setores da economia, seu produto atende fatias do mercado de baixo poder aquisitivo, sujeitando-se, portanto, a lucros reduzidos, podendo até mesmo repassar a mercadoria produzida pelo valor de custo para dar continuidade ao ciclo produtivo.

Os produtos desta MPE “de produção final” podem chegar ao consumidor mediados por um comerciante ou distribuidor (intermediário comercial). Desta forma, a MPE se insere no mercado em condições desvantajosas. O preço de venda e o custo de produção não são determinados pelo proprietário.

Na verdade, esta forma de MPE se encontra ancorada no espaço e, às vezes no tempo. Ela, na sua generalidade, não consegue ampliar seu mercado além da área onde está situada. Atinge, assim, uma pequena comunidade, uma vizinhança, enfim, os arredores do seu *locus*. Isto limita extremamente seu raio de ação; o seu *mercado é estático* e, sendo seu produto quase sempre constante, a demanda inelástica. Desta forma, o empresário não consegue se libertar da lógica perversa que o acossa: por um lado, dada a baixa demanda do seu produto, por ser seu mercado restrito, ele deve aumentar o preço da sua mercadoria para ter um rendimento suficiente; por outro, se aumentar muito este preço, pode perder sua freguesia. (MONTAÑO, 1999, p. 22)

Em se tratando de formação do preço, o empresário deste tipo de MPE tem de manter seus preços baixos, apesar dos custos elevados de produção e baixas vendas levarem geralmente a rendimentos reduzidos, que apenas mantêm a subsistência, quer do empresário de MPE quer de seus trabalhadores, ainda que haja diferenças salariais. Isto não significa que muitas vezes, para iniciar o ciclo produtivo, o dito “empresário de MPE” tenha condições de vida tão precarizadas quanto as de seus trabalhadores. A diferença é que utiliza a sua força de trabalho para criação de valor, planejamento, organização da produção, execução e venda. É um trabalhador polivalente, pois tem de dar conta de todo o processo produtivo, indo da venda dos produtos até o recebimento.

a.1.2 – Micro e Pequena Empresa Satélite

Esta forma de MPE produz uma mercadoria (ou serviço) para uma empresa grande, matriz ou “sub-contratante”. Esta última utiliza o produto que compra da primeira como insumo, matéria-prima, material ou peças de reposição para a própria maquinaria, produtos necessários à sua produção. Desta forma, a MPE “sub-contratada” não tem uma produção destinada a satisfazer diretamente as necessidades de consumo da população.

Quanto mais especializada seja a produção da grande empresa, quanto mais monopolizada esteja sua produção e comercialização, tanto maior dependência gerará na MPE que “gira” em torno dela. É por este motivo que chamamos a esta forma de *empresa satélite*. (MONTAÑO, 1999, p. 23)

Esta MPE não vende seu produto ao consumidor, pois em geral não produz uma mercadoria final, e sim um produto intermediário. As limitações deste tipo de MPE, segundo Montañó (1999), têm várias origens, pois este tipo de MPE está totalmente limitada, não só na ampliação e diversificação do mercado, como também na variedade da sua produção. É que muitas vezes o trabalhador por encomenda especializou-se tanto naquele produto específico que mal poderia começar a produzir outras mercadorias.

Por outro lado, muitas vezes a instalação da empresa para confeccionar um produto determinado dificulta muito a troca de ramo de produção. Estas considerações obrigam o empresário da MPE a permanecer na sua atividade de origem e a continuar aceitando, cada vez mais desvantajosamente, as demandas e as ofertas da grande empresa sub-contratante em torno da qual gira. (MONTAÑO, 1999, p. 24)

A condição de descapitalização constante desta MPE impossibilita-a de introduzir modernas tecnologias e, portanto, de competir em condições de igualdade no mercado, constituindo, na realidade, uma forma de subordinação a uma grande empresa e ao capital, pois nesta situação ela é impedida de obter lucros.

b) O Empresário

O empresário - capitalista ou burguês – neste sistema é o detentor dos meios de produção; portanto, o capitalista que compra a força de trabalho, pois esta força lhe tem utilidade, uma vez que é a única dentre todas as mercadorias que cria mais valor do que contém. Por outro lado, no capitalismo, os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda a propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar (MARTINS, 1980, p. 200), sendo obrigados a trocarem a sua capacidade de trabalho por salário para poderem sobreviver.

Aparentemente essa troca entre pessoas juridicamente iguais é justa, entretanto produz resultados totalmente diferentes, pois o capitalista, ao comprar a força de trabalho, apropria-se do trabalho a mais produzido pelo trabalhador e ganha nesta relação, enquanto o trabalhador recebe apenas seu salário, que reproduz enquanto trabalhador, a cada trinta dias, uma vez que cobre apenas a sua subsistência e é desapropriado desvinculado do excedente do trabalho por ele produzido (mais-valia). O salário é determinado socialmente pela taxa de lucro do capital. Portanto, a relação social-capitalista é uma relação de exploração, que se

baseia na ilusão de que não existe exploração alguma, pois capital é trabalho não pago ao trabalhador, apropriado privadamente pelo capitalista.

A ilusão de que a relação social-capitalista é uma relação entre iguais, ainda que produza resultados econômicos desiguais, como salário e lucro, leva o trabalhador a alienar-se de sua capacidade de produzir, pois o produto do seu trabalho aparece como produto do capital e a riqueza por ele produzida não lhe é atribuída. Na verdade, o trabalhador também se aliena, pois

[...] ele não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho. Por isso, além de alienar, de entregar, o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. (MARTINS, 1980, p. 202-203)

Chauí (1999), retomando Marx, explica que o fenômeno da alienação é próprio das relações capitalistas de produção, ou seja, da sociabilidade do capital. Neste sentido, Chauí (1999 p. 170 e 172) conceitua alienação como

[...] o fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a esta criatura como se ela existisse por si mesma e em si mesma, deixam-se governar por ela como se ela tivesse poder em si e por si mesma, não se reconhecem na obra que criaram, fazendo-a em ser outro, separado dos homens, superior a eles e com poder sobre eles. (...) Na alienação social, os seres humanos não se reconhecem como produtores de instituições sócio-políticas (como, por exemplo, o Estado, a família, o casamento, a propriedade, o mercado, etc.) e oscilam entre duas atitudes: ou aceitam passivamente tudo que existe, por ser tido como natural, divino ou racional, ou se rebelam individualmente, julgando que, por sua própria vontade e inteligência, pode mais do que a realidade que os condiciona.

Enguita (1989), também retomando Marx, mostra que, se uma das faces do trabalho é a hominização, ou seja, a humanização crítica que leva o homem a desenvolver sua capacidade de racionalidade pelo trabalho, desde a posição ereta, a utilização das mãos, a comunicação/linguagem e o desenvolvimento do corpo/cérebro, por outro lado mostra a necessidade de se considerar a outra face do trabalho, necessária, inevitável, imposta e, assim, questiona:

Em que consiste, pois, a alienação do trabalho? Primeiramente, no fato de que o trabalho é *externo* ao trabalhador, isto é, não pertence a seu ser: que em seu trabalho, o trabalhador não se afirma, mas se nega; não se sente feliz, mas infeliz; não desenvolve uma livre energia física e espiritual, mas mortifica seu corpo e arruína seu espírito. Por isso o trabalhador só se sente ele mesmo fora do trabalho, e no trabalho algo fora dele. Ele se sente em casa quando não trabalha, e quando trabalha não se sente em casa. Seu trabalho não é, assim, voluntário, mas obrigado; é *trabalho forçado*. Por isso não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer as necessidades fora do trabalho (...). Disto resulta que o homem (trabalhador) apenas se sente livre em suas funções animais, no comer, beber, procriar, e quando muito no que se refere à habitação e à vestimenta, e em troca em suas funções humanas sente-se como animal. O que é animal torna-se humano e o que é humano torna-se animal. (MARX. Apud ENGUITA, 1989, p.22)

As relações capitalistas de produção coisificam o ser humano pois em seu trabalho o homem se nega e se aliena.

b.1 – O Micro e Pequeno Empresário

É nessa relação social de produção de sociabilidade do capital que se deve compreender quem é de fato o micro e o pequeno empresário⁹. Esse empresário é chamado por Urani (2002), de microempresário:

Microempresários são figuras de tipo “artesanal”, em sua maior parte sub-fornecedores, proprietários de empresas individuais ou não, de dimensão familiar ou com menos de 15 empregados. Trata-se de uma parte que forma a galáxia do trabalho considerado “autônomo”: os seus contornos não estão bem definidos e apresenta-se para o senso comum como uma zona cinzenta, na qual se acredita em certo grau de mobilidade, seja horizontal ou vertical, maior do que o existente em relação ao trabalhador assalariado formal (URANI, 2002, p. 248).

Montaño (1999) adverte que, para iniciar a presente reflexão, o fundamento reside em um questionamento: como pensar este empresário dentro da divisão do trabalho se ao mesmo tempo ele é proprietário dos meios de produção e trabalhador?

O empresário da micro e pequena empresa, enquanto proprietário dos meios de produção pode ser definido como um capitalista. Entretanto, a questão é muito mais complexa do que aparentemente se apresenta. É importante observar que, no sistema capitalista de produção, a relação de exploração não se esgota somente no vínculo de assalariamento. A essência do capitalismo fundamenta-se na apropriação do valor excedente, criado por outros,

ou seja, na apropriação do produto do trabalho de outros, legitimado no processo de livre contrato de compra e venda de mercadorias de diversos valores e usos. Portanto, o empresário da micro e pequena empresa é, também, um produtor de valor, que troca as suas mercadorias por contratos com grandes empresas e não tem controle sobre o preço de seu produto perdendo, portanto, parte do valor por ele criado. Assim, como chama a atenção Montaño (1999, p. 82) “quem produz valor, independente de ter ou não meios de produção, é um trabalhador.”

O empresário da micro e pequena empresa é um trabalhador efetivamente, no entanto ele também compra força de trabalho, o que leva a um segundo questionamento: como pensar o empresário da micro e pequena empresa como um trabalhador, se ele também é patrão, explora a força de trabalho e se apropria da mais-valia?

De fato, o empresário de micro e pequena empresa, ao contratar trabalhadores para a produção de bens ou serviços, contrata-os, normalmente, de forma precarizada, de acordo com suas próprias condições de trabalho, também precarizadas. Isso significa condições desfavoráveis para adquirir matéria-prima, dada, a pequena escala de compra e produção, numa relação de troca entre desiguais, pois o preço de aquisição geralmente é determinado pelo fornecedor que, por sua vez, apropria-se de parte da mais valia relativa e até absoluta produzida neste setor.

Se na venda da mercadoria o preço é determinado pelo contratante ou pelo mercado, sua apropriação de lucro (mais-valia) é transitória, pois esse lucro mal repõe as condições necessárias ao início do novo ciclo de produção de mercadorias. Assim, como afirma Marx, na verdade, ele [o trabalhador/empresário da MPE, no presente caso] pode, como seu empregado, trabalhar, participar diretamente do processo de produção, mas será então um intermediário entre capitalista e trabalhador, um “pequeno patrão” (Marx, 1980, I.I, v.1, p.352). Montaño (1999, p. 87-88) enumera alguns motivos, além dos já citados, pelos quais esse microempresário se aproxima mais das condições de luta pela sobrevivência do trabalhador do que do patrão:

⁹“Todavia, [diz Marx, referindo-se aos artesãos dos séculos XVI a XVIII] a condição desses trabalhadores parciais que trabalham a domicílio para um capitalista (fabricante, *établisseeur*) é totalmente diversa da do artífice independente que trabalha para seus próprios clientes.” (Marx, 1980, I.I, p. 394)

1. o empresário da MPE é, quase sempre, dono de meios de produção; 2. ele explora, em muitos casos, força de trabalho; 3. no entanto, participa geralmente na atividade produtiva; 4. o valor criado na sua empresa é fatalmente expropriado pela grande empresa quando vai ao mercado comprar insumos (do fornecedor) ou vender seus produtos (à empresa sub-contratante); 5. assim, suas rendas (por vendas) apenas conseguem cobrir custos de produção (com um eventual “salário” para ele, o que é um custo na medida em que participa na produção); 6. por este motivo, a forma de circulação da MPE seria mais do tipo M-D-M; ou seja, não compra para vender, mas vende para comprar, para consumir; 7. neste sentido, podemos dizer que, em geral, a MPE não aumenta seu capital real, apenas o repõe reproduzindo-o atualizado (o que nem sempre ocorre); 8. daqui se deduz que o resultado objetivo da ação do empresário da MPE é a subsistência pessoal e familiar e a obtenção de rendimentos para seu consumo e não acumulação capitalista. Trata-se de um objetivo, pois, *ligado à procura ou de uma alternativa ao salário, ou de um complemento a este, ou de uma estratégia de sobrevivência que compense a exclusão do mercado formal de trabalho.*

A impossibilidade de competir com as grandes empresas capitalistas no mercado os reduz, pouco a pouco, à condição de proletários, fazendo com que esses pequenos produtores – que não existem como classe no nível do modo de produção puro, mas sim como classe de transição, que surge da desintegração das relações de produção, tendem a desaparecer, conforme relata Harnecker (s/d, p. 179), devido ao “isolamento de seus membros, devido à forma independente de produzir, seu caráter transitório, seu caráter intermediário entre o proletariado e a burguesia (...) subordinada e explorada pelo sistema capitalista dominante por causa de seu isolamento.”

Desta forma, esse empresário da micro e pequena empresa é um trabalhador para o capital, um trabalhador/empresário, que assume ao mesmo tempo o planejamento, a gestão, a execução da produção e até mesmo o processo de comercialização constituindo, portanto, um tipo de trabalhador que tem de dominar a totalidade dos conhecimentos do processo produtivo, assumindo, por sua conta e risco, o papel de coordenador dos demais trabalhadores.

Caracteriza-se a micro e pequena empresa, também pelo não-cumprimento da legislação trabalhista, com horário para começar a produção e sem horário para terminar, não havendo condições de oferecer férias, feriados, sábados e domingos, não contando com a proteção dos equipamentos de prevenção de acidentes de trabalho, não oferecendo plano de saúde, com locais de trabalho insalubres, utilizando-se de métodos e tecnologias ultrapassadas e equipamentos sucateados, o que exige um grande esforço para produzir com custos competitivos para o mercado, significando a precarização das condições de trabalho, a exploração de mais-valia absoluta, na maioria das vezes única e exclusivamente para repor as condições de sobrevivência de ciclos de produção.

1.1 Aspectos Fundamentais da Organização da Produção da Mpe

Para compreender ainda melhor a MPE como organização produtiva e analisar sua estrutura Montañó (1999), considera três aspectos fundamentais:

- dimensão,
- complexidade e
- formalização.

De acordo com Montañó (1999, p.14), “a **dimensão** leva em conta certos elementos como número de membros que compõem a organização, volume de produção e comercialização, custos de produção, ponto de equilíbrio, número de mercadorias produzidas e volume de vendas, capital fixo e capital de giro, mercado que atende, volume de lucro etc.”

Para entender melhor a dimensão, necessário se faz definir como o Estado classifica as micro e pequenas empresas. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae - adota como critérios de definição o tamanho da empresa e o volume de faturamento para classificá-las dentro dos limites estabelecidos e fazer com que possam usufruir os benefícios e incentivos previstos nas legislações. As leis que dispõem sobre o tratamento diferenciado a este segmento e que buscam alcançar objetivos prioritários de política, como o aumento das exportações, a geração de emprego e renda, a diminuição da informalidade dos pequenos negócios, entre outras, resultam das lutas políticas dos micro e pequenos empresários.

No **Estatuto da Microempresa** (1999), o critério adotado para conceituar micro e pequena empresa é a receita bruta anual, cujos valores foram atualizados pelo Decreto nº 5.028, de 31 de março de 2004, que corrigiu os limites originalmente estabelecidos para microempresa¹⁰ e empresa de pequeno porte¹¹.

Atualmente, os critérios acima vêm sendo adotados em diversos programas de crédito do governo federal em apoio às MPE. O regime simplificado de tributação SIMPLES também adota o critério do Estatuto para enquadrar as pequenas empresas, mas ainda não corrigiu o valor antigo, que permanece em R\$ 1.200.000,00. Em diversos regimes simplificados de tributação dos Estados também são utilizados os limites de valor do Estatuto,

¹⁰ Microempresa: receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14.

¹¹ Empresa de pequeno porte: receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00

enquanto outros Estados utilizam limites próprios, adaptados à sua situação econômica e fiscal própria. Há estatísticas sobre micro e pequenas empresas que utilizam outros limites¹².

Tratando agora sobre **complexidade**, Montañó (1999, p. 14) destaca a realidade da MPE no sistema: 1. a *centralização*, ou seja “a MPE, por seu reduzido número de membros e pela intensidade nas relações interpessoais, é altamente centralizada”; 2. a *estratificação quase inexistente*, devido ao número reduzido de membros, restringindo apenas a “direção empresarial (os proprietários) e a área produtiva (os trabalhadores)”, e 3. a divisão técnica do trabalho. Aqui há uma “variedade relativa ao tipo de atividade e mercadoria e à escassa divisão de tarefas. Em geral, ”todos fazem de tudo; como o velho artesão, o trabalhador da MPE geralmente acompanha o produto desde a sua etapa inicial até a fase final”.

Urani (2002, p. 248) afirma que se deve correlacionar os pequenos e micro empresários com figuras do tipo “artesanal” e que ainda são definidos como “figuras que organizam e sustentam a cooperação produtiva na base, seja sobre o terreno da sub-contratação, seja sobre o terreno da contínua inovação de produto e de processo”. Seja no trabalho ou na empresa, essas “figuras” desenvolvem o mais alto grau de flexibilidade e o mais baixo nível de garantias, suportando as maiores cargas de trabalho e uma imposição fiscal da qual não se verificam contrapartidas em termos de serviços e infra-estrutura .”

Por último, em se tratando da **formalização**, Montañó (1999, p.15) relata que a MPE possui um elevado grau de informalidade em suas relações considerando o “grau de definição e explicitação de objetivos, normas e planejamento, mas também o nível de cumprimento com as disposições legais.”

No Brasil, o número de empresas informais¹³ subiu 9,9% de 1997 a 2003, chegando a 10.335 milhões de empresas. Em 2003, as empresas informais no Brasil perfaziam um assustador total de 98%.

No país, dos 10.525 milhões de microempresas identificadas, 10.335 milhões (98%) se enquadravam no conceito de informalidade. Destas, 7,6 milhões não tinham nenhum tipo de registro jurídico. Somente 2,5% (cerca de 200 mil) tentaram regularizar a atividade¹⁴.

¹² Nos levantamentos dos censos e das pesquisas sócio-econômicas anuais e mensais, o IBGE classifica as firmas segundo as faixas de pessoal ocupado total. O conceito abrange não somente os empregados, mas inclui também os proprietários das empresas, como forma de se dispor de informações sobre o expressivo número de micro unidades empresariais que não empregam trabalhadores, mas funcionam como importante fator de geração de renda para seus proprietários.

¹³ O popular, Goiânia, Caderno de economia, p. 14, 20 maio 2005

¹⁴ idem

O trabalho informal caracteriza-se no Brasil pelo predomínio dos homens, que representam 60% da força de trabalho abarcando um contingente de 13,9 milhões de pessoas e atingindo principalmente duas faixas etárias: de 40 a 59 anos e de 25 a 39 anos. Segundo Urani¹⁵ este é um mundo que sempre foi tratado como “sobra” do modelo de desenvolvimento. Entretanto, metade da população brasileira é de famílias chefiadas por trabalhador informal.

O Estado de Goiás, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁶, em 1997 tinha 310.167 mil empresas informais. Cerca de 31% das empresas informais alegam terem sido empurradas para tal situação, a “informalidade”, devido ao alto custo dos impostos e à burocracia¹⁷, o que as levaria, se regularizadas, à extinção. Goiás tem 2,8% do total de empresas informais do país, e estas constituem 88% das empresas goianas sem constituição jurídica. Destas 88% empresas informais, 73% estão no comércio, sendo que 35% vão ao domicílio do cliente.

Uma das questões que chama a atenção é que o número de pessoas ocupadas na informalidade em 2003 foi de 400,023 mil, o que demonstra que, em média, cada empresa ocupa 1,28 trabalhador. Essa realidade demonstra que no Estado de Goiás o trabalho informal é quase que individual, o que leva a confirmar que este indivíduo, denominado micro e pequeno empresário, na sua grande maioria foi excluído dos registros formais de emprego e a informalidade foi o único caminho de garantia de sobrevivência precária, ou seja, é uma modalidade de trabalhador para o capital.

1.2 As Concepções e a Importância do Papel Social das Micro e Pequenas Empresas

As características das micro e pequenas empresas, são conseqüências e não causas da sua situação, localização e participação no contexto sócio-histórico. Para entender a realidade destes sujeitos produtivos, Arocena (1987, p. 29-31) destaca, três concepções sobre micro e pequena empresa – MPE, em virtude da interpretação do seu papel e de sua inserção na sociedade.

¹⁵ Urani, André **O Popular**, caderno economia, 20/05/2005.

¹⁶ IBGE, pesquisa divulgada em 19.05.2005 sobre informalidade.

1.2.1 - MPE como iniciativa privada

1.2.2 - MPE como alternativa ao desemprego

1.2.3 - MPE como categoria sócio-econômica e política num sistema

1.2.1 – MPE como iniciativa privada

Esta concepção interpreta o empresário da MPE como mais um empreendedor capitalista, dentre outros, diferenciando-se apenas pelas suas dimensões¹⁸. Seria, parafraseando as teses desenvolvimentistas, um “capitalista em vias de desenvolvimento”.

1.2.2 – MPE como alternativa ao desemprego

De acordo com dados do Sebrae¹⁹ o total de empresas formais em atividade no Brasil, em 2001, alcançava 4,63 milhões de unidades, nos setores da indústria, comércio e serviços (tabela 1). As microempresas representavam 93,9 % do total de firmas. O conjunto das micro e pequenas empresas alcançava 99,2 % do total. Dessa forma e conforme cita Montañó (1999, p. 25), “a MPE se converte numa categoria politicamente estratégica para a legitimação do Estado e do sistema no contexto da reestruturação produtiva (absorvendo grandes massas de trabalhadores afastados do mercado formal de trabalho)”. Grande parte dos proprietários de empresa atuais foram funcionários, como mostra o gráfico a seguir²⁰.

¹⁷ “Desistiram por causa da burocracia e dos custos. Mas o pior é que 7,4 milhões nem sequer tentaram!, diz Ângela Filgueiras Jorge, que coordenou o estudo do IBGE. **O popular**, caderno economia, 20/05/2005)

¹⁸ Estas dimensões são abordadas no Cap. 1, pág. 11 e 12

¹⁹ www.sebrae.com.br “estudos e pesquisas, empresas formais”.

²⁰ www.sebrae.com.br, fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil.

Tabela 1 Atividade exercida pelo proprietário ou do administrador antes de Constituir a empresa (Brasil)		
Atividades	Empresas	
	Extintas	Ativas
Funcionário de empresa privada	30%	34%
Autônomo	25%	24%
Empresário	10%	10%
Dona de casa	8%	5%
Estudante	7%	9%
Funcionário Público	7%	7%
Atuava no mercado financeiro	6%	6%
Aposentado	3%	2%
Nenhuma	2%	-
Vivia de rendas	1%	1%
Outra atividade	1%	2%
Total	100%	100%

Fonte: www.sebrae.com.br “estudos e pesquisas, empresas formais”.

1.2.3 – MPE como categoria sócio-econômica e política num sistema

Não se pode entender o fenômeno da MPE se esta não for estudada como parte inteiramente integrante de um contexto sócio-econômico, como parte de uma relação política e econômica entre desiguais. Dessa forma, as MPE podem ser vistas como resultado de um processo histórico do capitalismo no estágio atual do monopólio e como parte da reestruturação produtiva. Tal reestruturação, segundo Alves (2000, p. 184), foi facilitada pelo “desmoronamento” do “socialismo real [...] pode ser considerada uma importante determinação sócio-histórica do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 90”. Tal situação propiciou também, como ressalta Alves (2000, p. 184), “a nova ofensiva do capital na produção, que se aproveitou de uma situação de recuo político (e ideológico) da classe trabalhadora para, valendo-se disso, promover a constituição de uma nova hegemonia do capital na produção”.

De acordo com Montañó (1999, p. 98-99), a MPE é parte, “sob a ótica do grande capital e das classes hegemônicas, de uma alternativa de desenvolvimento econômico focalizado e hegemônico pelas grandes empresas; e mais: é parte da estratégia neoliberal

para reverter os efeitos negativos da crise, facilitando a reestruturação produtiva em face da globalização”, uma vez que a maioria dos “micro e pequenos empresários”²¹ apenas provê a sua subsistência. Ele é, portanto, um trabalhador para o capital. Este é o conceito de MPE assumido neste trabalho.

No processo sócio-histórico-político e econômico das micro e pequenas empresas, o Estado Brasileiro tem sido cobrado no sentido de facilitar e proteger estas organizações, mas na prática as conquistas, principalmente em relação à legislação, são tímidas, inexecutáveis, pois sempre carecem de “regulamentação”, ainda que na Constituição Federal brasileira existam vários artigos que se referem à adoção de medidas de apoio às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), através de legislação infra-constitucional, como leis, decretos e outros instrumentos legais. Os artigos 146, 170, 179 da Constituição de 1988 contêm os marcos legais que fundamentam as medidas e ações de apoio às micro e pequenas empresas no Brasil. O artigo 170 insere as ME e as EPP nos princípios gerais da ordem econômica, que deveriam favorecer a abertura e o funcionamento das micro e pequenas empresas. O artigo 179 orienta as administrações públicas a dispensar tratamento jurídico diferenciado ao segmento, visando a incentivá-lo pela simplificação ou redução das obrigações tributárias, por meio de leis. Entretanto, em que pesem os “benefícios” citados, a “*livre*” concorrência, valor fundante do liberalismo econômico e do neo-liberalismo, deixa sem amparo, na prática, a MPE.

Diversas outras ações de apoio estão previstas no Estatuto e no Decreto 3.474, necessitando de implementação, como a aplicação nas MPE de 20% dos recursos federais em pesquisa e capacitação tecnológica; a constituição de sociedades de garantia solidária; a implantação de incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento empresarial, entre outras medidas.

²¹ Apenas uma minoria muito restrita consegue de fato, pelos motivos expostos, tornar-se empresário capitalista, o que embasa nosso conceito.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O ESTATUTO Em termos evolutivos, a primeira medida legal no Brasil estabelecendo tratamento especial as empresas de pequeno porte foi definida em 1984, com a instituição, pela Lei nº 7.256, do Estatuto da Microempresa, contemplando apoio ao segmento nas áreas administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista. Um segundo Estatuto foi aprovado em 1994, com a Lei 8.864, prevendo tratamento favorecido nos campos trabalhista, previdenciário, fiscal, creditício e de desenvolvimento empresarial. Tal como o Estatuto anterior, a aprovação dessa lei não resultou em desdobramentos em termos de regulamentação de todos os benefícios definidos na Lei. Somente em 1996 ocorreu a implementação de uma medida importante, no campo tributário, através da ação decisiva do SEBRAE e das instituições de classe representativas das empresas de pequeno porte junto ao Congresso Nacional. Foi obtida a aprovação da Lei 9.317, que aprimorou e ampliou o sistema de pagamentos de impostos já em vigor para as microempresas. O novo regime, o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES, incluiu as pequenas empresas como beneficiárias da tributação simplificada e ampliou a relação dos impostos e contribuições incluídos no benefício da arrecadação única. Em 1999 foi aprovado um novo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei n.º 9.841/99, com fundamento nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal, regulamentada pelo Decreto nº 3.474/00. A Lei estabeleceu diretrizes para a concessão de tratamento diferenciado aos pequenos negócios nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. (www.sebrae.com.br)

É preciso mostrar a real importância e colaboração das MPE como demonstram os dados que se seguem.

1.3 A Importância das MPE

A crise estrutural do capital e do capitalismo no plano internacional, em sua forma mais profunda e prolongada, iniciou-se em 1973, tendo como destaque a crise mundial do petróleo e a queda tendencial da taxa de lucro. Em resposta a esses fatos, o capital buscou alternativas para retomar os seus níveis de acumulação, que se expressaram em novas formas de gestão e controle do trabalho, e obteve a ampliação da exploração da força de trabalho pela mais-valia relativa (inovação tecnológica) e pela mais-valia absoluta (ampliação do ritmo de trabalho).

O processo de trabalho sofre profundas modificações na década de 1980, nos países de capitalismo avançado, com desdobramentos e inflexões diferenciadas a partir da década de 1990, nos países industrializados do chamado Terceiro Mundo.

As modificações ocorridas pela diferenciação dos processos de trabalho na produção: fordismo, taylorismo e toyotismo, ou acumulação flexível – como veremos no próximo capítulo - pressupõem, na ordem do capital, formas diferenciadas de exploração, culminando na acumulação flexível, cujas repercussões profundas afetam a “objetividade e subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho e, portanto, a sua forma de ser” (Antunes, 1995, p.15). Como ressalta Antunes, as formas diferenciadas de exploração do capital na produção flexível com a terceirização/precarização recria com ênfase as MPE, em sua grande maioria como uma das formas de trabalhador para o capital. A importância deste trabalhador reside na ideologia da responsabilização individual, quando na realidade sua atividade é de grande importância social, pois é responsável pela geração de mais de 50% das ocupações para prover a subsistência dos brasileiros (as), como demonstra-se a seguir.

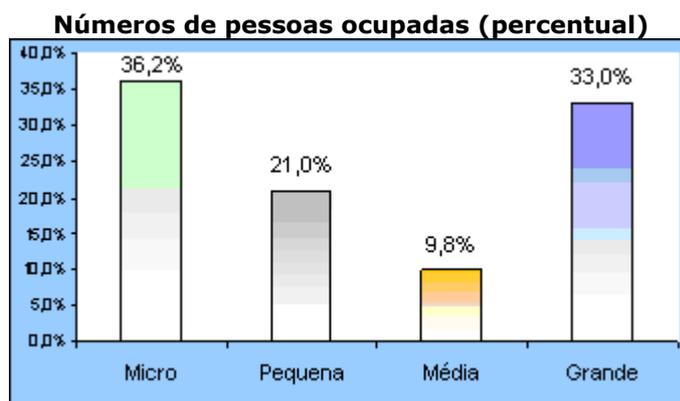
Segundo o Sebrae (2002)²², das pessoas ocupadas no país, a geração de empregos nas empresas formais alcançava o total de 27.561.924 ocupações em 2002, representando 42% de toda a população economicamente ativa no meio urbano. Daquele total, 57,2 % estavam empregadas em micro e pequenas empresas, alcançando 15.757.076 pessoas. O setor que mais emprega nas microempresas é o comércio, que ocupava 58,9% dos empregos nesse setor. O segundo setor que mais gera empregos nas microempresas é o de serviços, com 28,8% do total setorial.

Tabela 2 - Número de pessoas ocupadas nas empresas formais, por porte e setor de atividade – 2002

Norte	Micro		Pequena		Média		Grande		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria	1.571.608	23,7	1.471.254	22,2	1.322.673	20,0	2.256.721	34,1	6.622.256	100
Construção	356.660	27,3	339.777	26,0	327.135	25,0	284.005	21,7	1.307.577	100
Comércio	4.664.545	58,9	1.772.233	22,4	327.443	4,1	1.161.426	14,7	7.925.647	100
Serviços	3.374.388	28,8	2.206.611	18,8	722.852	6,2	5.402.593	46,2	11.706.444	100
Total	9.967.201	36,2	5.789.875	21,0	2.700.103	9,8	9.104.745	33,0	27.561.924	100

Fonte: IBGE; Elaboração SEBRAE/UED

²² www.sebrae.com.br “estudos e pesquisas, empresas formais”.



Fonte: www.sebrae.com.br “estudos e pesquisas, empresas formais”.

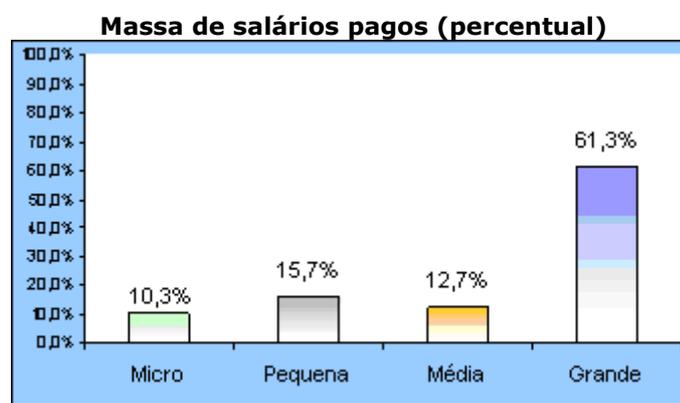
A massa salarial, conforme demonstra a tabela 3 a seguir, mostra o total de salários e outros rendimentos pagos pelas empresas formais, segundo seu porte. As microempresas e as empresas de pequeno porte distribuíram o total de R\$ 56,0 bilhões, representando 26% de toda a massa salarial das empresas em 2002.

Tabela 3 - Massa de salários pagos pelas empresas formais, por porte e setor de atividade - 2002

(R\$ 1.000,00)

Norte	Micro		Pequena		Média		Grande		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria	5.490.308	7,5	10.038.462	13,6	15.760.867	21,4	42.311.468	57,5	73.601.105	100
Construção	1.178.606	12,9	2.167.683	23,8	2.663.710	29,2	3.108.322	34,1	9.118.321	100
Comércio	7.700.783	25,5	8.789.197	29,1	2.461.583	8,2	11.239.015	37,2	30.190.578	100
Serviços	7.787.512	12,5	12.887.019	18,8	6.579.201	6,4	75.717.359	73,5	102.971.091	100
Total	22.157.209	15,7	33.882.361	21,0	27.465.361	12,7	132.376.164	61,3	215.881.095	100

Fonte: IBGE; Elaboração SEBRAE/UED.



Fonte: www.sebrae.com.br “estudos e pesquisas, empresas formais”.

Dados do IBGE mostram que, em 2002, o número de micro e pequenas empresas no setor formal urbano (excluindo o governo) era de 4,88 milhões, representando 99,2% do total de 4,918 milhões de empresas. Ainda no setor formal, as MPE empregam 56,1% da força de trabalho que atua no setor formal urbano (excluindo os empregados governamentais).

Na economia informal, as MPE representam 9,5 milhões de empreendimentos, envolvendo trabalhadores autônomos e pequenos empregadores, com um a cinco empregados, segundo a pesquisa ECINF, de 1997, do IBGE.

No meio rural, as MPE representam 4,1 milhões de proprietários familiares com até quatro módulos rurais, de acordo com o INCRA.

Esse é o mundo formal. Juntem-se a ele 9,5 milhões de empresas informais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e não estão incluídas aí as quatro milhões de pequenas propriedades rurais de agricultura familiar.

As MPE são, atualmente, o grande fator gerador de ocupação, porque a grande empresa, pela necessidade de aumentar a produtividade, pela exigência da globalização, automatiza-se cada vez mais e, assim, emprega cada vez menos.

No capitalismo concorrencial, na sua forma clássica e tradicional de assalariamento, quem se responsabiliza pelos custos tanto da produção quanto da reprodução da força de trabalho é, fundamentalmente, o capitalista; na fase monopolista do capitalismo, as políticas sociais assumem parte importante destes custos de manutenção da força de trabalho, retirando do capitalista uma parcela significativa das suas responsabilidades e socializando seus custos. Com a sub-contratação da MPE, a responsabilidade pelo sustento do trabalhador/empresário não recai já, direta ou indiretamente, no grande capital, mas no próprio trabalhador, no proprietário da força de trabalho e criador de valor, ou então no empresário da MPE – completando, assim o processo de “des-responsabilização” do capital e do Estado pela reprodução da força de trabalho.

A infra-estrutura industrial necessária, os meios de produção, enfim, o capital constante da empresa matriz é agora sensivelmente inferior. As horas trabalhadas acima da jornada legal de oito horas não são mais pagas pelo capitalista como horas extras, pois agora a mercadoria que este compra não é mais a força de trabalho, mas o produto dela.

[...] o “salário por peça”, segundo a caracterização de Marx, “proporciona ao capitalista uma medida precisa da intensidade do trabalho. Só se considera, então, tempo de trabalho socialmente necessário, sendo como tal pago, o tempo de trabalho que se corporifica numa quantidade de mercadorias previamente determinada” (MARX, 1980, l. I, v.2 P.639).

Dado o salário por peça – diz Marx – é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar o salário diário (...) além disso, o prolongamento da jornada, mesmo permanecendo constante o salário por peça, acarreta por si mesmo baixa no preço do trabalho” (MARX, 1980, L.1, v.2, p. 640-641).

O tempo dedicado ao descanso, assim como as frações de tempo perdidas, a porosidade da produção, passam agora a ser custeadas pelo empresário de MPE. Por outro lado, agora é na MPE que recaem as perdas pela produção falha ou defeituosa e os desperdícios, que não servem para comercializar nem como matéria-prima.

Os riscos de a produção, de o investimento, quer dizer de a oferta de mercado superar a demanda e ficar super-estocado, ou das suas flutuações, ficam agora na MPE. A empresa sub-contratante compra da MPE apenas em razão de um cálculo, uma previsão racional, sobre as possibilidades de venda.

Estando a produção de valor na MPE satélite, não é mais necessário que o capitalista invista dinheiro nas atividades dirigidas a inspeção e controle (nem em forma de incentivo ou estímulo à produção), pois só compra o produto já terminado e em bom estado, independentemente do tempo gasto em sua elaboração. É o próprio empresário da MPE o interessado em diminuir o tempo necessário e os custos de produção, aumentando a produtividade²³.

Os direitos trabalhistas, que foram conquistas históricas a partir das lutas lideradas por operários industriais, não atingem a relação de sub-contratação, e sim apenas a relação salarial, deixando desamparado o trabalhador autônomo e/ou passando seus custos para o empresário da MPE, desonerando o grande capital desta responsabilidade.

Estes dados, por si só, dão uma dimensão da necessidade de organização política, econômica e social dos empresários de micro e pequenas empresas para pressionar o Estado a ser realmente o facilitador e o fomentador deste setor da economia, dada a sua importância como o maior empregador de força de trabalho.

²³ Como aponta Marx (1980, l.1, v.2, p. 639) sobre o “salário por peça”, “a qualidade do trabalho é controlada aqui pelo próprio resultado, que tem de possuir a qualidade média, a fim de que seja pago”.

Neste contexto, a importância da MPE será analisada no Projeto Metrópole²⁴ através de um estudo de caso que exemplifica a luta e a organização desses trabalhadores para o capital, travestidos de “empresários”, por uma política pública de Estado que os possibilite garantir ao menos a sua subsistência, protegendo-os através da legislação e políticas públicas, da voracidade do grande capital.

É necessário compreender, portanto, que Estado é esse, o que será discutido no próximo capítulo.

²⁴ Capítulo 3

CAPÍTULO 2: OS REFLEXOS DO ESTADO NEOLIBERAL E DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA FORMATAÇÃO DAS MPES.

"[...] a questão do Estado é uma das mais complexas, mais difíceis e, talvez, a mais embrulhada pelos eruditos, escritores e filósofos burgueses. [...] Todo aquele que quiser meditar seriamente sobre ela e assimilá-la por si, tem de abordar esta questão várias vezes e voltar a ela uma e outra vez, considerar a questão sob diversos ângulos, a fim de conseguir uma compreensão clara e firme". **V. I. LÊNIN**

O Estado surge dentro de um momento histórico particular e vinculado a um projeto determinado de sociedade: o Projeto Iluminista²⁵ e da Revolução Francesa (1789), que, de acordo com Montano (1999, p. 48), “foi reconduzido a um ponto de mera revolução da burguesia e para a burguesia”.

Neste sentido, a nova classe burguesa aprofunda as transformações da estrutura social, da forma de propriedade e de divisão do trabalho, ou seja, da propriedade privada capitalista. A divisão social do trabalho leva os proprietários do capital, ou seja, a burguesia detentora dos meios, condições, instrumentos de produção e de distribuição a ser também proprietária do produto do trabalho, a mais-valia, da massa dos assalariados e de outros trabalhadores despossuídos, que passam a dispor exclusivamente de sua força de trabalho, uma mercadoria vendida ao proprietário do capital. Portanto, o modo de produção capitalista aperfeiçoa consecutivamente a organização da produção, em busca da maior produtividade do trabalho, desde a primeira revolução industrial (entre 1760 e 1850).

A segunda revolução industrial, o taylorismo/fordismo, ocorre no final do século XIX e XX e a terceira revolução industrial, da produção flexível, a partir de 1970.

A crise de acumulação de capital, em 1970, explicita a crise de organização da produção taylorista/fordista que, desde 1945, levou a prosperidade econômica e a adoção das políticas sociais do Estado do Bem-estar social a gerar profundos questionamentos por parte do capital, sobre os investimentos nessas políticas. Na década de 1960, o tamanho do Estado do Bem-estar social cresceu mais que em toda a sua história anterior, ao se considerar, por exemplo, as principais nações européias, os Estados Unidos e o Japão, onde este período foi

²⁵Iluminismo: movimento cultural que se desenvolveu na Inglaterra, Holanda e França, nos séculos XVII e XVIII. Nessa época, o desenvolvimento intelectual, que vinha ocorrendo desde o Renascimento, deu origem a idéias de liberdade política e econômica, defendidas pela burguesia. Os filósofos e economistas que difundiam essas idéias julgavam-se propagadores da luz e do conhecimento, sendo, por isso, chamados de iluministas; afirmavam que as relações sociais, como os fenômenos da natureza, são reguladas por leis naturais, cabendo ao governo garantir a liberdade individual, o direito de posse, a tolerância, a igualdade perante a lei (www.saberhistoria.hpg.ig.com.br/nova_pagina_31.htm).

de grandes conquistas dos trabalhadores em educação, saúde, habitação, legislação trabalhista, proteção aos desempregados, desemprego decrescente, assistência social e psicológica, diminuição das horas trabalhadas, aumento do número de dias de férias ou seja, de grande expansão do Estado de Bem-estar social (*Welfare States*).

O avanço da recessão econômica mundial e a escalada inflacionária tiveram como solução a adoção das políticas neoliberais, que propõem um Estado máximo para o capital e mínimo para as questões sociais. “Tal política econômica vem acompanhada de todo um receituário de políticas monetaristas e conservadoras capitaneadas pelo FMI, cujo laboratório experimental tem sido os países latino-americanos e do leste europeu” (CARNEIRO: 1998, p. 41). Assim, desde 1970, em quase todos os países, grande parte dos gastos públicos e de pessoal contratado pelo Estado vai diminuindo, inclusive o que é destinado à educação e ao conjunto de serviços sociais.

Hoje, a organização estatal, conforme Therborn (1999, p. 83), “se reduz a um processo de mercantilização do Estado; processos de desburocratização e também de destecnocratização que deixam lugar a novos mecanismos de gerência derivados de dinâmicas de mercado”, e de desvio dos rendimentos públicos. Vivemos um período de nova modernização do aparato estatal capitalista.

O Estado passa a ser reconstruído à imagem e semelhança do mercado e não da democracia, e segundo Sader (1999, p. 128),

[...] as elites dominantes necessitam cada vez menos do Estado como provedor de serviços: elas utilizam educação privada, saúde privada, transporte privado, correio privado, segurança privada. Embora não abram mão dos subsídios, dos créditos, do perdão de dívidas, das isenções estatais, como formas de privatização do Estado, de subordinação do Estado ao processo de acumulação privada de capital.

Este panorama geral demonstra como o mercado volta a ser a medida de todas as coisas regendo as pessoas para a sociabilização/acumulação do capital que será explicitado nas suas diversas fases do processo histórico descrito a seguir.

2.1 O Estado Liberal e a Primeira Revolução Industrial

Dada à importância do Estado no processo de acumulação de capital, necessário se faz compreender as políticas predominante e historicamente adotadas, pois suas diferenças são fundamentais em termos de resultados que, conforme a organização dos trabalhadores,

tanto podem diminuir ou aumentar as desigualdades sociais como podem instituir ou destituir direitos, e também solidificar ou enfraquecer a democracia. As diferenças são abismais quanto ao estatuto da relação Estado/Sociedade, com a adoção de políticas liberais, estado do bem estar social e neoliberalismo. Neste sentido tentar-se-á rapidamente caracterizar as três principais diferenciações entre o Estado e as políticas liberais; do keynesianismo/estado do bem-estar social às políticas neoliberais.

Nessa caracterização, o marco econômico é a Primeira Revolução Industrial (1760 a 1870) e o político o Estado liberal. O país protagonista dessa Primeira Revolução foi a Inglaterra, grande produtora mundial de algodão. Com a introdução do vapor, usado como fonte de energia nas máquinas e locomotivas, o país deu início à mecanização da produção de tecidos e de outros produtos, antes feitos à mão, e agilizou o sistema de transportes de pessoas e de mercadorias com a introdução das linhas férreas. A Inglaterra era o único país que, naquele momento, estava em condições de exercer esse papel na economia mundial, pois havia passado por uma revolução burguesa, no século anterior, que criou condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo, principalmente por dois fatores: havia uma política protecionista que tornou o comércio externo superior ao consumo doméstico e as leis voltadas às demandas capitalistas, os cercamentos de terras sem obstáculos e o domínio colonial foram alguns dos vários fatores que colocaram a Inglaterra em condições de liderar a Europa a partir do final do século XVII.

Com a Primeira Revolução Industrial as estruturas econômicas existentes fundamentam o sistema capitalista em sua primeira fase, que foi denominado de capitalismo industrial, ou concorrencial, ou liberal. Os ideais liberais burgueses da Revolução Industrial ganharam expressão e se fundamentaram na total liberdade econômica para investir, produzir e vender, ou seja, realizar a circulação das mercadorias. Neste processo, o Estado teria a função de manter a ordem necessária para o bom funcionamento dos investimentos privados. A concepção teórico-liberal desta época foi denominada “laissez-faire”, com a economia subordinando-se às leis naturais²⁶ de mercado. Enguita (1989, p. 31) afirma que:

²⁶ Rousseau (1712-1778), afirmava que o homem era naturalmente bom, mas que a sociedade o corrompia. A sociedade francesa, dominada pela nobreza e pelo clero, corrompia a criança e o adulto. Dessa forma ao escrever o romance pedagógico “O Emilio ou Da Educação (1762)”, o filósofo francês defendia uma pedagogia que procurava levar às últimas consequências o direito a liberdade. Rousseau não viveu para ver a Revolução Francesa. A Revolução instaurou uma nova ordem e [...] consubstanciou-se na transição do Mundo Feudal para o Mundo Burguês. (GHIRALDELLI JR, 1991, p. 14).

Se os trabalhadores ocidentais adultos tiveram que ser moralizados e os nativos das colônias civilizados, os novos membros da sociedade têm que ser educados. Em qualquer dos casos, o objetivo é o mesmo: submeter seus impulsos naturais, ou o que deles ficara de pé nas velhas formas de trabalho, e romper suas tradições até levá-los a aceitar as novas relações sociais de produção.

Essa atitude permissiva propiciou as condições para a difusão dos ideais liberais que questionavam o regime político-jurídico do *Antigo Regime* levaram a revoluções liberais do século XVIII tais como: a Revolução Americana (1775-1783), a Revolução Francesa (1789-1815), as revoltas anticoloniais nas áreas periféricas da Europa e expressas na emancipação política da América Espanhola e do Brasil (1810-1825), as Revoluções de 1820, 1830 e 1848 em vários países europeus, mas com repercussões nas sociedades latino-americanas.

O Estado liberal empenhou-se na administração, na justiça, nas forças militares e na educação, no cumprimento do lema burguês de: Igualdade, Liberdade e Fraternidade. O século XVIII vai se caracterizar pela valorização da ideologia burguesa, ou seja, do liberalismo, defendendo os direitos naturais do indivíduo, sua ascensão sócio-econômica e política. O conjunto de indivíduos dotados de liberdades naturais, também deveria constituir uma individualidade política, com direito à autodeterminação, levando ao surgimento da idéia de nacionalismo.

O próprio Estado liberal é, para Poulantzas (1985), ao mesmo tempo, o resultado e a materialização da disputa dos recursos disponíveis entre as classes sociais.

2.2. O Estado, as Políticas Keynesianas e a Segunda Revolução Industrial

Não obstante, e para não deixar esquecer sua origem nas relações de classe, o Estado é também o representante dos interesses hegemônicos na sociedade, o guardião dos limites impostos aos de baixo, seja pela legislação, pela vontade política de eventuais governantes ou por outras formas discricionárias de “uso legítimo” da força; enfim, o Estado é o Estado burguês.

O Estado capitalista, hoje como no passado, deve representar o interesse político a longo prazo do conjunto da burguesia (o capitalismo coletivo em idéia) sob a hegemonia de uma de suas frações, atualmente o capital monopolista. Isso implica que: a) Atualmente a burguesia se apresenta sempre como constitutivamente dividida em frações de classe: capital monopolista e capital não-monopolista, frações do capital monopolista (pois o capital monopolista não é uma entidade integrada, mas designa um processo contraditório e desigual de “fusão” entre diversas frações do capital), fracionamentos duplicados se levarmos em conta as coordenadas atuais da internacionalização do capital; b) Estas frações burguesas se situam em seu conjunto, embora em graus variáveis e cada vez mais desiguais, no terreno da dominação política, fazendo então sempre parte do bloco no poder; c) O Estado capitalista deve deter sempre uma autonomia relativa com relação a esta ou aquela fração do bloco no poder (inclusive com relação a esta ou aquela fração do próprio capital monopolista) para assumir seu papel de organizador político do interesse geral da burguesia (do “equilíbrio instável dos compromissos” entre suas frações, dizia Gramsci) sob a hegemonia de uma destas frações: d) As formas atuais do processo de monopolização e a hegemonia particular do capital monopolista sobre o conjunto da burguesia impõem, hoje, uma restrição considerável dos limites da autonomia relativa do Estado com relação ao capital monopolista e do campo de compromissos deste com as outras frações da burguesia. (POULANTZAS, 1985, p. 21)

Mas o Estado, desde a Primeira Grande Guerra (1914 a 1918), não é um mero “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1977, v. 3, p. 23), nem “o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX; ENGELS, 1977, v. 3 p. 38). Coutinho desenvolve a idéia de *um Estado mais abrangente do que o mero “comitê” burguês para a “opressão” do proletariado*. Neste sentido, “a esfera política – restrita -, que era própria dos Estados elitistas – tanto autoritários como liberais – cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ampliada, caracterizada pelo protagonismo político de amplas e crescentes organizações de massa” (COUTINHO, 1987, p. 65).

Segundo Boron (1994), o Estado será aqui entendido como um ente de múltiplas facetas, um ente histórico multidimensional, na perspectiva de Estado ampliado keynesiano, que é confirmada por Oliveira, (1994) como o “campo de disputa de fundos públicos, na medida em que são disputados recursos sociais geridos pelo aparato governamental”. É o Estado da Segunda Revolução Industrial. Esse Estado será gestado e complementará seu ciclo com a Terceira Revolução Industrial e as políticas neoliberais.

A Segunda Revolução Industrial, que teve início em 1870, faz parte dos novos investimentos em busca de maior produtividade do trabalho com o modelo taylorista/fordista. Esse segundo momento do processo de industrialização estendeu-se até o início da Primeira Guerra Mundial e caracterizou-se por profundas mudanças e descobertas científicas como a

eletricidade, a administração científica do trabalho, baseada no conhecimento de Frederick Taylor (taylorismo).

A produção taylorista pode ser compreendida como “um salto qualitativo na organização do trabalho. Seu objetivo é a decomposição do processo de trabalho nas tarefas mais simples, mediante a análise de tempos, à qual Gilbreth acrescentaria a análise dos movimentos. Com isso se pretende colocar à disposição da direção das empresas um conhecimento detalhado dos processos de trabalho que lhes evite terem que depender do saber dos trabalhadores e de sua boa vontade, isto é, de sua disposição para empregarem a fundo sua capacidade de trabalhar e serem explorados” (TAYLOR). Enfim, “o propósito da organização científica do trabalho é converter a capacidade de trabalho do assalariado, que o capitalista comprou, no máximo de trabalho efetivo, o que passa por arrebatá-lo a capacidade de decidir a respeito. Frente à divisão manufatureira do trabalho, o taylorismo representa simplesmente uma tentativa de sistematização, codificação e regulação dos processos de trabalho individuais com vistas à maximização do lucro, mas seu método é qualitativamente distinto” (ENGUIA, 1989, p. 17).

A organização do trabalho passou a ter por base o método racional, conhecido como taylorismo, que apresentava as seguintes características:

- separação das funções de concepção (administração, pesquisa e desenvolvimento, desenho etc.) das funções de execução;
- subdivisão, ao máximo, das atividades dos operários, que permitia serem realizadas por trabalhadores com baixos níveis de qualificação, mas especializados em tarefas simples, de gestos repetitivos;
- retenção das decisões nas mãos da gerência. Esse "método americano" de trabalho seguia linhas hierárquicas rígidas, com uma estrutura de comando partindo da alta direção e descendo até a fábrica. Os operários perderam o controle do processo produtivo como um todo e passaram a ser controlados rigidamente por técnicos e administradores.

Concomitantemente ao taylorismo dá-se a intensificação da organização dos trabalhadores, pois todo aumento de produtividade corresponde, na realidade, a um aumento da intensidade da exploração do trabalho. Neste sentido, houve crescimento e fortalecimento dos sindicatos, que desejam um mínimo de correspondência entre aumento da produtividade e aumento salarial. A conquista da organização dos trabalhadores se consubstanciou nos contratos de trabalho, que começaram a ser assinados coletivamente, e nos salários, que se tornaram ascendentes. Importantes conquistas de cunho social podem ser arroladas, como garantia de emprego, salário-desemprego e aposentadoria.

Neste contexto, as políticas de Estado keynesianas fundamentavam-se no consumo de massas. Portanto, correspondentes ao aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores, considerados os principais produtores e consumidores de tais produtos.

Os mercados de massa ficavam garantidos por causa do aumento da capacidade de compra dos próprios trabalhadores. Embora ocorresse uma expansão dos mercados internacionais, eram os mercados internos que garantiam o consumo da maior parte da produção. Surgia a sociedade de consumo. Geladeiras, lavadoras de roupa automáticas, telefones e até automóveis passaram a ser produtos de uso comum. Serviços antes acessíveis a minorias, como no caso do setor de turismo, transformaram-se em serviços de massa.

A organização da produção e do trabalho reorganizou o espaço geográfico. O processo de urbanização acelerou-se. As unidades produtivas atraíam umas às outras. Cresceram ainda mais as regiões industriais. As cidades se transformaram em grandes manchas urbanas. Surgiram novos bairros residenciais e distritos industriais, com apoio e incentivo estatal. Cresceram a construção civil e a massa construída de casas e prédios, em grande parte incentivada por programas governamentais de hipotecas e empréstimos.

As metrópoles, com seus centros de negócios e de decisões constituídos pelas sedes sociais das grandes empresas incorporaram os municípios vizinhos. Grandes regiões urbanizadas - as megalópoles – formaram-se entre duas ou mais metrópoles, devido à polarização que tais centros exerciam sobre as pequenas e médias cidades que se encontravam ao seu redor. Intenso fluxo de pessoas e mercadorias integrou o conjunto formado por essas cidades.

Em todas as cidades intensificaram-se o comércio, os transportes, as comunicações e os serviços em geral. As redes urbanas tornaram-se mais densas. Diversificaram-se as atividades culturais e de lazer. Cresceram as universidades e os centros de pesquisa e tecnologia. Mais capitais e trabalhadores foram atraídos pelas cidades. A geografia do taylorismo/fordismo foi a das grandes concentrações urbano-industriais.

A produção industrial inaugurou um novo ritmo de produção: o das linhas de montagem em série propostas por Henry Ford (conhecidas como fordismo). Os protagonistas da Segunda Revolução Industrial passam a ser os EUA que, às vésperas da Primeira Guerra (1914 a 1918), detinham 40% do PIB dos países desenvolvidos.

O fordismo é a incorporação do sistema taylorista ao desenho da maquinaria mais a organização do fluxo contínuo do material sobre o qual se trabalha: simplificando, a linha de montagem. Tal como a maquinaria na divisão manufatureira do trabalho, o fordismo, que representa com relação ao taylorismo a incorporação dos cálculos de movimentos e tempos em um sistema mecânico de ritmo regular e ininterrupto, supõe a subordinação do trabalhador à máquina, a supressão de sua capacidade de decisão e, ao mesmo tempo, a diminuição drástica dos custos de supervisão. Com ele, o trabalho alcança o grau máximo de submetimento ao controle da direção, desqualificação e rotinização, e os trabalhadores vêem diminuído ao mínimo o controle sobre seu próprio processo produtivo e reduzida a zero ou pouco mais que zero a satisfação intrínseca derivada do mesmo. Entra-se de cheio no que Giedion chamou de “barbárie mecanizada, a mais repulsiva de toda as barbáries”. (ENQUITA, 1989, p. 17)

A produção industrial do modelo taylorista/fordista não só aumentou a produtividade do trabalho como também inaugurou o consumo de massa, uma vez que se produzia cada vez mais em grandes séries. Entretanto, sabe-se que as crises do capitalismo são crises de superprodução, ou seja, produz-se mais do que a massa salarial pode comprar.

Neste sentido, o subconsumo e a estocagem de mercadorias, características da superprodução de caráter cíclico, acirram a concorrência entre os diversos países capitalistas, desencadeando a Primeira Grande Guerra, de 1914 a 1919. As conseqüências da guerra foram pesadas para os países europeus, que contrastava com a ascensão norte-americana e japonesa e, portanto, a difícil reconversão de crescimento econômico provocou desemprego, falência e grande insatisfação social. A retração das exportações européias, assim como o conflito e a concorrência no mercado por matérias-primas e produtos alimentícios, levou a um curto ciclo de prosperidade na economia ocidental, que durou apenas até 1929.

A recuperação pós-guerra, principalmente a americana, não conseguiu solucionar os problemas fundamentais do crescimento de sua agricultura nem tampouco da capacidade ociosa de suas indústrias, mas apostou na especulação financeira intensa, o que levou à quebra da Bolsa de Nova York o que refletiu estruturalmente no mercado mundial, universalizando os problemas da economia capitalista de interdependência e levando ao ciclo infernal de recessão que durou até 1933.

A superação da bancarrota, ou seja, da crise, fez-se com a intervenção do Estado, planejamento influenciado principalmente pelas idéias do economista inglês J. M. Keynes. As políticas keynesianas fundamentavam-se na insuficiência de consumo, recomendando uma melhor distribuição da renda, de modo a diminuir a capacidade de produção e aumentar o poder de consumo. Tal política nos Estados Unidos ficou conhecida como *New Deal*, implementada por Franklin Delano Roosevelt. Apesar de tais medidas, não foi possível evitar

a Segunda Grande Guerra, em função ainda do poder do intervencionismo, que só foi superado após 1945, com as medidas de intervenção e assistência social do Estado, ou seja, o Estado do Bem Estar Social (*Welfare State*).

O termo keynesiano refere-se a John Maynard Keynes (1883-1946), economista precursor da macroeconomia, cujas idéias expressam uma “modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, sem atingir totalmente a autonomia da empresa privada, propondo solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos; [as idéias básicas de *A Teoria Geral*] abalaram irremediavelmente as inovações clássicas do liberalismo econômico, mostrando a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista” (SANDRONI, 1989, p.162).

O fordismo contou inicialmente com os avanços tecnológicos alcançados no final do século XIX, como a eletricidade e o motor a explosão. Mais tarde incorporou os avanços da alta tecnologia desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial, que posteriormente passou para o uso da sociedade civil, a exemplo dos materiais sintéticos e do motor a jato. A produção fordista e a reprodução keynesiana tornaram-se fortes aliadas no processo capitalista de desenvolvimento do pós-guerra.

O fordismo teve seu ápice no período posterior à Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960. Neste período, o capitalismo atingiu altas taxas de expansão mundial. Foi um momento histórico de ondas largas, expansivas, do capitalismo, considerada a “Era de Ouro”. E, finalmente, no pós-guerra, a sociedade começou a usufruir dos avanços científicos alcançados nas áreas da eletrônica e da tecnologia da informação.

Ocorreu a ampliação e a diversificação da intervenção social e econômica do Estado, inspirada nos princípios da teoria keynesiana e do Estado do bem-estar social. O Estado nacional de caráter keynesiano passou a interferir mais diretamente na economia, por meio, por exemplo, dos gastos públicos, dos planos de desenvolvimento regional, da criação de um número significativo de empregos no setor público e do atendimento às garantias reivindicadas pelos trabalhadores, a exemplo da garantia de emprego. Já o Estado do bem-estar social desenvolveu políticas destinadas a reduzir as desigualdades sociais, como as de transporte urbano, habitação, saneamento, urbanização, educação e saúde. Mais capitais e trabalhadores foram atraídos pelas cidades. A geografia do fordismo e do Estado do bem-estar social foi a das grandes concentrações urbano-industriais.

2.2.1 O Estado do Bem-Estar Social a Concretização das Políticas Keynesianas e as Lutas Sindicais

O Estado do bem-estar social (*Welfare State*) surge no período pós-segunda guerra. A Europa ocidental encontrava-se arrasada em virtude da guerra, pois servira como campo de batalha. Muitas de suas cidades, indústrias e meios de transporte foram destruídos e grande parte da população encontrava-se desempregada. Os EUA se consolida como superpotência capitalista e a União Soviética, que tinha implantado o socialismo em 1917, surge como nação forte e respeitada pelas demais. De um lado, os Estados Unidos procuravam manter sua liderança sobre vastas áreas do mundo; de outro, a União Soviética auxilia na expansão do socialismo. Terminada a guerra, muitos países do leste europeu alteraram sua organização econômica, política e social de base capitalista e se tornaram socialistas²⁷.

Os Estados Unidos, com receio do avanço do socialismo sobre os países da Europa ocidental e temendo perdê-los de sua área de influência, aprofunda a implementação das políticas keynesianas, elaborando um plano – O Plano Marshal²⁸ - de ajuda econômica para que esses países pudessem recuperar sua economia (1947).

As políticas do pós-guerra, para se manterem democráticas e capitalistas, segundo Harvey (1989), “tinham de tratar de questões do pleno emprego, da habitação decente, da previdência social, do bem-estar e das amplas oportunidades de construção de um futuro melhor”, e ainda “havia em toda parte a tendência a considerar a experiência de produção e planejamento de massa da época da guerra um meio de lançar um vasto programa de reconstrução e de reorganização”. Ainda de acordo com Harvey (1989, p. 71):

²⁷ A Iugoslávia tornou-se socialista em 1945; a Albânia e a Bulgária, em 1946; a Polônia e a Romênia, em 1947; a Checoslováquia, em 1948; a Hungria, em 1949; a República Democrática Alemã Oriental, em 1949. Também na Ásia, alguns países optaram pelo socialismo: o Vietnã do Norte, em 1945; a Coreia do Norte, em 1948; a China, em 1949; o Tibet, em 1950 como província da China e depois, em 1953, independente. Outros países optaram pelo socialismo nos anos 60, 70 e 80. (<http://members.tripod.com/~netopedia/historia/socxcap.htm>).

²⁸ O Plano Marshall, em homenagem ao Secretário de Estado norte-americano, general Marshall, consistia em: a) Permitir aos países da Europa ocidental importarem produtos norte-americanos a preços baixos; b) Abrir crédito para os países europeus comprarem equipamentos pesados dos Estados Unidos. Os Estados Unidos explicaram que ofereciam este plano porque seria impossível a estabilidade política e a paz enquanto a Europa não tivesse sua economia recuperada. Entretanto, a ajuda econômica dos EUA, por meio do Plano Marshall, tinha pelo menos dois objetivos: manter o sistema capitalista nos países da Europa ocidental e assegurar essa área de influência, impedindo, assim, a penetração do socialismo, garantindo um mercado consumidor para seus produtos e investimentos.

Foi quase como se uma versão nova e rejuvenescida do projeto do Iluminismo tivesse surgido, como fênix, da morte e destruição do conflito global. O Estado passa a ser também um agente mediador entre as classes na distribuição dos recursos e investimentos sociais que, na sociedade capitalista, se fazem presentes nos mais diversos setores da economia e também na preparação e na formação da força de trabalho.

A qualificação da força de trabalho exige determinados investimentos para execução das tarefas produtivas que se obtêm mediante a educação via escolarização. Estes investimentos em educação fazem parte do dito “valor” da força de trabalho em cada sociedade e em cada período histórico. O trabalho qualificado, na sociedade capitalista, após a Segunda Grande Guerra (1939 a 1945), é decorrência das lutas e da organização dos trabalhadores, que conquistam cada vez mais investimentos no processo de qualificação social da força de trabalho, para que esta força seja capaz de realizar as tarefas requeridas pela tecnologia capitalista. Ou, segundo Lúcia Bruno,

[...] qualificada aquela força de trabalho capaz de realizar as tarefas decorrentes de determinado patamar tecnológico e de uma forma de organização do processo de trabalho. Isto já confere ao termo temporalidade e relativiza seu conteúdo, à medida que em cada estágio de desenvolvimento social e tecnológico e em cada forma de organização do trabalho, novos atributos são agregados à qualificação e novas hierarquizações são estabelecidas entre eles. (BRUNO, 1996, p. 92)

Enguita, retomando Marx, afirma que qualificação “é qualificação da força de trabalho e parte do processo de produção desse valor de uso da força de trabalho, que consiste em produzir um valor de troca superior ao próprio”. (ENGUITA, 1993, p. 189)

Os trabalhadores vendem sua força de trabalho para produzirem sua sobrevivência e, nas sociedades capitalistas contemporâneas, a venda da força de trabalho está diretamente relacionada à qualificação, ou seja, à formação, ao acesso que o trabalhador teve aos conhecimentos socialmente produzidos. Portanto, a luta dos trabalhadores por acesso a educação é também uma luta pela valorização da sua força de trabalho/emprego, assim como se luta por habitação, saúde, condições essenciais de sobrevivência.

Os movimentos de luta dos trabalhadores por ascensão aos vários patamares educacionais oferecidos pela educação formal de ensino, inclusive pela titulação, são um processo mediado pelo Estado, que se responsabiliza por parte dos custos da formação da força de trabalho.

A qualificação da força de trabalho é uma necessidade do capital, mas é também “um direito do trabalhador buscar, de variadas formas, principalmente via educação, acesso a

um saber universalmente construído, que é uma das maneiras de se qualificar para ocupar postos de trabalho que lhe propiciem melhor remuneração, melhores condições de vida, [fundamentação teórica e política] para se contrapor à exploração e à construção de sua cidadania” (CARNEIRO, 1998, p. 26).

O período de expansão do pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base, segundo Harvey (1989, p. 119), “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico (...) que (...) pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano”. O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza.

A regulação e a intervenção estatal keynesiana, consubstanciadas no Estado de bem-estar social – o *Welfare State* –, ocorreu nos países centrais do capitalismo, operando uma gestão social do sistema e concretizando

[...] um Estado com forte iniciativa no campo de políticas sociais redistributivas e com pronunciada intervenção por serviços e equipamentos sociais, fiador de controles tributários sobre o capital e articulador institucional de parcerias entre capital e trabalho, sobre a base do jogo político democrático. (NETTO, 1994 p. 98)

A classe trabalhadora assalariada tinha um lugar significativo nos Estados de bem-estar social, porém a legislação que protege o trabalhador e que limita a exploração capitalista passa a constituir um entrave para a acumulação do capital. Neste sentido, diante das novas necessidades do capital e da atual retração do poder sindical, a reestruturação produtiva promove demissões em massa, precarização do vínculo de trabalho, perda de direitos trabalhistas e o Estado reduz seu orçamento na área social.

2.2.2 O Estado do Bem Estar Social no Brasil uma Mera Intenção

No Brasil e nos demais países da América Latina, o Estado de bem-estar social keynesiano, antes de um direito democrático, foi oferecido como uma concessão do Estado nacional aos setores “menos favorecidos” diferentemente dos países centrais e, de acordo com Bianchetti (1996, p. 107), “com isso, não se fortaleceram as instituições democráticas de mediação política, porém, no melhor dos casos promoveu-se a relação corporativa com as instituições de representação parcial, criadas desde a própria estrutura do Estado”.

No Brasil, como em outros países, desenvolveu-se a industrialização por substituição de importações, o que demandava forte intervenção estatal, participação engajada dos trabalhadores, enquanto produtores e enquanto consumidores, e transferência de tecnologia produzida nos países centrais. São constituídos acordos “antioligárquicos e industrialistas”, chamados por alguns autores de “pacto populista”, que conforme Cueva (1983, p. 189),

[...] em princípio, o Estado denominado “populista” não é mais que o Estado capitalista moderno, que reflete tanto o predomínio da fração burguesa industrial como determinados efeitos da luta das classes trabalhadoras, e, em particular, do proletariado. Mas ocorre que este tipo de Estado, que se veio conformando a partir do declive do Estado oligárquico, adquire características específicas favorecidas pela conjuntura internacional de 1945-55, que lhe permite desenvolver uma dimensão “arbitral” e “benfeitora”, “antioligárquica” e “nacionalista”.

A tardia e dependente construção de uma sociedade brasileira industrializada, fundada no trabalho urbano assalariado, propicia a constituição de um também tardio e inacabado Estado “protecionista”. Ianni observa que o populismo estimula a participação política dos trabalhadores urbanos nas lutas de classe, o que incomoda a elite político-econômica, levando-a a fazer a revolução de “cima” para evitar que partisse “de baixo”.

No populismo [...] os humilhados e ofendidos, os homens simples, ou los olvidados, no regime oligárquico, adquirem alguns direitos. É óbvio que esses direitos e deveres são também as condições e os limites da participação política dos assalariados urbanos nas campanhas e lutas relativas tanto aos problemas de classe como os assuntos nacionais. Mesmo assim, esses direitos adquiridos, juntamente com a participação efetiva das massas nas questões políticas, impressionam os remanescentes da oligárquica e os vários setores do imperialismo, levando-os a levantar a bandeira da luta contra a “república sindicalista” e o “comunismo” (IANNI, 1989 p. 89-90).

Nos anos de 1951 a 1954, o populismo de Vargas (1930-1954), conforme relata Ianni (1989, p. 77), “conformou-se às regras da democracia representativa, onde os remanescentes da oligarquia, ao lado do imperialismo, estiveram bastante ativos contra o seu governo [criando-se aqui, a Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobrás]”.

No Brasil, país de capitalismo tardio, reconhece-se a existência de algum tipo de Estado de bem-estar social. Foi, segundo Soares (2001, p. 209), “sob a égide de um regime autoritário, nos quadros de um modelo econômico concentrador e socialmente excludente, do pós-64 ao longo do período de autoritarismo, que se consolida o arcabouço político-institucional das políticas sociais brasileiras”, com indícios de esgotamento e crise desse padrão de intervenção social estatal, nos aspectos organizacional, social e, sobretudo financeiro, que levam, na década seguinte, a uma série de tentativas de reestruturação.

Somente após a ditadura militar (1964 a 1984) e a redemocratização do país, pretendeu-se sanar as dívidas sociais na nova Constituição de 1988 que, segundo Netto,

[...] consagrou este profundo avanço social, resultado das lutas conduzidas, por duas décadas, pelos setores democráticos: sem ferir a ordem burguesa [...], ela assentou os fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a níveis toleráveis, o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam dívida social. (MONTAÑO, 2002 p. 35)

Entretanto, mesmo com a Constituição de 1988, a dívida social continua aumentando com a concentração de renda “dada para a adoção das políticas neoliberais”, onde o Estado se faz mínimo para o social, de tal forma que até mesmo as parcas conquistas dos trabalhadores têm se constituído nos alvos prediletos das ações dos governos da “nova República”, principalmente nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e nestes dois últimos anos do governo Lula (2003 a meados de 2005).

2.3 O Estado Neoliberal: a Reestruturação Produtiva da Terceira Revolução Industrial

A crise sofrida pelos Estados Unidos na década de 1970 foi considerada uma crise do próprio modelo, que apresentava queda da produtividade e das margens de lucro. A partir da década de 1980, esboçou-se, nos países industrializados, um novo padrão de desenvolvimento, denominado pós-fordismo ou modelo flexível.

O modelo fordista, que floresceu no pós-guerra, dependia da subida constante dos salários para manter o mercado ativo, ou seja, manter os níveis de produção e de consumo crescentes. Porém os salários não podiam crescer a ponto de ameaçar os lucros empresariais; mantiveram-se os níveis salariais e os lucros aumentando o preço dos produtos, o que gerou uma crise inflacionária.

Nos Estados Unidos, os custos da guerra se agigantaram, tanto interna como externamente - a guerra do Vietnã foi um exemplo. A moeda americana ficou debilitada. Esse país, que durante todo o período de domínio do fordismo assegurava a estabilidade da economia mundial com base em sua moeda - o dólar - viu seu sistema monetário declinar. A competitividade da Europa e do Japão superaram a dos Estados Unidos. Assiste-se uma guerra comercial que nunca deixou de crescer, mas conforme, Antunes (1999), [...] a crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais

complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro (ANTUNES, 1999, p.31).

A partir de 1970, a saída foi investir em um novo modelo que rompesse com aquilo que era considerado a rigidez do modelo fordista. A ordem era flexibilizar, ou seja, golpear a rigidez nos processos de produção, nas formas de ocupação da força de trabalho, nas garantias trabalhistas e nos mercados de massa, então saturados.

As empresas multinacionais, para restabelecer sua rentabilidade, expandiram especialmente sua produção por continentes inteiros. Surgiram novos países industrializados. Os mercados externos cresceram mais que os mercados internos. O capitalismo internacional reestruturou-se, e de acordo com Antunes (1999), iniciou-se

[...] um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (...). (ANTUNES, 1999, p. 31).

Os países de economia avançada precisaram criar internamente condições de competitividade. A saturação dos mercados acabou gerando uma produção diversificada para atender a consumidores diferenciados. Os contratos de trabalho passaram a ser mais flexíveis. Diminuiu o número de trabalhadores permanentes e cresceu o número de trabalhadores temporários. Flexibilizaram-se os salários - cresceram as desigualdades salariais, segundo a qualificação dos empregados e as especificidades da empresa. Em muitas empresas juntou-se o que o taylorismo havia separado: o trabalhador agora pensa e executa. Os sindicatos viram reduzidos seu poder de representação e de reivindicação. Ampliou-se o desemprego.

Os compromissos do Estado do bem-estar social foram sendo rompidos pouco a pouco. Eliminaram-se, gradativamente, as regulamentações do Estado. As políticas keynesianas - que se revelaram inflacionárias, à medida que as despesas públicas aumentavam e a capacidade fiscal estagnava - forçaram o enxugamento do Estado.

A transformação do modelo produtivo começou a se apoiar nas tecnologias que já vinham surgindo nas décadas do pós-guerra (automação e robotização) e nos avanços das novas tecnologias da informação. O método de produção americano foi substituído pelo método japonês de produção enxuta, que combina máquinas cada vez mais sofisticadas com uma nova engenharia gerencial e administrativa de produção - a reengenharia que elimina a

organização hierarquizada. Agora, engenheiros de projetos, programadores de computadores e operários interagem face a face, compartilhando idéias e tomando decisões conjuntas.

O novo método, rotulado por muitos como “toyotismo”, numa referência à empresa japonesa Toyota, utiliza menos esforço humano, menos espaço físico, menos investimentos em ferramentas e menos tempo de engenharia para desenvolver um novo produto. A empresa, que possui um inventário computadorizado, juntamente com melhores comunicações e transportes mais rápidos, não precisa mais manter enormes estoques. É o chamado *just in time*.

O novo método permite variar a produção de uma hora para outra, atendendo às constantes exigências de mudança do mercado consumidor e às mudanças aceleradas nas formas e técnicas de produção e de trabalho. A ordem é manter estoques mínimos, produzindo apenas quando os clientes efetivam uma encomenda.

A Reestruturação Produtiva, no contexto da Terceira Revolução Tecnológica (cf. Mattoso, 1995, p. 102) e com a presença de um novo bloco econômico-produtivo, os Tigres Asiáticos, confirmada a partir de um novo padrão produtivo, o toyotismo, coloca os sindicatos “na defensiva, enfraquecendo suas práticas reivindicativas de conflito e negociação e, na grande maioria dos casos, reduzindo seus níveis de sindicalização”.

Hoje o capital visa à retomada dos níveis de acumulação esperados e à plena dominação do capital sobre o trabalho. Para tal finalidade, procurando no imediato a redução do tempo e dos custos de produção, o capital precisa reestruturar, particularmente no Ocidente, a atividade produtiva, “importando” da Terra do Sol Nascente processos e princípios do chamado Modelo Japonês. Precisa-se “toyotizar” a produção fordista.

No caso da produção toyotista é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc, utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das células de produção, dos times de trabalho, dos grupos semi-autônomos, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o envolvimento participativo dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O trabalho polivalente, multifuncional, qualificado, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. (ANTUNES, 1999, p. 52.)

O sistema *just in time* exige também uma reorganização do território. As micro e pequenas empresas, sub-contratadas pelas grandes empresas, aglomeram-se em torno da planta terminal de produção, criando um novo tipo de aglomeração produtiva, pois a reestruturação produtiva promove demissões em massa e precariza o vínculo de trabalho, com perda de direitos trabalhistas e terceirização.

Castells (1999, p. 201) lembra que o conceito de lucro “sempre foi uma versão nobre de um instituto humano mais profundo e mais fundamental: ganância” [...] e que dentro da lógica do capitalismo “[...] vale tudo, dentro do estado de direito, contanto que se gere um excedente monetário, e que seja apropriado pelo investidor”. Relata ainda que existe “um desacoplamento cada vez maior entre a produção material, no antigo sentido da era industrial, e a geração de valor” e que a “geração de valor, no capitalismo informático²⁹, é, em essência, produto do mercado financeiro” e que essa “nova economia reúne a informática e sua tecnologia na geração de valor a partir da nossa crença no valor que geramos”.

Castells (1999, p. 202) relata ainda que essa “nova economia”, é capitalista e interligada em rede,

De fato, pela primeira vez na história, todo o planeta é capitalista ou dependente de sua ligação às redes capitalistas globais. Mas é um novo tipo de capitalismo, tecnológica, organizacional e institucionalmente distinto do capitalismo clássico (laissez-faire) e do capitalismo keynesiano.

Para Castells (1999, p. 210 a 214), a “reestruturação econômica” dos anos 80 induziu várias estratégias reorganizacionais nas empresas comerciais, e que a “crise econômica da década de 1970 resultou da exaustão do sistema de produção em massa”, e constituiu uma “segunda divisão industrial na história do capitalismo”. Dessa forma,

As novas tecnologias permitem a transformação das linhas de montagem típicas da grande empresa em unidades de produção de fácil programação que podem atender às variações do mercado (flexibilidade do produto) e das transformações tecnológicas (flexibilidade do processo). [...] Então, ao mesmo tempo, é verdade que as empresas de pequeno e médio porte parecem ser formas de organização bem adaptadas ao sistema produtivo flexível da economia informacional e também é certo que seu renovado dinamismo surge sob o controle das grandes empresas [...].

²⁹ “Chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É informacional porque a produtividade e a competitividade dessas unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas [...] estão organizadas em escala global, [...] é rede porque, nas novas condições históricas,

Para Negroponte, (1995, p. 143) estamos passando da era da Informação para a era da Pós-informação, e relata que:

A era industrial, fundamentalmente uma era dos átomos, deu-nos o conceito de produção em massa e, com ele, economias empregam operários [...]. Na era da pós-informação, o público que se tem é, com frequência, composto de uma única pessoa. Tudo é feito por encomenda, e a informação é extremamente personalizada.

Conforme Negroponte (1995, p. 144), a informação diversificada (para grupos grandes, médio e pequenos até chegar ao indivíduo) mostra como será a disputa por mercado, a futura definição de “endereço”.

Quando você tiver meu endereço, meu estado civil, minha idade, minha renda, a marca do meu carro, a lista das compras que faço, o que costumo beber e quanto pago de imposto, você terá a mim: uma unidade demográfica composta de uma só pessoa.

Essa era da pós informação tem a ver, segundo esse autor, com conhecimento paulatino, e a necessidade (ou não) da presença física em algum lugar.

[...] máquinas entendendo indivíduos com o mesmo grau de sutileza (ou mais até) que esperamos de outros seres humanos [...] e os acontecimentos aleatórios, ainda em curso de nossas vidas [...] no futuro, vamos dispor da tecnologia necessária em termos de telecomunicações e realidade virtual para que um médico em Houston faça uma delicada operação num paciente no Alasca. [...]

A expansão da terceirização e de pequenos empreendimentos produtivos, como alternativas ao trabalho assalariado, tem estimulado a competitividade e o individualismo de mercado no interior das próprias classes subalternas e, de acordo com Fogaça (1999, p.65),

[...] encerra uma verdadeira apologia da precarização do trabalho: a defesa, ainda que indireta, da expansão do mercado informal e, de maneira explícita, do “formal” com diminuição dos direitos e garantias existentes [...] a difusão da idéia de que qualquer um pode se tornar o seu próprio patrão, num incentivo à abertura de microempresas, na maioria dos casos fadadas ao fracasso [...] e fragilização intencional dos sindicatos e representações de classe.

Dessa forma, as micro e pequenas empresas, diante de um Estado que não tem mais como se auto-sustentar e autofinanciar os custos das políticas sociais, da saúde e da educação públicas, do seguro desemprego, da previdência social entre outras, têm sido uma alternativa

a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais”. (CASTELLS, 1999, p. 119).

para absorver essa massa de trabalhadores expulsos do mercado de trabalho, como será demonstrado a seguir.

2.3.1 As MPE: Uma Recriação das Políticas Neoliberais

A produção flexível vem transformando espaços e criando novas geografias à medida que ocorrem redistribuições dos investimentos de capital produtivo e especulativo e, conseqüentemente, redistribuição espacial do trabalho. Numerosas empresas transferiram-se das tradicionais concentrações urbanas e de regiões industriais congestionadas, poluídas e sindicalizadas para novas áreas nas quais a organização e o poder de luta dos trabalhadores são pouco significativos.

As grandes empresas começaram a repassar para pequenas empresas subcontratadas um certo número de atividades, tais como concepção de produtos, pesquisa e desenvolvimento, produção de componentes, segurança, alimentação e limpeza, o que passou a ser conhecido como terceirização. Com ela, a terceirização, as grandes empresas reduziram suas pesadas e onerosas rotinas burocráticas e suas despesas com encargos sociais, concentrando-se naquilo que é estratégico para seu funcionamento.

Esse modelo de “fábrica mínima” tem como vantagens de pouco pessoal de “chão de fábrica”, poucos capatazes, inspetores e hierarquias intermediárias, redução do pessoal administrativo e de serviços, prédios menos dispendiosos, diminuição do investimento em máquinas etc. Montaño (1999, p.66) fala da “empresa unipessoal”, ou seja, resultante de contratação de funcionários por serviços prestados,

[...] por trabalho à demanda e não por sua participação numa jornada completa independentemente da flutuação da demanda do mercado ou da safra; cria-se assim a “empresa unipessoal” ligada à empresa matriz que na verdade realiza as mesmas funções que o antigo funcionário assalariado (geralmente se trata da mesma “pessoa física”, apesar de diferente “pessoa jurídica”), porém com maior carga de trabalho, para obter o equivalente de seu salário e direitos anteriores.

Outra opção à disposição da grande empresa é subcontratar empresas produtivas na busca de superlucros, em função do diferencial de produtividade da redução de capital variável e constante. Dessa forma, também de acordo com Montaño (1999, p.67),

já não é necessário produzir dentro da indústria e se pode comprar a produção de outras empresas; assim, o que a empresa matriz compra não é a força de trabalho, muito cara (dada a “rigidez” dos direitos trabalhistas) e conflitiva (dada a forte organização sindical), mas o produto do trabalho, as mercadorias prontas e em bom estado, elaboradas por empresas sub-contratadas. [...] a empresa matriz evita grandes investimentos, diminuindo custos e ajusta sua produção (em quantidade e qualidade) às variações do mercado.

Assim, a exemplo do modelo japonês, os apologistas do neoliberalismo no Ocidente – modificado –, ainda de acordo com Montaño, (1999, p. 67-68) o contrato de trabalho precisa ser modificado, “flexibilizado” para “beneficiar” ambos os lados,

[...] pois para o capitalista, geraria um elevado investimento, um risco imensurável para seu capital, altos custos de produção (por “elevados” salários, direitos trabalhistas etc.), em definitivo, perda de lucros e até, talvez, uma crise financeira que poderia levar a empresa a quebrar; para o trabalhador a “rigidez” derivaria em elevações do nível de desemprego. Assim, deveriam ser criados postos de trabalho com baixos salários de base incrementados pela compensações, prêmios, comissões etc., com isenção ou renúncia de benefícios trabalhistas, com precariedade em relação à permanência no cargo [...]

A nova fórmula de legitimação do Estado neoliberal parece atender a quatro aspectos centrais: (1) a promessa de “desburocratização” dos serviços públicos, que tem como forma operativa, por um lado, a privatização das empresas públicas, tirando-as da esfera estatal, qualificada como burocrática, ineficiente, lenta, e levando-as à esfera da sociedade civil, sob o pretexto de que receberiam o oxigênio de novos investimentos privados e do capital estrangeiro, que “modernizariam” tais serviços, fundamentando-se ainda na redução dos procedimentos burocráticos, dos formulários, das dependências; (2) a promessa do aumento da eficiência, da qualidade e da diversidade dos serviços; (3) a promessa de uma reforma tributária, o que significa a “simpática” medida de redução de impostos que na verdade, ocorre sobre impostos diretos – os mais justos e redistribuidores –, aumentando o peso relativo dos impostos indiretos, em especial sobre o consumo, e (4) um atendimento às “questões sociais”, retirando tais respostas da órbita estatal e deixando que instituições sociais, de caridade, religiosas, ONG etc., enfim, o chamado “terceiro setor”, as assumam.

Em contrapartida o projeto neoliberal, conforme Montaño (1999, p. 70), alimenta-se muito da fantasia pós-moderna de uma sociedade hiper-heterogênea, composta por várias minorias contraditórias, no lugar de um proletariado extenso, coerente e organizado. Esta heterogeneidade é, na verdade, uma *heterogeneização induzida*. “Divide e reinarás” parece ser a palavra de ordem.

2.3.2 Precarização

Para ilustrar a “selvageria” desse sistema, que expulsa cada vez mais pessoas do processo de trabalho, Mészáros (2003, p. 13, parte II), ao analisar as condições dos trabalhadores no Japão afirma que o governo japonês introduziu recentemente um projeto de lei para

[...] elevar os limites superiores do dia de trabalho de 9 para 10 horas, e a semana de trabalho de 48 para 52 horas. Tal disposição legal permitirá a uma empresa forçar os empregados a trabalharem mais horas quando estiver ocupada enquanto o total de horas trabalhadas em um ano não exceder o limite fixado, [...] como os “mercadores da flexibilidade” propõem em França, na Itália e por toda a parte.

Sobre as conseqüências do excesso de trabalho, o autor relata ainda o caso de “um jovem programador de computador que morreu devido ao enorme excesso de trabalho” em Tóquio. Segundo julgamento do Tribunal Distrital de Tóquio seu tempo de trabalho médio anual era superior a 3.000 horas e nos três meses anteriores à sua morte ele trabalhou 300 horas por mês. Naquele momento ele estava empenhado em desenvolver um sistema de *software* para bancos e completa

[...] num tal país o desemprego está a crescer perigosamente as condições de trabalho devem ser tornadas piores do que nunca no longo período do desenvolvimento do pós-guerra e de expansão do capital, incluindo... uma semana laboral mais longa”. (MÉSZÁROS, 2003, p. 15, parte II)

Conforme Mészáros, ao analisar o desemprego nos países centrais como Grã-Bretanha, afirma que, segundo números oficiais “grosseiramente subestimados”, “há mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Deste número, a Europa conta com mais de 20 milhões e a Alemanha — outrora elogiada por produzir o “milagre alemão” — ultrapassou a marca dos 5 milhões.

Relata ainda o autor que “um país como a Índia — altamente louvado nos órgãos tradicionais de sabedoria econômica pelos seus feitos como um país em saudável desenvolvimento — tem não menos de 336 milhões de pessoas nos seus registros de desemprego, e muitos milhões mais sem trabalho adequado, que deveriam ser contados, mas não são registrados”.

Mesmo os países pós-socialistas, que no passado não sofriam com o desemprego, segundo o autor, “apesar de terem de administrar suas economias com altos níveis de

subemprego, tiveram de acomodar-se, muitas vezes sob a pressão direta do FMI, às condições desumanizantes do desemprego maciço”. A Hungria, por exemplo, foi felicitada pelo FMI por "estabilizar" o desemprego em cerca de 500 mil. Na realidade o número é consideravelmente superior e ainda aumenta. Mas, mesmo 500 mil, em termos da relativamente pequena população húngara, é o equivalente a ter 6,5 milhões de desempregados na Grã-Bretanha ou na Itália, e algo em torno dos 8 milhões na Alemanha.

Na Federação Russa a situação é igualmente má, e em vias de tornar-se pior, incluindo ultrajes como não pagar os salários de mineiros e outros trabalhadores por muitos meses. O Vietnã apresenta um exemplo particularmente trágico. Após a heróica vitória do seu povo sobre a longa e devastadora guerra intervencionista do imperialismo americano, a paz está a ser perdida sob a pressão da restauração capitalista. E mesmo a China não é exceção à regra geral de desemprego em ascensão, apesar do modo muito especial como a sua economia é controlada politicamente. Um relatório confidencial, mas que veio à luz, preparado pelo Ministério do Trabalho chinês adverte o governo de que dentro de uns poucos anos o desemprego no país está destinado a atingir o número estarrecedor de 268 milhões — apontando também para o perigo de grandes explosões sociais em decorrência disso — a menos que medidas apropriadas (mas não especificadas) sejam adotadas para conter a presente tendência. É assim que alcançou-se um ponto no desenvolvimento histórico no qual o desemprego é uma característica dominante do sistema do capital como um todo. Ao citar o **Manifesto Comunista** de 1848, Mézáros (2003, p. 8, parte I), afirma que as condições chegam a ser piores que as descritas por Marx, pois

Marx insistia em que a fim de oprimir uma classe devem ser-lhe asseguradas certas condições sob as quais esta possa, pelo menos, continuar a sua existência servil... [Mas] a burguesia é incapaz de continuar a ser por muito mais tempo a classe dominante da sociedade e a impor à sociedade como lei reguladora as condições de vida da sua classe. Ela é incapaz de dominar porque é incapaz de assegurar ao seu escravo a própria existência no seio da escravidão, porque é obrigada a deixá-lo mergulhar num tal estado em que tem de ser ela a alimentá-lo ao invés de ser alimentada por ele.

Os desempregados nos EUA, de acordo com Mézáros (2003), são obrigados a submeter-se aos ditames dos "programas de trabalho do governo" (*work-fare*) se quiserem receber quaisquer benefícios sociais. Exatamente do mesmo modo, na Grã-Bretanha está a ser tentada a mesma transferência do "*Welfare*" para o "*work-fare*" pelo governo de um partido que outrora considerou-se socialista. Em consequência, uma manchete de oito colunas de um jornal liberal britânico (que acontece ser muito amigo do governo do *New Labour*) anuncia:

"Dizem aos desempregados: alistem-se no Exército ou percam os benefícios". (MÉSZÁROS: 2003, p. 9, parte I)

O neoliberalismo, contrariamente, propõe o fortalecimento da oferta, saturando o mercado de variadas mercadorias. Aqui, a ênfase não está no consumidor, mas na produção direcionada, e pretende satisfazer detalhes das diversas preferências de consumidores da classe média alta e da burguesia, excluindo amplas parcelas da população, e o motivo é a aposta que recai na defesa da liberdade ilimitada do mercado, cujo interesse é produzir menos, com menor custo, com menor retrabalho com privatização do Estado, sem se preocupar com o consumo de massa, pois é cidadão apenas aquele consumidor de média e alta renda.

É neste contexto da organização flexível da produção e das políticas neoliberais que a reestruturação produtiva promove demissões em massa, precariza vínculos de trabalho via terceirização, ocasionando perda dos direitos trabalhistas e levando a uma

[...] enorme involução nas conquistas históricas obtidas pelos trabalhadores. Isto não ocorre passivamente, ao contrário, tende a recriar as lutas de classe. [...] o estado neoliberal desenvolve uma medida estratégica central de legitimação da ordem e da lógica capitalista, agora na órbita da sociedade civil: o Estado promove a formação de Micro e Pequenas Empresas, que absorvem e empregam parte importante das massas desocupadas ou expulsas do mercado formal (ACQUAVIVA: 1986 p. 56-57)

Na reestruturação produtiva na Terceira Revolução Industrial, a mediação do Estado é insuficiente para conter a marginalização de 54 milhões de habitantes que vivem atualmente no Brasil com menos de um salário mínimo por mês, segundo o **Jornal Nacional**, telejornal veiculado às 20 horas pela Rede Globo, no dia 03/06/2005. A pauperização desse contingente de pessoas tem levado ao aumento dos problemas sociais, seja a prostituição de crianças, seja o trabalho infantil, seja trabalho escravo e toda sorte de fatos decorrentes da precarização das condições de trabalho, da concentração de renda, que leva ao comércio de drogas, a assassinatos, a latrocínios e a assaltos de toda sorte, numa degradação e instabilidade social crescentes.

Nesse contexto, diante dos dados apresentados, deve-se questionar se os proprietários de micro e pequenas empresas são mesmo empresários no sentido capitalista, se poderão vir a sê-los um dia ou, na realidade, serão sempre apenas uma das formas de trabalhador para o capital na Terceira Revolução Industrial, com a produção flexível.

CAPITULO 3: A MPE COMO OBJETO DE INTEGRAÇÃO SETORIAL

[...] uma classe formada por pequenos produtores e comerciantes independentes ligados ao mercado capitalista é uma classe em transição[...] por um lado, aspira a enriquecer e a adquirir capital, o que lhe permitiria converter-se em burguesia ou classe capitalista; por outro, vê-se cada vez mais oprimida e dominada pela classe capitalista que a leva a converter-se em proletariado". MARTA HARNECKER

No Brasil, diversas instituições desenvolvem funções e serviços de apoio às micro e pequenas empresas – MPE. Urani (2002) fala das micro e pequenas empresas como uma grande parcela de excluídos dos “benefícios” concedidos às demais e sugere que

[...] no caso brasileiro a segmentação de nosso mercado de trabalho reforça a dificuldade de grande parte da massa excluída da formalidade em construir cultura política. O esforço getulista na promoção de um mercado formal de trabalho, onde alguns seriam incluídos e disporiam de direitos garantidos, deixou de fora uma parcela significativa da população, que passou a desempenhar suas atividades econômicas à margem da oficialidade ou da formalidade. Este enorme contingente populacional ocupa os níveis mais baixos na hierarquia do mercado de trabalho, dispondo de menos qualificação, renda menor e nenhum direito formal garantido pelo Estado. (URANI, 2002, p. 26).

O apoio às MPE deve ser visível, para incorporar os empreendedores e, conforme relata Urani (2002, p. 27),

[...] as políticas públicas devem contemplar um planejamento do contexto capaz de tornar visíveis as “mãos da comunidade” e, sobretudo, de fazer emergir formas de atuação empreendedoras [...]. Deste modo, trata-se da criação de condições favoráveis à emergência de atividades produtivas ancoradas nestes territórios, capazes de incorporar parcelas populacionais à esfera da cidadania e, portanto, ao universo produtivo.

Em Goiás, destacam-se o Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa – Sebrae - e a Associação Goiana da Micro e Pequena Empresa – AGPE - entre outras³⁰ que surgiram na década de 1980 (Sindicato das Empresas de Micro e Pequeno Porte do Comércio – SIMPEC, Sindicato das Empresas de Micro e Pequeno Porte da Agricultura – SIMPA, por exemplo).

³⁰ Embora existam outras entidades com funções de apoio à micro e pequena empresa, foi dado destaque ao Sebrae e à AGPE em função do Projeto Metrópole, objeto deste estudo.

3.1. O Papel do Sebrae e o Projeto Metr pole

O Sebrae   um serviço social aut nomo, instituído por escritura pública sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, de acordo com a Lei n  8.029, de 12 de abril de 1990, com altera es posteriores, reguladas pelo Decreto n  99.570, de 09 de outubro de 1990, que dispuseram sobre a desvincula o da entidade da administra o pública federal³¹. Entretanto, a história do Sebrae tem outros antecedentes, tendo sido criado realmente em 1972:

História: Apesar de existir como institui o desde 1972, a história do Sebrae começa bem antes, no início dos anos 60. Em 1964, o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), hoje Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) institui o Programa de Financiamento   Pequena e Média Empresa (FIPEME), que se torna uma unidade operacional com a reestrutura o do banco, quando também   criada a FUNTEC, atual FINEP (Financiadora de Estudos e Pesquisas). O FIPEME e a FUNTEC formavam o Departamento de Opera es Especiais do BNDE, no qual foi montado um sistema de apoio gerencial às micro e pequenas empresas (MPE). Identificou-se, por pesquisa, que a má gestão da empresa estava diretamente relacionada com os índices de inadimplência nos contratos de financiamento celebrados com o BNDE. Em 1967, a Sudene institui, nos estados do nordeste, no âmbito das universidades, os Núcleos de Assistência Industrial (NAI), voltados para dar assistência gerencial às empresas de pequeno porte. Em 17 de julho de 1972, por iniciativa do BNDE e do Ministério do Planejamento, foi criado o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial   Pequena Empresa (Cebrae). Nasce, formalmente, a institui o, dentro da estrutura do Ministério do Planejamento, oriunda de iniciativas de apoio aos pequenos estabelecimentos realizadas no nordeste e pelo BNDES. O Cebrae foi criado com um Conselho Deliberativo formado pela FINEP, pela ABDE (Associa o dos Bancos de Desenvolvimento) e pelo próprio BNDE, iniciando sua atua o através do credenciamento de várias entidades estaduais já existentes, como por exemplo, o IBACESC, em Santa Catarina; o CEDIN, na Bahia; o IDEG, no Rio de Janeiro; o IDEIES, no Espírito Santo; o CNDL, no Rio, e o CEAG/MG, em Minas Gerais. Dois anos depois, em 1974, o Sistema Cebrae, já com 230 “colaboradores”, estava presente em 19 estados. (www.sebrae.com.br)

³¹ www.sebrae.com.br.

Embora seja uma entidade privada, que atua como serviço social autônomo, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás (Sebrae) é frequentemente percebido como sendo um órgão público. Essa interpretação equivocada acontece devido ao fato de o Sistema Sebrae ter sua origem quando ainda se chamava Cebrae e era vinculado ao Governo Federal. Apesar de ter sido desvinculado do Governo em 1990, o equívoco prevalece porque em sua estrutura, a entidade possui um órgão colegiado, denominado Conselho Deliberativo, composto por entidades que representam não apenas os segmentos empresariais como também órgãos e instituições ligadas aos governos federal e estadual.

Estrutura do Sebrae: O Sebrae é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem o objetivo de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Sua receita principal advém da contribuição das empresas, em média 0,6% sobre a folha de pagamento, recolhida pelo INSS. Do total dessa contribuição, que gira em torno de R\$ 840 milhões, 65% são aplicados diretamente nas programações orçamentárias das Unidades Estaduais. São os chamados “recursos ordinários”. (www.sebrae.com.br)

O Sebrae, portanto, é uma entidade privada sustentada por impostos, ou seja, é a privatização de recursos públicos e representa os interesses da sociabilidade do capital, como se pode constatar no seu órgão máximo, o Conselho Deliberativo Nacional – CDN -, que congrega, como já foi dito, entidades empresarias de classe entre outras que aprovam as “grandes políticas”. O presidente do Conselho Deliberativo é eleito pelo próprio conselho, sendo escolhido entre seus integrantes para um mandato de dois anos, renovável. Este conselho também elege uma Diretoria Executiva, igualmente para um mandato de dois anos, também renovável. Treze entidades compõem o Conselho Deliberativo Nacional, representando o Governo Federal, entidades empresarias de classe e instituições de tecnologia. São elas:

- 1· Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE)
- 2· Associação Brasileira dos Sebraes das Unidades Federadas (Abase)
- 3· Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec)
- 4· Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Anpei)
- 5· Banco do Brasil S. A.
- 6· Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

7. Caixa Econômica Federal
8. Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB)
9. Confederação Nacional da Agricultura (CNA)
10. Confederação Nacional do Comércio (CNC)
11. Confederação Nacional da Indústria (CNI)
12. Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)
13. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Ao observar a composição desse “colegiado”, percebe-se a falta de um importante protagonista. Embora sejam a razão de existência do Sebrae as micro e pequenas empresas, elas não se fazem presentes entre os membros do Conselho Deliberativo, apesar de desde 1990 constar esta determinação na lei 8.029, de 12.04.1990. Não houve vontade política para cumpri-la³². Tal fato vem comprovar a afirmativa de que o Sebrae é um dos instrumentos de diretriz econômica do grande capital que gerencia a MPE.

Para Urani (2002), é necessário que as políticas públicas contemplem não só o governo, ou o setor privado, mas a sociedade civil organizada.

Os protagonistas do desenvolvimento local são, portanto, múltiplos, simplesmente porque, em qualquer latitude, não há nenhum ator econômico, político e/ou social que seja capaz de monopolizar a oferta de serviços de desenvolvimento empresarial na amplitude e na diversidade necessários. Isto significa, entre outras coisas, que se um governante desejar promover o desenvolvimento local do território que governa ele terá, antes de qualquer outra coisa, que descer do pedestal e compartilhar os espaços do diagnóstico, da formulação, da implantação e da avaliação de políticas públicas com outras esferas de governo, o setor privado e a sociedade civil organizada.

O Estatuto Social do Sebrae Nacional, em seu artigo 35, assegura três vagas para representantes de entidades de Micro e Pequenas Empresas Nacionais:

Art. 35 – Para dar cumprimento ao disposto no art. 10 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, com a redação da Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, o CDN constituirá comissão de conselheiros com o objetivo de promover estudos e propor medidas que possibilitem a inclusão no quadro de associados do Sebrae, com direito à participação naquele colegiado, de três (03) entidades cujos estatutos prevejam como exclusivo objeto a representação das microempresas e empresas de pequeno porte respectivamente nas seguintes áreas: I – da indústria; II – do comércio e serviços e; III – da produção agrícola.

³² www.sebrae.com.br “estatuto social”.

A estrutura do Sebrae Nacional se repete nas unidades estaduais. O Sebrae em Goiás possui um Conselho Deliberativo composto por representantes de treze entidades e uma Diretoria Executiva, composta por um Diretor Superintendente, um Diretor de Desenvolvimento e Mercados e um Diretor de Educação e Cultura Empreendedora. Em Goiás a entidade representativa das Micro e Pequenas Empresas, ou seja a Associação Goiana da Micro e Pequena Empresa – AGPE, tem assento no Conselho Deliberativo do Sebrae.

Especificamente sobre microcrédito, o Estado de Goiás possui duas entidades que assistem este segmento, para as empresas formais e informais: o Banco do Povo³³, que atende empreendedores informais e funciona em parceria com prefeituras municipais e fazendo-se presente em quase todos os municípios goianos, e a Agência Fomento³⁴, que atende os empreendedores que dispõem de um mínimo de formalidade, sendo que esta última também compõe o Conselho Deliberativo do Sebrae/GO.

3.2 Política Pública Fundamentadora do Sebrae

As políticas públicas orientadas para desenvolvimento das micro e pequenas empresas no contexto são o foco da presente pesquisa e está voltado para a promoção da melhoria da produtividade, com vistas à redução da mortalidade das micro e pequenas empresas MPE (falta de acesso a crédito e de educação empresarial).

Políticas Públicas são as políticas de governo orientadas à priorizar o atendimento das funções típicas do Estado, tais como: segurança, justiça, educação, saúde, combate à pobreza – melhor e mais justa distribuição de renda. São, na verdade, instrumentos que o governo possui para tentar minimizar as disparidades sociais. (FUNLYSSES, 2001, p. 13).

Não sendo um órgão público, o Sebrae não pode tomar medidas como políticas públicas, entretanto, sendo uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público e mantida com recursos públicos recolhidos e transferidos pelo Estado, deve atuar no interesse público.

³³ O Banco do Povo concede, a empreendedores informais, créditos de até R\$ 1.500,00 em até oito parcelas, com juros de um por cento.

³⁴ A Goiás Fomento concede a empreendedores formais créditos em condições especiais, destacando-se uma linha chamada Crédito Produtivo, com limite de até R\$ 10.000,00 e juros reais abaixo de 1%, que, descontada a inflação, tem sido chamado de linha de crédito com “juro real zero”.

Seu papel, conforme descrito no Plano de Gestão 2003-2005, é “conhecer o universo das MPE e atuar na facilitação da oferta de soluções que atendam às demandas das MPE”, devendo ser “um agente estratégico na promoção do desenvolvimento do universo das MPE.

A questão da micro e pequena empresa quando levada para o campo das políticas públicas, tem uma dimensão nacional, estadual e local. O Estado privatizou o Sebrae em 1990³⁵ e transferiu a ele a responsabilidade de elaborar políticas públicas na área da pequena empresa, entretanto o Sebrae não faz política pública; ele é “um coadjuvante de política pública [...]. Ele auxilia na formulação da política pública [...]. Como exemplo podem ser citadas a lei que implementou o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, a Lei do Simples, [...]”

Dessa forma, a missão do Sebrae é “trabalhar pela competitividade e pela sustentabilidade dos pequenos negócios, mas, para isso, é preciso construir ambientes favoráveis”³⁶, sendo uma das suas contribuições o Projeto Metr pole, que será descrito a seguir.

Neste sentido, a micro e pequena empresa não percebe que o SEBRAE   na verdade mais um dos instrumentos da sociabilidade do grande capital, pois   ele que dita os objetivos, as normas e quem será beneficiado.

3.3 O Projeto Metr pole como Experiência Pedagógica

Produzir políticas públicas que minimizem os efeitos da mortalidade das MPE tem sido o desafio do Sebrae e dos sujeitos sociais coletivos predispostos   cria o de projetos políticos econ micos e sociais alternativos de subsistência no capitalismo vigente. O Projeto Metr pole define como seu objetivo geral a

cria o de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, com vistas a reduzir a taxa de mortalidade das MPE, enfatizando a inclusão social e a cultura empreendedora, visando a elevar a competitividade e promover o desenvolvimento organizacional das Micro e Pequenas Empresas nas regiões metropolitanas de Goiânia, com foco no ambiente local. (Sebrae Goiás)

Essa medida, pois, que pretende enfatizar a inclusão social e a cultura empreendedora, aparentemente   uma inversão do processo de desenvolvimento econômico

³⁵ Sebrae: Plano de Gestão 2003-2004

³⁶ Sebrae: Plano de Gestão 2003-2004.

tal como é conhecido e hegemonicamente adotado em qualquer parte do mundo chamado capitalista. Entretanto, carrega consigo objetivos inversos aos do capitalismo que excluiu os trabalhadores supérfluos e criou formas terceirizadas e precarizadas para a formação de força de trabalho disponível a longo prazo, tendo como *locus* privilegiado as micro e pequenas empresas, que cumprem as mais variadas funções sociais para o capital.

Harnecker (1980, p.32) chama de “pequena burguesia” a classe social formada por pequenos produtores independentes, que vendem seus produtos no mercado.

[...] uma classe formada por pequenos produtores e comerciantes independentes ligados ao mercado capitalista é uma classe em transição: uma classe que tende a desaparecer, decompondo-se em proletariado e burguesia. É uma classe que possui por esta razão, interesses contraditórios: por um lado, aspira a enriquecer e a adquirir capital, o que lhe permitiria converter-se em burguesia ou classe capitalista; por outro, vê-se cada vez mais oprimida e dominada pela classe capitalista que a leva a converter-se em proletariado e, portanto, a identificar-se com os interesses desta classe.

Neste sentido, este é um terreno movediço, na medida em que podem também os microempresários surpreenderem pela sua organização política e conquistar, na luta pela sobrevivência, fatias do mercado e utilização de força de trabalho, no sentido da distribuição do conhecimento e da renda. Estes empreendedores constituem-se na atualidade uma categoria de trabalhadores para o capital ainda que não tenham consciência de seu papel.

O Projeto organiza empreendedores em células setoriais em todas as regiões do município, e tem, entre seus objetivos específicos, conforme Plano de Ação (2003, p.4):

- promover o desenvolvimento de segmentos econômicos, atendendo suas necessidades específicas;
- organizar as demandas e as necessidades empresariais;
- desenvolver soluções específicas a partir da identificação das demandas e das necessidades das micro e pequenas empresas a nível local;
- incentivar a busca de novos mercados e de novas tecnologias;
- melhorar os resultados das micro e pequenas empresas;
- sensibilizar os empresários para a prática de comportamentos adequados frente aos desafios atuais e futuros;
- desenvolver novas lideranças empresariais;
- promover e fortalecer o associativismo;
- contribuir para o desenvolvimento organizacional local.

De acordo com este Plano de Ação, cada região terá cinco células, com participação de 15 empresas em cada uma, em média, sendo a capacitação um dos objetivos mais

evidentes. Ao todo, consideradas todas as atividades desenvolvidas na primeira fase do projeto (2003), participaram mais de 600 micro e pequenas empresas, estando em curso a segunda fase do projeto, em 2004.

Este estudo, além ou antes de se propor a discutir teoricamente algumas questões que permeiam o Projeto Metrópole, tem também a intenção de fazê-lo conhecido como experiência-piloto num campo carente de experiências históricas alternativas.

O Sebrae reconhece como indicadores de resultados o número de células setoriais criadas, o número de empresas e de participantes nas reuniões de cada célula e o número de postos de trabalho gerados nas empresas participantes.

Segundo Montaña (2002, p100), o apoio disponibilizado às micro e pequenas empresas, institucionalmente, estrutura-se basicamente através de serviços que podem ser agrupados em: (1) serviços técnicos: assessorias, (2) serviços administrativos: capacitação e (3) serviços financeiros: microcrédito.

O autor chama a atenção para o fato de que, ao levar em conta as formas públicas e privadas de apoio às MPE, há “muitas vezes, por parte dos organismos de apoio às MPE, dois erros conceituais, sintetizados num só discurso (...), que podem gerar conseqüências problemáticas nas respostas que elas dão às demandas destas unidades de produção”. Conforme relata Montaña (2002, p.100), o primeiro erro consiste em identificar “micro e pequena empresa” com “micro e pequeno empresário” e o segundo consiste em identificar “micro e pequeno empresário” com “micro e pequena empresa”. No primeiro capítulo já se definiu micro e pequena empresa como “instância de organização produtiva...” e microempresário, ou melhor, empresário de micro e pequena empresa, como “um trabalhador para o capital”.

3.3.1. Primeiro erro: confundir micro e pequena empresa com micro e pequeno empresário:

Nesse caso, a “situação, a dimensão e os problemas que a empresa apresenta são extrapolados e estendidos até atingirem o próprio empresário”. Com tal comparação, ao confundir “empresa” e “empresário”, já conceituados no capítulo primeiro, coloca-se em dúvida a capacidade de gestão e conhecimento técnico do proprietário da micro e pequena empresa, “[...] o que equivale a dizer: se a empresa tem um insuficiente desenvolvimento econômico, financeiro, comercial, produtivo etc., então tem um insuficiente desenvolvimento na sua gestão empresarial” (MONTAÑO, 2002, p. 102).

Ainda segundo Montaña, (2002, p.102) este “raciocínio responsabiliza seu gestor, até sem querer e sem perceber, pelos problemas da MPE”. Assim, se a empresa não tem sucesso em suas operações, “se ela tem dificuldades na produção, é porque o seu proprietário não tem preparo suficiente para uma produção planejada, racional e eficiente”.

A situação da MPE depende mais de um sistema socioeconômico e político do que da capacidade do empresário da micro e pequena empresa, pois “ele não tem o poder ou a capacidade de produção, ou o acesso a novos mercados”.

Concluindo, a partir deste raciocínio errado, a resposta institucional também será equivocada: “desenvolver uma capacitação ao suposto microempresário em relação a gestão e administração empresarial – capacitação que, provavelmente, ele não carece” (MONTAÑO, 2002, p. 103).

Ocorre que nem sempre os problemas organizacionais da micro e pequena empresa se devem a eventuais deficiências do empresário, mas são resultado do acirramento da concorrência própria do modo capitalista de produção e do poder político-econômico entre as pequenas e grandes empresas.

3.3.2. Segundo erro: identificar micro e pequeno empresário com micro e pequena empresa:

Aqui, em sentido contrário, e compreendendo o empresário com deficiências em sua capacidade administrativa, de gestão empresarial e de planejamento financeiro, “a confusão leva a dizer: se o empresário tem carências de gestão, planejamento etc, então tem problemas financeiros, por exemplo”, e assim estabelece-se uma “relação causal unívoca e linear entre a capacidade empresarial do proprietário da MPE e os problemas organizacionais da empresa (o financiamento, por exemplo)”. Assim Montaña (2002, p. 104) adverte que a resposta institucional “[...] aqui, é clara: induz-se o “microempresário” e sua empresa (que talvez não tenha sérios problemas financeiros) a adquirir um crédito endividando-se e gerando, em certos casos, agora sim, um problema financeiro (cumprindo a profecia)”.

Concluindo, as respostas institucionais, segundo Montaña (2002), destinadas ao empresário “quando o problema está na empresa, ou as que enfocam a empresa quando as carências se vinculam com o empresário, são inúteis e ineficientes”. Assim, um curso de capacitação empresarial torna-se ineficiente se o problema é financeiro ou de geração de recursos ou de concorrência predatória no mercado e talvez o empresário não precise saber nada de novo, mas apenas ter melhores condições de crédito, de acesso a novos mercados, a

menores preços nos insumos, materiais e máquinas”, isso sem citar que tais “respostas institucionais” podem gerar novos problemas, que implicariam mais gastos para este empreendedor, além de expectativas não supridas.

3.4 A Experiência do Projeto Metr pole como Problema Teórico e Político

No Projeto Metr pole, as questões do Estado e da forma o (educa o) dos trabalhadores – os empreendedores de micro e pequenas empresas – formam interfaces sob media o política e pedagógica do SEBRAE. Constitui-se numa experiência histórica que, do ponto de vista da rela o Estado-sociedade, propõe-se a explorar um campo intermediário ao que se conhece na história recente do Brasil como prática e como conceito de educa o popular (empresarial).

  um processo de educa o do capital que transcorre no interior da institucionalidade, isto  , no interior do Estado. Assim, trata-se de experiência que aponta para o engendramento estratégico-político de duas alternativas de resultados antag nicas. A primeira assinala a perspectiva de fazer-se uma política pública por excelência, de alcance (regional) local e, portanto, democrática, eliminando o cunho discricionário e autoritário das políticas hegemonzadas por uma classe ou segmento de classe dominante. A segunda possibilidade, ao contrário, assinala a realiza o dos propósitos dos agentes do capital transnacional, que protagonizam mudanças funcionais, como o incentivo   formaliza o dos pequenos negócios e estímulo   terceiriza o, via fundamentalmente programas de incentivo   demissão voluntária (PDV) e   flexibiliza o dos contratos de trabalho.

[...] o Estado promove a forma o de Micro e Pequenas Empresas, que absorvem e empregam parte importante das massas desocupadas ou expulsas do mercado formal – promo o que se faz mediante o desenvolvimento, no Estado, de certas condi es sociais (legisla o que desburocratize e favoreça sua cria o, que reduza ou isente a MPE de certas obriga es tributárias etc.) e financeiras (fundamentalmente créditos mais acessíveis), (ACQUAVIVA, 1986, 183-206 e 269-281).

Somente a história será capaz de mostrar qual alternativa terá sido prevalecente. De todo modo, discute-se o Estado como categoria de análise para poder jogar luzes ao entendimento,   compreensão do fenômeno enquanto ele transcorre.

Montaño (2002), entende que a micro e pequena empresa encontra-se “isolada” em dois pontos de vista, o que acentua sua dificuldade para enfrentar o mercado em condições menos desfavoráveis, principalmente em relação às grandes empresas.

- a) O isolamento em relação à estrutura representativa, o sistema político-econômico. As micro e pequenas empresas, por se encontrarem isoladas em relação à estrutura representativa, não possuem instância de deliberação e intervenção e as poucas iniciativas não têm peso de mobilização suficiente para intervir perante o Estado e demais atores sociais, na defesa de seus interesses. Assim, para contornar inúmeras dificuldades, como enfrentar um atacadista, participar de feiras e missões nacionais e internacionais, somente será possível se for substituída sua frágil organização isolada pela força de uma organização coletiva, uma associação, ou cooperativa.
- b) O isolamento em relação à estrutura produtivo-distributiva: sistema econômico-produtivo, a micro e pequena empresa se encontra isolada devido à dificuldade de acesso a créditos, tecnologia e mercado, resultante da “integração vertical” em que, mediante a subcontratação, o trabalho por encomenda e até a terceirização de micro e pequenas empresas as coloca em posição de dependência e submissão às grandes empresas, porém a MPE pode buscar através da “integração horizontal”, através da associação e cooperação mútua.

Neste sentido o Projeto Metr pole visa, dentro do objetivo já citado, contribuir para: desenvolver Arranjos Produtivos, fomentar e disseminar a cultura da coopera o, articular Rede de Apoio  s MPE conforme Plano de A o (2003).

Desenvolver Arranjos Produtivos (...) atuar em aglomerados de agentes econ micos, p liticos e sociais, localizados em um mesmo território inseridos na mesma Cadeia Produtiva, operando em atividades correlacionada, e que apresentem vínculos de articula o, intera o, coopera o e aprendizagem (...) Fomentar e disseminar a Cultura da Coopera o. (...) pretende estimular o fortalecimento de uma cultura, em todo o país, onde predomine valores voltados para a coopera o na busca do atendimento de interesses comuns. (...) elevar o capital social das comunidades (...) Articular Rede de Apoio  s MPE (...) articular para que os esforços das redes existentes ou potenciais sejam aprofundadas e direcionadas para o apoio das MPE e empreendedores em potencial incluso na região metropolitana (Projeto Metr pole, Plano de A o, p.11).

Ao permitir uma intera o entre os empreendedores, de igual segmento, há possibilidade de surgirem parcerias com vistas a obten o de novos negócios como também de supera o de deficiências relacionadas com a produtividade. Urani (2002), considera que,

A simbiose existente entre as firmas e a comunidade local gera possibilidades de cooperação competitiva entre aquelas e potencializa a criação de externalidades positivas. Estas últimas podem surgir de maneira fortuita, decorrentes das trocas comunicacionais informais ocorridas na comunidade, ou ser fruto de decisões coletivas tomadas deliberadamente, tais como a parceria entre os sujeitos produtivos (Compras em comum, vendas em comum, obtenção de crédito, etc) e ações de cunho institucional, efetivadas no âmbito das associações, sindicatos, escolas técnicas, etc. (URANI, 2002, p. 13).

Montaño em sua obra “para uma proposta de apoio as MPE”, destaca que “a cooperação (formal ou informal), pode permitir aos empreendedores de MPE, melhores possibilidades e concorrência no mercado” e cita algumas:

a) Cooperação em torno dos meios de produção – como forma de possibilitar a empresários que isoladamente não podem ter acesso aos meios de produção (local, maquinaria, ferramentas etc.), por não disporem de capital suficiente, que juntem suas partes “insuficientes” e unidos consigam um local comum, as diversas máquinas necessárias etc.. Dessa maneira, várias pessoas tem acesso a meios de produção mais sofisticados e diversificados ou potentes, que de individualmente não poderiam ter,

b) Cooperação na compra de matéria-prima e materiais – quando o escasso capital de giro de uma MPE não lhe permite comprar grandes quantidades de matérias-primas e materiais a preços e condições mais favoráveis, nesse caso, a cooperação e coordenação de um grupo de empresários de MPE, juntando as pequenas compras, possibilita que estes tenham melhores condições de negociação de preços, financiamento, qualidades etc.

c) Cooperação na venda de produtos iguais – há ocasiões em que o comprador de um produto determinado só negocia com empresas que possam produzir um mínimo de unidades de determinadas mercadorias. Nesses casos, a MPE que mobiliza um capital reduzido nada pode fazer para atingir a produção daquele “mínimo” exigido. Assim, geralmente, a MPE perde o cliente. Dessa forma, definidos certos padrões estandardizados de produção de mercadorias iguais, podem, diversas MPE, produzir, cada uma, uma quantidade de mercadorias iguais e, juntando as partes produzidas pelas MPE, o conjunto delas poderá atingir o mínimo exigido pelo comprador e fechar o negócio. O eixo problemático, mas não um obstáculo infranqueável, está em conseguir que a produção das diferentes empresas esteja dentro dos parâmetros estandardizados; fora isso, a experiência é promissora.

d) Cooperação na venda de produtos diversos. Geralmente, o empresário da MPE que intervém diretamente na atividade produtiva não prioriza a área comercial e, portanto, tem seu mercado congelado e reduzido a um pequeno raio de ação circundante. A extensão deste mercado significaria, para o empresário, um custo de tempo, transporte e capital, impossível, muitas vezes, de sustentar. Efetivamente, colocar seus produtos em mercados novos, mais distantes, com perfis de consumo diferentes, exige que o empresário invista em certos gastos que as vendas não justificam, ou cujo risco é altamente incerto. Nesse caso, a combinação de vários empresários de MPE que juntem seus produtos, mesmo se tratando de mercadorias diferentes – e quase sempre este fator é essencial, já que nesta atitude de solidariedade mútua a concorrência que gera a venda de um produto semelhante pode dificultar a experiência -, permitirá aos diversos empresários arquem, em conjunto, com os custos necessários de acesso a um novo mercado. Por exemplo, vários empresários podem manter um vendedor viajante, levando as mercadorias a cidades do interior.

Montaño relata ainda que através da intercomunicação a MPE pode socializar as experiências positivas desenvolvidas por alguns e que podem ser retomadas/apropriadas por outros, e ajudar a desenvolver uma “consciência solidária”, conforme descreve,

Intercomunicação: o fato de os empresários das MPE se comunicarem entre si, mesmo que informal e não periodicamente, permite que eles tenham maior noção das problemáticas comuns, da sua situação como categoria sócio-econômica, assim como propicia a possibilidade de socializar as experiências positivas desenvolvidas por alguns e que possam ser retomadas por outros (MONTAÑO, 2002, p. 112).

De forma que conjuntamente as MPE têm um potencial que se converte numa estratégia de ação que facilita a cooperação e assim conquistar objetivos que sozinhos não alcançariam. Vale lembrar que a associação entre MPE implica, apenas melhores condições para ela se tornar mais competitiva no mercado, e como fenômeno sócio-econômico e político, torna-se mais estável, e sua relação com a grande empresa, no mercado, menos desigual

Paolo Gurisatti³⁷, falando da necessidade de cooperação entre empreendedores formais e também da necessidade do trabalhador buscar sua qualificação constante afirma:

³⁷ Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. P. 93

Embora os empresários acreditem nas leis do livre mercado, nos interesses individuais e assim por diante, e embora concentrem as próprias energias em cada fase do processo (como sub-fornecedores), eles tendem naturalmente a cooperar com o processo final da cadeia. Em um sistema não fordista participar é obrigatório: um empresário deve participar do jogo coletivo da rede ou do distrito ou ficará isolado e sofrerá um redimensionamento social. Por outro lado o trabalhador também tem que participar das vivências do sistema em um território com centenas de empresas que exercem funções semelhantes, com aparelhagem e técnicas semelhantes, sempre em busca de idéias e capacidades novas, ele é instado a escolher a empresa que oferece melhores condições e perspectivas de valorização. Por sua vez, corre o risco de se ver marginalizado se não participar do jogo social da valorização, se não aceitar desempenhar um papel coerente com as capacidades que lhe são reconhecidas (URANI: 2002, p. 93-94).

Neste sentido o Projeto Metr pole, fundado em redes setoriais de MPE tem se constituído como um dos meios possíveis e desejáveis de supera o do modo “fordista” de organiza o da produ o.

3.5 A Proposta de Organiza o em Redes de MPE

As redes de empresas são formadas por grupos de organiza es com interesses comuns que se unem para a melhoria da competitividade de um determinado setor³⁸ ou segmento.   uma forma institucionalmente estruturada de organiza o das atividades econ micas, baseada na coordena o de relacionamentos cooperativos sistemáticos que se estabelecem entre empreendedores.

Embora as micro e pequenas empresas, como descrito anteriormente fiquem sob o controle de sistemas de subcontrata o ou sob domínio financeiro/tecnológico de empresas de grande porte, Castells (1999, p. 218) relata que “freqüentemente, tomam a iniciativa de estabelecer rela es em redes, [...] encontrando nichos de mercado e empreendimentos cooperativos. Cita como exemplo o cenário de Hong Kong e seu sucesso no setor de exporta o em que “por um longo período, entre o final dos anos 50 e o início da década de 1980”, foi baseado em redes de pequenos negócios domésticos, competindo na economia mundial e que

³⁸ Conjunto de empresas que trabalham com um mesmo produto (Sebrae)

Mais de 85% das exportações de produtos manufaturados em Hong Kong até o início da década de 1980 eram fabricados em empresas familiares, 41% das quais eram pequenas empresas com menos de cinquenta trabalhadores. A maior parte deles não era subcontratada de empresas maiores, mas exportava por intermédio da rede de empresas importadoras/exportadoras [...] As exportações de Taiwan durante a década de 1960 também originavam-se principalmente em um sistema de pequenas e médias empresas, embora nesse caso as tradicionais companhias *trading* japonesas fossem as principais intermediárias. [...] Em meados dos anos 90, entre seis e dez milhões de trabalhadores, dependendo das estimativas utilizadas, participavam dessas redes produtivas subcontratadas na província de Guandong.

Ao analisar o fenômeno das redes para a realidade brasileira, Urani (2002, p. 13) afirma que:

O fenômeno das redes industriais de pequenas e médias empresas, assim como as ligações destas com o meio socioterritorial onde estão circunscritas as aglomerações setoriais (chamadas de “clusters” de empresas e também “Arranjos Produtivos”), tem sido bastante estudado pela literatura acadêmica ligada à economia, à sociologia ou ao planejamento urbano e regional. Ressaltam-se, nestes estudos, a substituição da produção em massa, característica do modelo de desenvolvimento fordista consolidado no pós-guerra, pela des-padronização dos produtos, a des-verticalização da atividade produtiva e o surgimento de novos padrões de divisão do trabalho, seja no âmbito da indústria, seja no âmbito da sociedade.

As redes podem surgir espontaneamente ou de acordo com necessidades, e conforme Urani (2002, p. 13):

A configuração flexível das redes de empresas tem assegurado rápidas respostas às flutuações quantitativas e qualitativas na demanda, a consolidação de capacitações tecnológicas endógenas (conhecimento tácito-contextual, predominantemente) ao meio socioterritorial e uma efetiva desconcentração produtiva com a difusão, pelo território, de pequenos e médios empreendimentos.

No modelo fordista, as dimensões produtiva e cidadã do indivíduo, conforme Urani (2002, p.21) estavam separadas e subordinadas a esfera pública e privada. Assim a relação entre indivíduo e produção pertencia ao âmbito das relações privadas, enquanto a dimensão cidadã conferia ao indivíduo existência pública.

O modelo fordista nos países centrais inseriu os assalariados no círculo virtuoso possibilitado pela retro-alimentação entre ganhos salariais, maior consumo, maior investimento, maior produção e, portanto, maior crescimento econômico e social. Neste modelo, no qual houve uma efetiva repartição dos ganhos de produtividade entre capital e salário, a cidadania era assegurada ao trabalhador pela sua inserção, enquanto trabalhador formal e assalariado (geralmente sindicalizado), no processo produtivo. Devido a esta inserção, ao trabalhador formal eram assegurados os benefícios do Estado “fordista”, tais como previdência.

As alternativas de políticas públicas inovadoras na geração de emprego e de renda devem ser apreendidas e engendradas em face da mudança do regime de acumulação, e, nesta

perspectiva, experiências como as ocorridas no nordeste italiano, conforme Urani, (2002, p. 22), podem servir como subsídio em Goiânia através do Projeto Metr pole enquanto representa o do deslocamento geral.

À medida que o território passa a desempenhar a fun o de integrador do processo produtivo, devem ser encontrados no mesmo todos os insumos e estruturas necessários   produ o, o que inclui não somente as infra-estruturas físicas e econ micas, mas também, e sobretudo, uma estrutura social igualmente necessária   fluidez das rela es produtivas. A reunião dessas infra-estruturas (estradas, escolas de treinamento profissional, acesso a crédito, mercado de trabalho capacitado etc) possibilita a divisão do trabalho entre MPE ao longo das cadeias produtivas, permitindo a cria o das condi es necessárias   produ o e   reprodu o de um tecido empresarial dinâmico.

De acordo com Castells (1999, p. 250) ao tratar da forma o de redes entre empresas na economia global, afirma que a maioria das atividades econ micas nos setores mais importantes   organizada em cinco tipos diferentes de redes que são:

- a. Redes de fornecedores, que incluem subcontrata o, entre um cliente e seus fornecedores de insumos intermediários para produ o.
- b. Redes de produtores que abrangem todos os acordos de co-produ o que oferecem possibilidade a produtores concorrentes de juntarem suas capacidades de produ o e recursos financeiros/humanos com a finalidade de ampliar seus portfólios de produtos, bem como sua cobertura geográfica,
- c. Redes de clientes que são os encadeamentos   frente entre as indústrias e distribuidores, nos mercados de exporta o ou nos mercados domésticos.
- d. Coalizões-padrão que são iniciadas por potenciais definidores de padrões globais com o objetivo de “prender” tantas empresas quanto possível a seu produto.
- e. Redes de coopera o tecnológica que facilitam a aquisi o de tecnologia para projetos e produ o de produtos, desenvolvimento conjunto dos processos e da produ o.

No nível da produ o, o modelo de redes fornece trabalho a pequenas empresas e domicílios e, conforme Castells (1999, p. 219),

[...] na Itália e em outros países do Mediterrâneo, como a Turquia. Esse tipo de organiza o em redes   uma forma intermediária de arranjo entre a desintegra o vertical por meio dos sistemas de sub-contrata o de uma grande empresa e as redes horizontais das pequenas empresas.   uma rede horizontal, mas baseada em um conjunto de rela es periféricas/centrais, tanto no lado da oferta como no lado da demanda do processo.

As estratégias de formação de redes, de acordo com Castells (1999, p. 221), dotaram o sistema de flexibilidade para as grandes empresas, mas “não resolveram o problema de adaptabilidade da empresa”, porém para conseguir os benefícios da flexibilidade das redes, a “própria empresa teve de tornar-se uma rede e dinamizar cada elemento de sua estrutura interna: este é na essência o significado e o objetivo do modelo da empresa horizontal”.

Pequenas empresas através dessa estrutura internacional podem se unir a empresas maiores formando redes capazes de inovar e adaptar-se constantemente, conforme Castells (1999, p. 222), e assim em vez de “empresas individuais ou agrupamentos formais de empresas, temos o projeto empresarial possibilitado por uma rede”. Dessa forma, projetos empresariais são implementados em campos de atividades, tais como linhas de produtos, tarefas organizacionais ou áreas territoriais.

As informações circulam pelas redes: redes entre empresas, redes dentro de empresas, redes pessoais e redes de computadores. [...] Isso é possível através das tecnologias de informação. [...] esse modelo de redes internacionais é a base da competitividade das empresas japonesas.

Entretanto, conforme Castells (1999, p. 251) as “redes são centradas em uma grande multinacional ou são formadas com base em alianças e cooperação entre essas empresas” porém, as “redes cooperativas de empresas de pequeno e médio porte, de fato existem mas desempenham papel menos importante na economia global, pelo menos nos principais setores”.

Essa forma de associação busca parcerias que proporcionem: competitividade, incremento na rentabilidade, lucratividade, operacionalidade, investimento acessível, informações, estudos e pesquisas, tecnologia de qualidade, certificação de qualidade das empresas.

Nesse processo de conhecimento do Projeto MetrÓpole selecionamos trinta micro e pequenas empresas, segundo os seguintes critérios: dez empresas do ramo de cabeleireiros, dez empresas do ramo de móveis e dez empresas do ramo de confecções, como amostra

As etapas do estudo foram assim seguidas: estudo do projeto metrÓpole, estudo bibliográfico, observação em “lÓcus”, aplicação de questionário, entrevistas e checagem de entrevistas e dados do SEBRAE/GO, descrição, compreensão e análise dos dados.

As 30 empresas foram selecionadas aleatoriamente, por sorteio junto a coordenação do projeto no Sebrae da seguinte forma:

- a. Profissionais de higiene e beleza: A coordenação do projeto sorteou a amostra entre os estabelecimentos de Profissionais de higiene e beleza que têm assistência de um dos consultores do Projeto Metrópole e a escolha recaiu para aqueles estabelecidos em setores nobres da capital;
- b. Empresas de fabricação e comércio de Móveis: Estas empresas estão estabelecidas em uma das regiões da Capital, ou seja no Jardim Guanabara e proximidades.
- c. Confeccões: A coordenação do projeto a exemplo do item “a”, sorteou entre os estabelecimentos que tem assistência de um dos consultores do Projeto Metrópole, porém neste caso estão estabelecidas em regiões populares da capital.

3.6 Relatório da Pesquisa de campo

Conforme consta na introdução do presente trabalho, as entrevistas foram previamente agendadas, sendo viabilizadas 18 entrevistas, o entrevistado foi esclarecido de que se tratava de entrevista para fins acadêmicos e as questões que embasaram a entrevista versavam sobre dados relativos ao empreendimento e seu proprietário, quais dificuldades enfrentava, e por que iniciara a atividade empresarial, sua trajetória, como analisava sua situação - se como empresário ou como trabalhador - e que objetivos pretendia alcançar. Além disso, solicitou-se dados sobre formação, rendimento e se trocava sua atividade por um trabalho assalariado de igual rendimento, sua carga horária de trabalho, dados sobre os colaboradores - como carga horária, férias – e, por último, dados do projeto e se houve diferença ou resultados positivos ou negativos para a empresa.

a. Atividade dos profissionais de higiene e beleza

Um dos profissionais desse ramo, Sr. Sérgio³⁹, disse que essa é uma das profissões mais antigas, ao lado da odontologia e da medicina, remontando ao tempo bíblico. Há informações de que Urias, marido de Bete Saba, no tempo de Davi (2º. Samuel 11:1-13), era, além de guerreiro, um profissional desta área de “cuidados pessoais”; disse também que os profissionais desta categoria têm pouca escolaridade e enfrentam preconceitos pelo fato de cuidarem da beleza. Antigamente pensava-se que quem era cabeleireiro era homossexual,

mas a imagem desses profissionais tem melhorado devido à forma com que a mídia tem divulgado e mostrado cabeleireiros famosos como o “Serginho”. Antes, o profissional não podia dizer que era cabeleireiro. Com a possibilidade do curso superior, a auto-estima tem se elevado. Este profissional hoje é tido como alguém competente e de conhecimentos.

Com relação a essa “categoria profissional”, os empreendedores são profissionais bastante exigentes no cumprimento de horário de trabalho e geralmente atendem seus clientes por agendamento.

Os empreendimentos desta categoria têm de 2 a 15 anos de atividade e proporcionam um rendimento mensal de 2 a 8 mil reais a seus proprietários, sendo que o rendimento tende a ser mais alto nos setores nobres da cidade. Conforme se vê na tabela a seguir, pelo fato de a maioria estar situada nos setores nobres, seus rendimentos são mais atraentes, o que vai proporcionar uma postura de classe mais voltada para o “empresário” do que para o “trabalhador”. Esses profissionais acham “normal” que seus colaboradores trabalhem “por conta (e risco) próprio” e estes colaboradores também devem achar, dado que a quase totalidade está nesta condição.

Os profissionais a seguir relacionados nos deram o seguinte relato:

ATIVIDADE DE HIGIENE E BELEZA

Nº	NOME FICTICIO	REGIÃO	TEMPO NA ATIVIDADE	RENDIMENTO MENSAL R\$
1	SÉRGIO	SETOR BELA VISTA	12 ANOS	7.000,00
2	LOURDES	SETOR NOVA SUIÇA	7 ANOS	5.000,00
3	PAULA	SETOR OESTE	6 ANOS	8.000,00
4	OLÍVIA	JARDIM AMERICA	15 ANOS	2.000,00
5	SANTINONI	JARDIM AMERICA	2 ANOS	*
6	MEIRE	SETOR BUENO	10 ANOS	2.500,00
7	MARIANA	SETOR BELA VISTA	4 ANOS	3.500,00
8	NUBIA	SETOR OESTE	5 ANOS	3.000,00

(*) não informou

1. Sérgio

Sérgio possui um empreendimento de higiene e beleza no Setor Bela Vista em Goiânia, e iniciou a atividade há 12 anos, por ter identificado uma oportunidade de negócio. De origem humilde, veio do interior (Ceres-GO), já tendo trabalhado como servente na construção do Hospital de Urgências (HUGO), foi vendedor de produtos cosméticos junto a

³⁹ Serão utilizados nomes fictícios nos relatos das pessoas entrevistadas para preservar sua privacidade, confiança e anonimato.

salões de beleza e em seguida abriu seu próprio negócio, tendo em vista que era o profissional que orientava os profissionais de higiene e beleza e assim tinha o conhecimento necessário para abrir com negócio próprio. Sérgio vê-se como trabalhador pelo fato de atuar junto com sua equipe e não se permitir nenhum privilégio em relação ao trabalho prestado pela equipe. Descendente de alemães, sua origem, como ele mesmo disse, lhe impôs disciplina. Ao escolher esta profissão seus parentes não davam muito valor, entretanto, com o passar dos anos e tendo sido bem sucedido, hoje goza de prestígio, tendo se tornando um modelo para os demais membros de sua família. Sobre escolaridade disse que concluiu o segundo grau. Solicitado a falar sobre que objetivos pretendia atingir através da sua empresa, disse que encara o futuro e os desafios que ele reserva com naturalidade, sem vaidades, considerando-se apto a assumir as funções de sua área, “estou preparado, sem vaidades. Sou de família alemã e a disciplina e formação me ajudaram. Cumprimos os horários e educamos os clientes. Já foi convidado para ministrar aulas como instrutor pelo SENAI⁴⁰”, disse Sérgio.

Com relação a sua formação, disse que tem “se esforçado” para buscar conhecimentos/informações que, lamentavelmente, estão concentrados no eixo Rio/São Paulo. Disse que “grande parte dos profissionais de higiene e beleza tem baixa escolaridade e isso precisa mudar”. Tem rendimento mensal em torno de R\$ 7.000,00 na atividade, sendo sua renda principal, e não a trocaria por trabalho assalariado. Concluindo disse que falta motivação para que a categoria busque conhecimento e traga a valorização da profissão. Sérgio trabalha de terça a sábado e cuida de todas as operações do empreendimento. Possui uma equipe de cinco colaboradores por conta própria, atende clientes por agendamento e zela pelo cumprimento de horários como a maioria dos profissionais deste setor, porém acha deficiente a gestão de seu negócio. Sobre a participação no Projeto MetrÓpole, acha que o Sebrae se fez presente nas regiões, melhorou processos produtivos, mas o número de trabalhadores de seu empreendimento continua o mesmo, mas que grande parte dos profissionais desta categoria precisa do apoio e de formação.

2. Lourdes

Lourdes, possui um empreendimento de higiene e beleza no setor Nova Suíça, em Goiânia, e iniciou esta atividade há sete anos e se vê como empresária, pois, conforme disse,

⁴⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

seu negócio “gera empregos e famílias dependem disso”. Sua equipe conta com seis colaboradores “por conta própria”. Lourdes disse que tem buscado atender o cliente com profissionalismo e pretende abrir várias lojas em parceria. Tem segundo grau e está se preparando através de cursinho para buscar formação superior. O negócio proporciona uma renda de aproximadamente R\$ 5.000,00 sendo sua única fonte de renda, e não a trocaria por um trabalho assalariado. Ela trabalha de segunda a sábado e estuda à noite. Seus trabalhadores têm folga no final de semana (domingo) e um dia da semana. Sobre o Projeto MetrÓpole, disse que ele tem estimulado a troca de experiências e a promoção de cursos entre os profissionais desta categoria, o que a motivou e a ajudou a abrir uma outra empresa. A entrevistada não participa de outras entidades.

3. Paula

Paula possui um empreendimento de higiene e beleza no setor Oeste, em Goiânia, e iniciou esta atividade há seis anos, por ter identificado uma oportunidade de negócio. A entrevistada tem formação universitária e a empresa anterior, em que trabalhou como empregada por dois anos, chamava-se Capemi. Paula vê se como empresária e desempenha poucas funções executadas pelos trabalhadores de sua equipe, ou seja, executa somente as atividades de empresária, como pesquisa, coleta de dados, mas executa também atividades operacionais, “as mais lucrativas” no seu empreendimento. Possui nove trabalhadoras “por conta própria”, que trabalham cinco dias, com folga no domingo e na segunda-feira. Sobre o Projeto MetrÓpole, tem participado de ações relacionadas à Cultura da Cooperação em eventos solidários, como o Show da Beleza, promovido em região carente de Goiânia pelo projeto e que proporciona a presença do Sebrae nas regiões. A empresária acha que o projeto aperfeiçoa o modelo de administração, pois inclusive contratou assessoria para informatização dos serviços de seu empreendimento e a que o projeto melhora os processos produtivos, proporciona o uso de novas tecnologias e a elevação da qualidade dos serviços e ainda desenvolve o espírito associativista, tendo melhorado a produção, o volume e faturamento de sua empresa. Paula participa da ACIEG - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Goiás - e vê vantagens em participar de entidades de cooperação, como o sindicato da categoria, procurando participar das atividades sempre que convidada.

4. Olívia

Olívia é proprietária de um empreendimento de higiene e beleza no Jardim América, em Goiânia e iniciou esta atividade há 15 anos por sobrevivência financeira, considerando-se como trabalhadora⁴¹. É filha de cabeleireira, já foi professora de escola pública e privada, tendo formação de segundo grau em magistério, que era sua fonte de renda anterior. A entrevistada disse que pretende ampliar o negócio para aproveitar o espaço que tem (sede própria), construindo várias salas para oferecer várias opções de serviços terceirizados. Disse também que as chances de possuir um empreendimento maior, são poucas pois não tem onde obter recursos para investimento. Ela defende a criação de um curso superior para a categoria, o que é bandeira do sindicato e só isso já está motivando os profissionais a concluírem o segundo grau em forma de curso supletivo. Sua atividade lhe proporciona uma renda de aproximadamente R\$ 2.000 reais e não a trocaria por trabalho assalariado, a menos que fosse algo “que valesse a pena”, pois valoriza muito sua liberdade. Olívia trabalha de terça a sábado e possui dois trabalhadores “por conta própria”; acha que seu empreendimento tem gestão deficiente. Sobre o Projeto Metrópole, disse que tem estimulado a cultura da cooperação e que trouxe resultados positivos para sua empresa, como troca de experiências, cursos de capacitação e reciclagem, além de apoio em viagens e participação em feiras e eventos de sua categoria, ainda proporcionando a presença do Sebrae nas diversas regiões da capital e o fortalecimento das empresas, embora o número de pessoas envolvidas em seu empreendimento continue o mesmo. Olívia participou, no Sebrae, do curso sobre eficiência energética e o achou produtivo, Disse que utiliza do apoio do Sindicato dos Cabeleireiros e Esteticistas do qual é associada e acha que a categoria tem de unir. O Sebrae “deveria apoiar mais a categoria dos profissionais de higiene e beleza, a exemplo do apoio dado a outras categorias, como confecções”, disse.

5. Santinoni

Santinoni é proprietário de um empreendimento de higiene e beleza estabelecido no Jardim América, em Goiânia, tendo iniciado suas atividades há dois anos, por ter identificado uma oportunidade de negócio, tendo como sócio seu irmão, Jefferson Dirceu Santos, sendo

⁴¹ Disse que se vê “como trabalhadora... peão... pois, para ser empresária, tem de ter equipe. No meu caso, se não trabalhar, não ganha”, disse.

seu empreendimento registrado na condição de empresa formal. Antes disto trabalhava como empregado. Vê-se como empresário e tem formação universitária incompleta. Pretende melhorar o atendimento aos clientes para levar mais conforto, ampliar o empreendimento e abrir filiais e para isto está se profissionalizando. Santinoni acha que a escolaridade faz diferença. Disse que a atividade é sua principal fonte de renda, embora não tenha revelado o que arrecada (disse que o empreendimento está em fase inicial). Ele cuida de todas as atividades operacionais, trabalhando de segunda a sábado. Possui 16 trabalhadoras por conta própria e acha que seu negócio tem como problemas uma gestão deficiente e a falta de formação da equipe. O entrevistado já participou de atividades organizadas pela Associação Comercial - ACIEG. Disse ainda que o apoio oferecido pelo Sebrae tem sido importante, porém, quando há custos, os empresários têm dificuldades para participar.

6. Meire

Meire é proprietária do empreendimento de higiene e beleza no setor Bueno, em Goiânia, tendo iniciado esta atividade há 10 anos, por necessidade de sobrevivência financeira. Meire disse que atua na área há 30 anos e tem LER⁴². É também instrutora e pretende atuar em escolas de formação de cabeleireiros. A entrevistada informou ter formação até o segundo grau e achar que a qualificação é importante para o sucesso nesta categoria. A atividade lhe proporciona um rendimento de aproximadamente R\$ 2.500,00 e é sua principal fonte de renda. Ela trabalha de segunda a sábado, executa todas as atividades relativas ao seu empreendimento e ainda ministra cursos à noite. Disse que trocaria a atividade por trabalho assalariado, pois atualmente, “se você sai de férias não fatura e com rendimento fixo pode planejar”. Sua equipe é de número variado, pois sempre “troca” as pessoas, sendo todos trabalhadores “por conta própria” e quando completam um ano de trabalho tiram férias em janeiro ou junho. Meire acha que a gestão de seu empreendimento é deficiente e tem dificuldades para acessar linhas de crédito. Sobre o Projeto Metrôpole, disse que tem proporcionado melhorias nos empreendimentos dos participantes e promovido reuniões, cursos de atualização e troca de experiências como o curso sobre utilização de porcelana (para aplicação em unhas) e escova progressiva: acha que o projeto trouxe melhoria para os processos produtivos, o uso de novas tecnologias e a elevação da qualidade dos serviços, o

⁴² Lesão por Esforço Repetitivo.

fortalecimento das empresas, sua profissionalização, o desenvolvimento do espírito associativista e o aumento de competitividade. Disse ainda que seu faturamento aumentou em 30% e que tem procurado participar dos eventos para os quais é convidada e que o apoio do Sebrae tem sido importante, seus profissionais são bem preparados, mas que normalmente suas ações são voltadas para as empresas formais e sua consultoria é paga.

7. Mariana

Mariana é proprietária de um empreendimento de higiene e beleza estabelecido no setor Bela Vista, em Goiânia, e iniciou suas atividades há quatro anos, por ter identificado uma oportunidade de negócio. Antes ela atuava como vendedora de produtos de higiene e beleza. Vê-se como empresária, pois administra recursos materiais e humanos. Pretende ampliar os serviços e para isso necessita de uma casa maior. Mariana tem formação universitária incompleta e acha importante a formação superior. O empreendimento lhe proporciona uma renda de aproximadamente R\$ 3.500,00 e é sua principal fonte de renda e não a trocaria por um trabalho assalariado. Ela trabalha de segunda a sábado sem intervalos, executando todas as atividades necessárias. Possui uma equipe de seis trabalhadoras por conta própria que trabalham cinco dias por semana, mas acha que seu negócio tem gestão deficiente. Sobre o Projeto Metrôpole, disse que ampliou o número de empregados, e acha que tem proporcionado fomento ao empreendedorismo, aperfeiçoamento do modelo de administração, melhoria dos processos produtivos, uso de novas tecnologias, elevação da qualidade dos serviços, fortalecimento das empresas, profissionalização das empresas, desenvolvimento do espírito associativista e aumento da competitividade das empresas. Ela tem participado de treinamentos, é sócia da ACIEG e do Sindicato de Cabeleireiros. Não participa de outras entidades de apoio porque o projeto tem suprido suas necessidades. Disse ainda que a imagem do Sebrae é boa e acha que deveriam ser promovidos eventos para essa classe, como missões no exterior, como em Barcelona, na Espanha, pois profissionais que participam de eventos no exterior têm mais reconhecimento da sociedade.

8. Núbia

Núbia é proprietária de um empreendimento de higiene e beleza no setor Oeste, em Goiânia, iniciou suas atividades há cinco anos por ter identificado uma oportunidade de negócio. Antes trabalhava por conta própria na organização de eventos no Maranhão. Vê-se

como empresária, embora atue na execução de atividades junto com a equipe de 10 trabalhadoras “por conta própria”, que tiram férias duas vezes por ano (15 dias de cada vez), além do filho, que se formou como podólogo⁴³. Seu marido é aposentado. Núbia pretende informatizar os serviços e inclusive contratou uma profissional⁴⁴ de outro estado para assessorar seu empreendimento, pois disse que em Goiânia não há profissionais experientes nesta área. Ela tem formação superior e acha que a falta de formação dificulta o empresário a se estabelecer. Disse que seu empreendimento proporciona uma renda de aproximadamente R\$ 3.000,00 e é sua fonte de renda principal, mas a trocaria por um trabalho assalariado, pois o “dono” nunca tem folga. Ela acha que em seu empreendimento falta formação profissional de sua equipe e há dificuldade de acesso a linhas de crédito. Sobre o Projeto Metrópole, disse que sua participação é recente e que tem participado de cursos de capacitação e aperfeiçoamento do modelo de administração e desenvolvimento do espírito associativista, embora o número de pessoas ocupadas em seu empreendimento continue o mesmo. Núbia participa do Sindicato de Cabeleireiros e Esteticistas, mas acha que falta união na categoria. Sobre o Sebrae, disse que o apoio prestado é importante principalmente do balcão de atendimento aberto ao público, mas teve dificuldades de reunir informações sobre informatização de salões de beleza, ou seja, mesmo contando com o apoio do Sebrae, teve de “buscar” assessoria em outro estado.

a. Atividade de fabricação e venda de móveis

Os empreendedores que atuam na fabricação e no comércio de móveis situados no Jardim Guanabara demonstraram motivação quanto às perspectivas futuras para seus negócios, em função do acesso a uma divulgação que poderá fazê-los conquistar outros mercados. O proprietário da empresa Móveis Queluz, porém, retrata a realidade de milhares de empreendedores, pois possui uma empresa formal, mas sem condições de operar na formalidade, devido a pendências com impostos o que gera dificuldades de obter certidões para ter acesso a empréstimos e assim alavancar seu negócio.

Estes empreendimentos tem de 9 a 17 anos de atividade e seus relatos são os resumidos a seguir.

⁴³ Podólogo é o profissional também chamado de pedicuro. “Fomos andarilhos, calistas, raspadores, curadores, operadores de calos, calistas, enfermeiros-pedicuros e alguns de nós somos, agora, pedicuros com o título de Podólogo” (www.podologo.com.br)

ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO E COMERCIO DE MOVEIS

Nº	PROPRIETÁRIO	REGIÃO	TEMPO NA ATIVIDADE	RENDIMENTO MENSAL R\$
1	QUEIROZ	JARDIM GUANABARA I	9 ANOS	*
2	GENÉSIO	JARDIM GUANABARA I	11 ANOS	750,00
3	LOURIVAL	JARDIM GUANABARA I	11 ANOS	3.000,00
4	PEDRO	JARDIM GUANABARA I	17 ANOS	2.000,00
5	ALVINO	JARDIM GUANABARA I	14 ANOS	*

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

(*) não informou

1. Queiroz

Queiroz é proprietário de uma empresa estabelecida no Jardim Guanabara, em Goiânia, tendo iniciado sua atividade há nove anos, por ter identificado uma oportunidade de negócio. Ao responder à pergunta sobre “por que iniciou esta atividade empresarial”, disse que foi funcionário de uma empresa de móveis no final da década de 1970 e posteriormente tornou-se prestador de serviços, trabalhando em casa. Hoje se vê como trabalhador, explorado e, conforme disse, “trabalha no varejo” e “queria atuar com menos coisa e mais negócio”. Na sua opinião, o ideal seria conseguir um contrato com uma empresa mais estruturada, que lhe proporcionasse melhores condições de trabalho, ou seja, voltar a ser empregado. Queiroz possui diploma de instrutor do SENAI e lhe foi oferecida uma oportunidade para dar aulas no Tocantins e não foi porque lhe haviam proposto que levasse sua oficina. Embora tenha uma oficina e esteja investindo na melhoria do ambiente (piso, disposição de máquinas e telhado), suas máquinas – afirma – estão desatualizadas e ele sabe operá-las porque conhece o “jeito”, o “defeito” de cada uma e acha que escolaridade não influencia muito na vida profissional, mas sim contratos de trabalho. Não informou que rendimento mensal sua empresa proporciona, mas disse que não dá para suas despesas, entretanto é sua principal fonte de renda. Trabalha de segunda a domingo, inclusive feriados, se necessário, em todas as atividades administrativas e operacionais e possui dois trabalhadores “por conta própria”. Acha que seu negócio enfrenta problemas como gestão deficiente, falta de formação do empresário e dos funcionários, baixa qualidade dos produtos e dificuldade de acesso a linhas de crédito. Através do projeto MetrÓpole, tem participado de reuniões e da fundação de uma associação do segmento de móveis denominada ASMOV⁴⁵, e o resultado concreto, conforme disse é a

⁴⁴ Profissional com conhecimentos sobre informatização de salões de beleza e estética.

⁴⁵ Associação de Moveleiros

melhoria do ambiente⁴⁶. Disse também que através do projeto o Sebrae se fez presente na região, aperfeiçoou o modelo de administração, melhorou os processos produtivos, fortaleceu e profissionalizou as empresas e desenvolveu o espírito associativista, embora o número de pessoas ocupadas em seu empreendimento tenha permanecido o mesmo. Disse que tem participado de outras atividades como palestras e atividades para constituição da associação, na qual vê vantagens para todos os empreendedores da região.

2. Genésio

Genésio é proprietário empresa estabelecida no Jardim Guanabara I, em Goiânia, tendo iniciado sua atividade há 11, anos por sobrevivência financeira. Seus irmãos (hoje sócios) já trabalhavam na atividade. Três perderam seus empregos e decidiram constituir empresa. Vê-se como trabalhador por estar no dia-a-dia da empresa. Disse que antes procurava independência, mas hoje se contenta em “sobreviver”, e não vê possibilidades de crescimento. Sobre escolaridade, tem o segundo grau, se considera autodidata e aprendeu o ofício com seu tio, que tinha marcenaria. Acha que a formação profissional é importante no aperfeiçoamento técnico e na gestão financeira. Disse que o rendimento que a empresa lhe proporciona é de aproximadamente R\$ 750,00, sendo sua principal fonte de renda, e trocaria por trabalho assalariado, pois, apesar de haver possibilidade de sua empresa de melhorar, tudo é “muito caro”. Disse que trabalha de segunda a sexta e executa todas as atividades administrativas e operacionais. Possui quatro trabalhadores com carteira assinada e dois por conta própria, e todos trabalham cinco dias na semana. Acha que sua empresa tem problemas quanto à formação profissional dos trabalhadores, ao uso de tecnologias defasadas e dificuldades de acesso a linhas de crédito. Disse que tem participado do Projeto Metrôpole e tem expectativa de melhorar a comercialização de seus produtos, pois sua empresa produz móveis “em osso”, ou seja “sem acabamento”, e estão discutindo de forma coletiva como organizar a produção. Com relação ao Projeto Metrôpole, disse foi um marco na região e que os resultados têm sido positivos, principalmente a aspiração de crescimento empresarial e a implantação de uma associação e que o projeto proporcionou a presença do Sebrae na região, aperfeiçoou modelo de administração, fortaleceu e profissionalizou as empresas e desenvolveu o espírito associativista, embora o número de ocupação de mão-de-obra em sua

⁴⁶ Constatamos que o empreendedor estava concluindo reformas no seu ambiente de trabalho que se caracterizaram por ampliação do galpão, com elevação do telhado, nivelamento do piso e nova distribuição espacial das máquinas e utensílios de trabalho.

empresa tenha permanecido o mesmo. Acha importante a associação para acesso a parcerias, profissionalização e aperfeiçoamento dos empreendedores.

3. Lourival

Lourival é proprietário de empresa estabelecida no Jardim Guanabara I, em Goiânia, tendo iniciado essa atividade há 11 anos, por sobrevivência financeira, e antes foi empregado de uma Indústria de Móveis, ocupando o cargo de gerente, mas notou que seus colegas que “abriram” empresas foram bem-sucedidos. Assim, decidiu montar o próprio negócio em sociedade com o irmão. Vê-se como trabalhador, e quando perguntado por quê, respondeu “o sinal da serra está nos dedos”. Pretende expandir sua empresa que vai passar de uma área de 500 metros quadrados para uma loja de 2.000 metros, que será inaugurada em breve, e pretende também comercializar a produção para outros estados. Sobre escolaridade, disse que tem apenas o primeiro grau. Disse que a falta de conhecimentos na área de informática tem prejudicado as ações da empresa. Disse que seu rendimento é de aproximadamente R\$ 3.000,00, sendo sua principal fonte de renda e que não trocaria por trabalho assalariado. Lourival trabalha de segunda a sábado e executa com os sócios todas as atividades de administração e operacionalização da empresa. Sua empresa possui 16 empregados com carteira assinada, folga nos finais de semana e feriados e com direito a férias coletivas. Acha que sua empresa enfrenta problemas de falta de formação profissional dos funcionários, uso de tecnologias defasadas e dificuldade de acesso a linhas de crédito. Tem participado das ações do Projeto MetrÓpole de incentivo à criação de “arranjos produtivos” e salienta a “cultura da cooperação”, além de resultados positivos, como aspiração de crescimento do potencial dos empresários da região através da associação. Acha positiva a divulgação que o Sebrae tem feito através da internet da produção moveleira da região e ainda por ter patrocinado a vinda de um profissional de renome para assessorar os trabalhos e contribuir na melhoria da auto-estima de seus colegas. Em sua opinião o Sebrae se fez presente na região, houve fomento ao empreendedorismo, aperfeiçoamento do modelo de administração, fortalecimento e profissionalização das empresas, desenvolvimento do espírito associativista e participação em redes e aumento da competitividade das empresas, embora o número de ocupações tenha permanecido o mesmo. Foram promovidos cursos de gestão de pequenas empresas, com boa participação dos empreendedores Disse também que participa do sindicato patronal, onde tem sido discutidos as questões da categoria, como participação em feiras, financiamentos e convenção trabalhista. Tem intenção de participar de uma feira de móveis

com apoio do Sebrae e acha importante participar de atividades de cooperação, pois promove a união dos empreendedores, geração de empregos e fortalecimento das empresas. Elogiou a atuação do Sebrae que contribuiu para eliminar a concorrência desleal e predatória na região.

4. Pedro

Pedro é proprietário de empresa estabelecida no Jardim Guanabara I, em Goiânia, tendo iniciado sua atividade há 17 anos, por sobrevivência financeira. Antes trabalhava como autônomo na cidade de Itapuranga. “Já trabalhei como carroceiro e furador de cisterna”. Vê-se hoje como empresário, pois administra sua empresa, que possui seis trabalhadores com carteira assinada. Pretende participar da associação de moveleiros que está sendo criada e ampliar sua produção, mas disse também que com a idade que tem (perto de 60 anos) pretende apenas ser médio empresário. cursou até o segundo grau e já participou de vários treinamentos, sendo o último ministrado pelo Sebrae e acha que quem tem formação superior tem mais capacidade de sucesso nos negócios. Seu rendimento mensal na empresa é de aproximadamente R\$ 2.000,00, sendo sua principal fonte de renda, e não trocaria por trabalho assalariado. Pedro trabalha de segunda a sexta-feira junto com sua equipe, perfazendo 44 horas semanais. O expediente vai das 7 horas até 16:30 horas e suas atividades são de planejamento, compra e venda, ficando a execução por conta dos trabalhadores. Seus empregados têm descanso semanal e férias. Ele acha que sua empresa tem problemas de gestão deficiente, falta de formação profissional de sua equipe, uso de tecnologias defasadas e dificuldade para acessar linhas de crédito. Pedro tem participado do Projeto Metrópole, acredita no associativismo e acha que o projeto assegurou a presença do Sebrae na região, aperfeiçoou modelo de administração, melhorando processos produtivos, e o uso de novas tecnologias e a qualidade dos serviços, fortaleceu e profissionalizou as empresas e desenvolveu o espírito associativista, além do aumento da competitividade das empresas, embora o número de pessoas ocupadas em sua empresa permaneça o mesmo, porém melhorou seu faturamento, produção e volume de clientes em aproximadamente 10%. Participa do Sindimóveis⁴⁷ e acha importante o trabalho do Sebrae, pois “muitos que não sabiam tem agora conhecimentos sobre empresa e gestão a disposição”.

⁴⁷ Sindicato patronal de moveleiros.

5. Alvino

Alvino é proprietário de empresa estabelecida no Jardim Guanabara I, em Goiânia, tendo iniciado sua atividade há 14 anos, por ter identificado uma oportunidade de negócio. Foi empregado de empresa da família, na qual “durante 12 anos foi empregado de um só patrão”. Hoje tem duas empresas se vê como empresário, ou melhor, “tenta ser”. O ramo, conforme disse, “é instável” e ele busca “estabilidade financeira e de conhecimentos” para sua empresa. Disse que estudou até o primeiro grau, mas tem participado de vários cursos do Sebrae sobre “vendas e gestão”, anteriormente ao projeto Metrópole. Acha que a escolaridade não faz muita falta em se tratando do estudo convencional, porém para a empresa é necessário buscar conhecimento. Sua principal fonte de rendimento é a empresa, embora não tenha informado valores e não trocaria sua empresa por trabalho assalariado, pois “prefere trabalhar mais para realização de seu sonho e bem-estar”. Trabalha de segunda a sábado e, conforme disse, inicia entre 6:30 e 7 horas e não tem hora de terminar. Cuida das atividades de planejamento, compra e venda. Tem oito trabalhadores com carteira, assinada que trabalham cinco dias por semana, com os direitos trabalhistas legais. Acha que sua empresa enfrenta problemas de gestão, falta de formação profissional de sua equipe, uso de tecnologias defasadas e dificuldade de acesso a linhas de crédito. Tem participado das ações relacionadas com a cultura da cooperação e o projeto proporcionou resultados, como a participação em cinco cursos, e o início da formação da associação de moveleiros. Entretanto, o número de pessoas ocupadas em sua empresa permaneceu o mesmo. Em sua opinião, “para o pequeno empresário, o mundo de hoje é associativismo ou morte”. Sobre o Sebrae, acha que é o parceiro que qualquer empresa gostaria de ter pela sua credibilidade, respaldo e também abre portas. É o que está fazendo aqui, abrindo mentes, formando pessoas como empresários”.

c. Atividade de Confeccões

Os empreendedores do ramo de confecção (numerosos até) abrangiam as atividades de venda e fabricação de roupas. É destaque o alto grau de terceirização, como o caso de Jesuína que possui 30 trabalhadores na categoria “por conta própria”, ou seja, bem sintonizada com a reestruturação flexível, a Terceira Revolução Industrial, além de uma carga horária de trabalho também “flexível”, vez que há grande informalidade nas relações e há também a comercialização em feiras populares que estão abertas ao público nos domingos e feriados.

Estes empreendimentos têm de 5 a 19 anos de atividade e os profissionais contatados e seus relatos são os seguintes:

ATIVIDADE DE CONFECCÃO

Nº	PROPRIETARIO	REGIÃO	TEMPO NA ATIVIDADE	RENDIMENTO MENSAL R\$
1	JESUINA	VILA SANTA HELENA	19 ANOS	*
2	SILVIA	JARDIM AMERICA	6 ANOS	1.500,00
3	CÁSSIA	JARDIM AMERICA	6 ANOS	*
4	MONICA	SETOR PEDRO LUDOVICO	5 ANOS	*
5	BÁRBARA	SETOR FAMA	8 ANOS	*

Fonte: quadro organizado por Almir F. de Oliveira: 2005.

1. Jesuína

Jesuína é proprietária de empresa estabelecida na vila Santa Helena, em Goiânia. Disse que iniciou esta atividade há 19 anos, se vê como empresária, vê a atividade empresarial como geradora de empregos e de tributos e pretende expandir seus negócios para tornar sua empresa uma exportadora de confecções. Participou de “muitos cursos” e hoje esta atividade lhe proporciona uma renda de aproximadamente dois mil reais/mês, sendo sua principal fonte de renda, que não trocaria por trabalho assalariado, embora trabalhe de segunda a domingo, inclusive feriados, e execute todas as atividades em seu empreendimentos, como planejamento, compra, venda e demais operações. Jesuína possui trinta trabalhadores ocupados em seu estabelecimento na condição de “facção”, ou seja, são trabalhadores “por conta própria” e, segundo disse, trabalham sete dias por semana, não têm férias, nem vínculo formal com sua empresa.

2. Sílvia

Sílvia, é proprietária de empresa de confecções estabelecida no Jardim América, em Goiânia, há seis anos e se vê como trabalhadora, embora tenha identificado nesta atividade, uma oportunidade de negócio. É procedente do Maranhão, onde trabalhou por 15 anos em emissora de TV. Após ter sido desligada da empresa, viajou para Goiânia e, a exemplo de parentes que trabalhavam no negócio de roupas, iniciou com eles uma sociedade. Sílvia tem formação universitária e, embora ache que neste ano as circunstâncias de trabalho estão mais difíceis, tem como renda familiar a atividade empresarial e também assessora outros

profissionais que atuam na área de compra e venda de confecções. Caso tivesse oferta de trabalho trocaria sua posição por trabalho assalariado com mesma renda (não informou a renda). Trabalha de segunda a sábado próximo de dez horas diárias e desenvolve atividades de planejamento e venda em sua empresa. As demais atividades são delegadas. Sua empresa possui oito funcionários com carteira assinada que têm folga no final de semana (sábado e domingo) e outros direitos legais. Sua empresa tem dificuldade para acessar linhas de crédito. Com relação ao Projeto Metrópole, avalia que melhorou seus processos produtivos e contribuiu na geração de novos empregos, embora não tenha aumentado o número de funcionários em sua empresa.

3. Cássia

Cássia possui um ponto de negócios (banca de roupas) na feira coberta do Jardim América, comumente chamada de CEPAL (Centro Popular de Abastecimento e Lazer), sendo uma empresa informal ou com um mínimo de formalidade⁴⁸ e disse que iniciou o negócio há seis anos por motivo de “sobrevivência financeira”. Seu marido tinha uma escola de datilografia, mas foi perdendo espaço nessa atividade e, após deixá-la juntou-se ao trabalho da esposa e, juntamente com as duas filhas, dividem entre si a tarefa na compra, fabricação em casa e venda nas feiras, não tendo empregados. Vê-se como trabalhadora e esta atividade proporciona uma renda familiar mensal em torno de R\$ 2.000,00 sendo a única fonte de renda, porém não a trocaria por trabalho assalariado. Cássia pretende ampliar seu negócio e tem como objetivo possuir uma loja com registro formal e empregados devidamente registrados. Coursou somente o primeiro grau, desenvolvendo sua atividade por auto-aprendizado. A entrevistada trabalha todos os dias da semana, tendo intervalo apenas na sexta-feira. Nos demais dias, expõe produtos na feira do Jardim América e nos demais dias em outros locais, inclusive sábados e domingos. Dentre os problemas enfrentados pelo seu negócio disse que tem dificuldades de acesso a linhas de crédito. Sobre sua participação no Projeto Metrópole, acredita que melhorou processos produtivos e geração de empregos, porém nada se alterou em sua empresa. Em função de sua atividade ser constante, não tem como reservar tempo para participar de atividades promovidas pelo Sebrae.

4. Mônica

Mônica é proprietária de empresa formal estabelecida no setor Pedro Ludovico em Goiânia, e disse que iniciou a atividade há cinco anos por ter identificado uma oportunidade de negócio. Mônica e a família são procedentes do Acre, seu marido trabalhou em uma grande empresa de eletrificação por 15 anos e entrou no Programa de Demissão Incentivada (PDI). A esposa confeccionava roupas íntimas e vendia no mercado informal. Vieram então a Goiânia e iniciaram o negócio, que no início teve dois empregados e hoje conta com 28, em duas lojas. Mônica se vê como trabalhadora, está num mercado muito exigente e acompanha todas as operações na empresa. Não trocaria por trabalho assalariado e pretende ampliar a empresa e atuar como “dona” realmente, pois atualmente tem sua vida privada misturada com a empresa⁴⁹ e pretende separar empresa de família, e para isso acredita que tem de participar de cursos e ir organizando a empresa.

Este depoimento confirma a citação de Enguita (1989, p.22), descrita no Capítulo 1 deste trabalho quando a entrevistada afirma que, “em seu trabalho, o trabalhador não se afirma, mas se nega; não se sente feliz, mas infeliz; [...] Ele se sente em casa quando não trabalha, e quando trabalha não se sente em casa”.

Sobre escolaridade, disse que concluiu o segundo grau e seu marido e sócio tem formação universitária. Não disse o valor do rendimento, mas informou que é a única fonte de renda familiar. Mônica trabalha de segunda a sexta-feira e cuida de todas as operações da empresa, junto com o marido. Os empregados trabalham cinco dias por semana, tendo folga aos sábados e domingos e as férias são coletivas, no mês de janeiro. Ela acha que sua empresa enfrenta problemas de gestão, tecnologias defasadas e dificuldade de acesso a linhas de crédito. Sobre o Projeto Metrópole do Sebrae, acha que melhora processos produtivos e gera novos empregos, embora o número de pessoas ocupadas em seu estabelecimento permaneça o mesmo. Através do projeto, participou da FENIT⁵⁰ e de um curso de gestão de pequenas empresas.

⁴⁸ Em Goiás, há a opção de registro simplificado, ou seja, o empreendedor que vende a domicílio e cujo movimento for inferior a R\$ 3.000,00 tem esta opção de registro em que não incidem impostos.

⁴⁹ Realmente a empresa mistura-se com a vida pessoal, pois no local de moradia há linhas de produção, como equipes de corte e de costura, além de estoque de mercadorias nos cômodos da casa.

⁵⁰ Feira Nacional da Indústria Têxtil em São Paulo.

5. Bárbara

Bárbara é proprietária de empresa estabelecida na av. Bernardo Sayão, setor Fama, em Goiânia-GO, tendo ingressado na atividade há oito anos por ter identificado uma oportunidade de negócio. Bárbara se vê como empresária e possui outra loja em outra localidade. Possui formação universitária e nesta atividade cuida do planejamento e das compras, delegando as funções de venda e execução a terceiros. Possui duas funcionárias com carteira assinada e trabalha seis dias na semana. Na sua empresa sente falta de informatização, e com relação ao Projeto Metrópole tem participado de ações como reuniões de trabalho e cursos⁵¹. Considera que o Sebrae tem boa presença na região e tem contribuído para aperfeiçoar modelo de administração e melhorar os processos produtivos, além de profissionalizar as empresas, entretanto o número de pessoas ocupadas em sua empresa permanece o mesmo.

Análise das entrevistas

Os empreendedores entrevistados, no tocante ao tempo de vida de seus empreendimentos, podem se considerar “sobreviventes”, pois, segundo dados do Sebrae a mortalidade das empresas gira em torno de 50% nos dois primeiros anos.

Para os proprietários de empreendimentos de higiene e beleza a idade das empresas varia entre dois e quinze anos de existência. Para os empreendedores do segmento de fabricação de móveis, o tempo de existência varia de nove a dezessete anos e, para os empreendedores do segmento de confecção, variam de cinco a dezenove anos. Portanto, eles podem se considerar “heróis”.

O rendimento mensal do empreendedor do primeiro segmento (profissionais de higiene e beleza) varia de 2 a 8 mil reais; do segundo segmento (fabricação de móveis), varia de 1 a 3 mil reais e, do terceiro segmento (confecção), houve apenas uma resposta de 1,5 mil reais.

Conforme demonstrado nas entrevistas, embora uma maioria relativa de 61% tenha visualizado na atividade uma oportunidade de negócios (quadro 1), a maioria se vê como

⁵¹ Participou dos cursos de Vendas, Formação do preço de venda e sobre Estoques.

trabalhador (quadro 2). Entretanto, a maioria também não trocaria a atividade por trabalho assalariado, o que demonstra que “ele não se vê como é, mas como parece ser”.

Conforme descrito no Capítulo I, “no capitalismo, os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres”, ou melhor, conforme descreve Martins (1980, p. 202), “[...] libertos de toda a propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar” e assim “ele não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre... [...] torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho”.

O quadro 3 mostra que, na “atividade” de confecção e móveis, concentraram os menores níveis de escolaridade.

Quadro 1

Porque iniciou esta atividade empresarial?	Higiene e beleza	Confecções	Móveis	%
Por sobrevivência financeira	3	1	3	39
Por ter identificado uma oportunidade de negócio	5	4	2	61

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

Quando o empreendimento proporciona rendimento igual ao rendimento obtido pelos trabalhadores, o empreendedor “gostaria” de ser empregado. Se por outro lado, o rendimento é várias vezes acima do valor percebido pelos trabalhadores esse empreendedor prefere ser empresário e assume a ideologia dominante, não percebendo que, na verdade, são todos trabalhadores para o capital de uma forma ou de outra. Os que continuam na atividade empreendedora e não têm um rendimento adequado se vêem como trabalhadores.

Quadro 2

Como você analisa sua atuação no seu empreendimento?	Higiene e Beleza	Confecções	Móveis	%
Como empresário	2	2	1	28
Como trabalhador	6	3	4	72

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

Quadro 3

Você trocaria a sua MPE por trabalho assalariado com o mesmo rendimento?	Higiene e beleza	Confecções	Móveis	%
Sim	3	1	2	33
Não	5	4	3	67

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

A maioria tem segundo grau completo (55%), conforme quadro 4, sendo que uma percentagem expressiva chegou até o ensino superior, passando a fazer parte de uma minoria privilegiada em termos de acesso à educação

Quadro 4

Qual seu nível de escolaridade?	Higiene e beleza	Confecções	Móveis	%
Até o primeiro grau		1	2	17
Até o segundo grau	5	2	3	55
Universitário	3	2		28

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

Todos os entrevistados afirmaram que a atividade empresarial exercida é a principal fonte de renda (quadro 5). Esse dado é relevante, pois o empreendedor nem sequer tem outra alternativa de renda.

Quadro 5

A sua atividade empresarial é	Higiene e beleza	Confecções	Móveis	%
a principal fonte de renda	8	5	5	100
a fonte de renda secundária.				

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

O quadro 6 mostra que esse empreendedor de micro e pequena empresa é polivalente e confirma o perfil de competência desejado pela Terceira Revolução Industrial.

Quadro 6

A quais atividades como empresário você se dedica?	Higiene e beleza	Confecções	Móveis	%
Planeja	8	5	5	100
Compra	8	5	5	100
Vende	8	4	5	94
Executa	8	4	3	94

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

O quadro 7 vai revelar que as micro e pequenas empresas são alternativas para absorver os excluídos do mercado formal de trabalho.

Quadro 7

Que tipo de vínculo de trabalho dos é utilizado pela empresa?	Higiene e beleza	Confecções	Móveis	%
Com carteira assinada		3 empresas	4 empresas	39
Sem carteira assinada				
Conta própria	8 empresas	1 empresa	1 empresa	56

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

As duas questões principais percebidas são a falta de apoio e a impossibilidade de pagar impostos. O capital que geram é pequeno e a maior renda informada foi dos profissionais de higiene e beleza (rendimento declarado).

Quadro 8

Com o Projeto Metr�pole você ampliou o número de empregados?	Higiene e beleza	Confec�es	Moveis	%
Sim.	2			11
Não	6	5	5	89

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

O Sebrae nestes três ramos de atividade, não conseguiu atingir o objetivo desejado pelo projeto. Todos os entrevistados têm problemas de gestão. Percebe-se que os moveleiros possuem o menor nível de escolaridade e são os que têm mais problemas de produ o, conforme quadro 9.

Quadro 9

Na sua avalia�o, o seu negócio enfrenta qual dos problemas abaixo:	Higiene e beleza	Confec�es	Móveis	%
Gestão deficiente	6	3	3	67
Falta de forma�o do empresário e de seus funcionários (colaboradores)	1	1	5	39
Uso de tecnologia defasada		2	5	39
Baixa qualidade dos produtos/serviços ofertados			1	6
Dificuldade para acessar linhas de crédito	2	3	5	56

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

O quadro 10 revela que os empreendedores vêem a ação do Sebrae como um importante benefício aos segmentos entrevistados, entretanto, quando se busca indicadores de resultados nos empreendimentos, não foi possível mensurar, como se vê nos quadros 8 e 9.

Quadro 10

Marque (de 1 a 5) o que a sua empresa já conquistou com o Projeto Metr�pole, sendo: 1 = Ruim 2 = Regular 3 = Bom 4 = Muito bom 5 = �timo	Higiene e beleza M�dia pontuada	Confec�es M�dia pontuada	Móveis Media pontuada
Capilaridade/presença do Sebrae junto às regiões da capital	4	4	5
Rede de pequenos negócios	(*)		
Fomento ao empreendedorismo	4		2
Aperfei�amento do seu modelo de administra�o	4	5	3
Melhoria dos processos produtivos	3	3	4
Uso de novas tecnologias e eleva�o da qualidade de seus produtos/serviços	4		4
Fortalecimento das empresas	4		4
Gera�o de novos empregos	3	3	
Profissionaliza�o das empresas	4	4	3
Desenvolvimento do espírito associativista e participa�o em redes diversas	3	5	5
Aumento da competitividade das empresas	3		3
Redu�o da taxa de mortalidade das empresas	(*)		

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

(*) Não pontuou

O quadro 11 revela a legitimidade de entidades que oferecem um mínimo de serviços a seus associados. No caso dos empreendimentos de higiene e beleza, apesar de pouca participa o relatada pelos empreendedores, sentem que esta   importante para a categoria. O segmento de móveis tem expectativa positiva da associa o recém-criada que apesar de não ter iniciado suas a es, crêem que trará benefícios ao segmento.

Quadro 11

Além do Sebrae, você utiliza o apoio de outras entidades ou institui�es?	Higiene e beleza	Confec�es	Móveis	%
Sim	4	1	4	50
Não	4	4	1	50

Fonte: quadro organizado por Almir F. Oliveira: 2005.

Freire (2000), ao falar da sociedade em transição, ressalta sua crença nas posições que levam o homem à procura da verdade em comum, “ouvindo, perguntando, investigando” e um ser cada vez mais consciente: “Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente” (FREIRE, 2000, p. 100).

Ao defender o aprendizado da democracia, Freire conclama o homem brasileiro a “ganhar” a sua responsabilidade social e política e promover a ingenuidade em criticidade, a rebelião em inserção,

Cada vez mais nos convencíamos ontem e estamos convencidos hoje de que, para tal, teria o homem brasileiro de ganhar a sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Participando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola do seu filho. Nos destinos do seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações de clubes, de conselhos. Ganhando ingerência na vida do seu bairro de sua Igreja. [...] pela participação em associações [...]. Na verdade, se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático. (FREIRE, 2000, p. 100).

Para finalizar, a “rede” entre empresas descrita como um dos objetivos do projeto ficou como intenção e propósito, embora o segmento de móveis tenha recebido do Sebrae maior atenção neste particular, mas, apesar disso, há condições de oferecer a este segmento um importante avanço, dada a proximidade física das empresas naquele local, o que se aproxima mais do conceito de Arranjo Produtivo Local⁵²

⁵² Concentrações geográficas de empresas ; similares, relacionadas ou complementares ; que atuam na mesma cadeia produtiva, auferindo vantagens de desempenho por maio da locação, e, eventualmente, da especialização [...] (CAPITULO I).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos apresentados, o contexto delineado, as constatações da pesquisa desenvolvida permitem algumas considerações finais. Os empreendimentos visitados e as evidências documentadas no presente estudo confirmam, ao menos parcialmente, que a inserção do Brasil na economia mundial fez aumentar o desemprego, a precarização do trabalho e o número de excluídos dos meios de produção.

O trabalho intelectual não é neutro e o pesquisador é levado a optar por determinada concepção de mundo e de sociedade. A presente análise foi inspirada na perspectiva marxista para compreender o mundo do trabalho nestes tempos de globalização do capital sob a ótica neoliberal e seus reflexos nas micro e pequenas empresas.

O alto índice de mortalidade das micro e pequenas empresas continua a ser um desafio para milhões de brasileiros que, por não restar outra alternativa, vão buscar na informalidade os meios de subsistência. Na economia informal, as MPE representam 9,5 milhões de empreendimentos, envolvendo trabalhadores autônomos e pequenos empregadores, segundo dados do IBGE.

A capacitação dos empreendedores torna-se necessidade frente às disparidades sociais que se acentuam cada vez mais. Para a emancipação desta categoria que emprega 60% da mão-de-obra, amortece os conflitos sociais e sustenta a ideologia dominante, urge que ela se organize em redes.

A cooperação dos empreendedores em torno dos meios de produção na compra e comercialização de seus produtos pode ser a alternativa para fazer frente ao capital que, conforme citado por Castells, “fica sob o controle de sistemas de subcontratação ou sob domínio financeiro/tecnológico de empresas de grande porte”, porém o caminho será mais curto se houver o enfrentamento da ideologia que estimula a competição individualista e contribui para consolidar e acentuar as desigualdades sociais.

Os organismos de apoio têm favorecido as pequenas empresas em ações de capacitação e assessoria, nas áreas de gestão empresarial e tecnológica, como também têm sido divulgadas promessas de acesso a crédito e financiamento. Entretanto, embora isto por vezes seja necessário, não é suficiente para fortalecer a relação que as MPE mantêm, no mercado altamente competitivo, com as grandes empresas, tudo isto aliado à dificuldade de encontrar material bibliográfico disponível, referente ao assunto, e tampouco o registro

suficiente sobre experiências de sucesso para servir de exemplo para uma melhor gestão a esses empreendedores.

Por outro lado, os organismos governamentais de apoio às MPE têm sido generosos com o grande capital, prova disso é a participação dos representantes das grandes empresas no Conselho Deliberativo do Sebrae Nacional e sua representação nos Estados.

A presente pesquisa auxiliou na compreensão de que a dependência das MPE e sua posição subalterna se devem a seu reduzido poder econômico e político individual e a sua alienação sobre seu poder coletivo. O reduzido poder individual não permite ampliar o mercado, incidir no preço de compra de materiais e matérias-primas, ou no preço de venda dos seus próprios produtos.

A realidade brasileira está longe daquela existentes nos países citados, como Japão, Taiwan, citados por Castells, pois aqui as MPE, em sua maioria absoluta, classificam-se como de “fundo de quintal”, o que vem a confirmar que os postos de trabalho são apenas meio de subsistência, como amplamente demonstrado neste trabalho.

Deve-se lembrar Freire (2005, p.35), quando afirma que “quando o ser humano pretende imitar a outrem, já não é ele mesmo” e completa dizendo que “quanto mais alguém quer ser outro, tanto menos ele é ele mesmo”, ressaltando a necessidade de partir⁷ de nossas possibilidades para sermos nós mesmo, afirmando ainda que “o erro não está na imitação, mas na passividade com que se recebe a imitação, falta de análise ou de autocrítica”

A escassa capacidade das MPE de acumular capital e com seu isolamento quanto ao sistema econômico e político, uma contradição capital-trabalho, no contexto das novas necessidades do capital, fazem com que este empreendedor, como descrito neste trabalho, se transforme em mais um trabalhador para o capital.

Pode se concluir que, enquanto a MPE estiver isolada, sua condição como tal será de extrema subordinação e dependência. Por outro lado, na medida que estas empresas busquem a associação estarão em melhores condições de enfrentar o mercado, o que vai implicar somente em apenas melhores condições para se tornarem mais competitivas no mercado, e assim, como fenômeno sócio-econômico e político, tornar sua relação com a grande empresa no mercado menos desigual.

Será necessário maior esforço nos meios governamentais para que o apoio às micro e pequenas empresas saia do discurso. Cabe aos sujeitos produtivos continuar a luta por políticas públicas com compromisso dos governos municipais, estaduais, instituições de apoio técnicos às atividades produtivas, empresas públicas, ONG, instituições financeiras, dentre

outras, para assegurar a permanência, a consolidação e a ampliação das micro e pequenas empresas, pois apesar de tudo é o homem que faz a história, e o faz, no dizer de Freire (2005, p. 33), “pela sua própria atividade criadora”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Sociedades por cotas e microempresas*. São Paulo, Global, 1986.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, Moderna, 1996.

AROCENA, José. El desarrollo de la pequeña y microempresa. Montevideú, *Cuadernos del CLAEH* nº 43, 1987;

BIANCHETTI, Roberto Geraldo, *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo, Ed. Cortez, 1996.

BORON, Atilio A. *Estado capitalismo e democracia na América Latina*. Tradução de: Emir Sader. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

BRUNO, Lucia, *Educação, qualificação e desenvolvimento econômico*. In. Bruno org. educação e trabalho no capitalismo contemporâneo. S. Paulo: Atlas S/A, 1996.

CARNEIRO, M. E. F. *Retórica da educação geral e o mito da qualidade total: um estudo de caso da Beer Free*. 1998. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*, tradução: Roneide Venâncio Majer, 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena; *Convite à filosofia*, São Paulo, Ática, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Dualidade de poderes. Estado, revolução e democracia na teoria marxista*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo, Global, 1983.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2000.

ENGUIITA: M. F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

_____. *Trabalho, Escola e Ideologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 3. ed. Paz e Terra, 1977.

_____. *Conscientização: Teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, Córtext & Moraes, s.d.

_____, *Educação e mudança*. 28. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

_____, *Educação como prática da liberdade*. 24. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

FOGAÇA, A. Educação e qualificação nos anos 90: o discurso e o fato. In: BRUNO, L.; OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Orgs.). *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *O que é pedagogia*, 6. ed. Ed. Brasiliense, 1991, São Paulo

HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *Luta de classes, as classes sociais no Brasil*. São Paulo, Ed. Global, 1980.

HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. S.d.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1989.

IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. São Paulo, Ática, 1989.

IBGE, pesquisa divulgada em 19 maio 2005 sobre informalidade. www.ibge.gov.br

JORGE, Ângela Filgueiras. Microempresas: estado reduz informalidade. *O popular*, Goiânia: Caderno de economia, p.14, 20 maio 2005.

LAURELL, Ana Cristina. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. revisão técnica de Amélia Cohn: tradução de Rodrigo Leon Contrera. São Paulo, Cortez, 1995.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1984.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital*, vol. II. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, s.d.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos* – vols.1 e 3. São Paulo: Edições sociais, 1975 e 1977.

MARTINS, José de Sousa. *A sujeição da teoria ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária*. Revista: Encontros com a civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, abr. 1980.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995.

MÉSZÁROS, I. *Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda*. Artigo publicado em 27.06.03: <http://resistir.info/>.

MONTAÑO, Carlos E. *Micro empresa na era da globalização: uma abordagem crítica*, São Paulo: Cortez, 1999. – (Coleção questões da nossa época: v. 69).

MONTAÑO, Carlos E. T. *Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. S.Paulo, Cortez, 2002.

MOREIRA, Antonio Flávio. *O currículo como política cultural e a formação docente*. In: SILVA, T. T. da; MOREIRA, A. F. (Orgs.). *territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, Vozes, 1995.

MUNARIM, Antonio. *Educação e esfera pública na serra catarinense: a experiência política do plano regional de educação*. 1999. Tese de (doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, 1999.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*: tradução Sérgio Tellaroli; supervisão técnica Ricardo Rangel, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

PAULO NETTO, José. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. *A prova dos nove: conflitos de classe, publicização e nova contratualidade*. In: ANPOCS. *O Brasil no Centro da Crise*. São Paulo, Anpocs/Hucitec, 1994.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

SADER, Emir. *Quando novos Personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEBRAE, projeto Metrôpole, 2003.

SILVA, E. L. e MENEZES, E. M. *Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOARES, Laura Tavares. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 2001.

THERBORN, Göran: *Pós Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Atilio A. Boron... [et al]; Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

URANI, André; COCCO, Giuseppe ; GALVÃO, Alexander Patez. *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. [tradução: Frédéric Monié; Eliana Aguiar; Sieni Maria Campos]. 2. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *O popular*, Goiânia, Caderno de economia, p. 14, 20 maio 2005.

www.podologo.com.br/home/abpodologia.htm

www.sebrae.com.br “estudos e pesquisas, empresas formais”.

www.sebrae.com.br, fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil.

(<http://members.tripod.com/~netopedia/historia/socxcap.htm>)

www.saberhistoria.hpg.ig.com.br/nova_pagina_31.htm